



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 89

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 13 de março de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se para a [Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM, tendo para tal pedido a palavra para participar os/as Srs./Sras. Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), Bruno Belo (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Marco Costa (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Tiago Branco (*PS*), António Lima (*BE*), Jaime Vieira (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Elisa Sousa (*PSD*), Mónica Seidi (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

No decorrer do debate pediram a palavra para protestos o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

De seguida, foi apresentado pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*) o relatório referente à [Petição n.º 31/XI – Saúde Mental, prevenção do suicídio e colocação de barreiras nas pontes da SCUT do Nordeste, apresentado por João Diogo Mendes Coelho, na qualidade de primeiro subscritor.](#)

Para o efeito, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e as Sras. Deputadas Mónica Seidi (*PSD*) e Renata Correia Botelho (*PS*).

O [Projeto de Resolução n.º 109/XI – “Garantir a realização de obras, e a instalação de equipamentos, que permitam aproveitar plenamente as obras do molhe-cais e alargamento da plataforma do Porto da Casa, na ilha do Corvo”](#) foi retirado pelo proponente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), após ter usado da palavra para justificar a retirada da iniciativa.

Posteriormente, foi apresentado pela Representação Parlamentar do PPM o [Projeto de Resolução n.º 115/XI – "Aumentar o número de ligações aéreas da ilha do Corvo com o exterior"](#).

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), Lubélio Mendonça (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), José Ávila (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Terminado este ponto, passou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 128/XI – “Recomenda ao Governo Regional da Região Autónoma dos Açores que promova a divulgação da certificação civil do Aeroporto das Lajes junto de todas as entidades nacionais e internacionais e promova a angariação de novos fluxos turísticos para a ilha Terceira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a justificação da urgência pelo Sr. Deputado Artur Lima e da mesma ter sido aprovada por unanimidade, passou-se para o início do debate do [Projeto de Resolução n.º 128/XI – “Recomenda ao Governo Regional da Região Autónoma dos Açores que promova a divulgação da certificação civil do Aeroporto das Lajes junto de todas as entidades nacionais e internacionais e promova a angariação de novos fluxos turísticos para a ilha Terceira”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Artur Lima, participaram no debate os Srs. Deputados César Toste (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 20 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional. Vamos começar pela chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio da Fraga Mendonça

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Ávila de Matos

Marta Cristina Moniz do Couto

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Jorge Azevedo **Paiva**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada à **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral**, requerida pelo PPM. Rege esta matéria os artigos 180.º e 181.º do Regimento e a Conferência de Líderes decidiu, como é habitual, que o tempo global para esta sessão de perguntas será de três horas. Cada pergunta tem um tempo máximo de três minutos, sendo que, o Governo Regional dispõe de 5 minutos para responder, apenas no que toca à réplica prerrogativa também exclusiva do proponente. Neste caso, em relação à réplica, a resposta do Governo Regional pode atingir o máximo de três minutos.

As inscrições são de “braço no ar” também como é habitual, sendo que, o PPM será sempre o primeiro a iniciar esta sessão.

Vamos então começar com a sessão de perguntas.

Entramos no **Objeto n.º 1 – Condições de funcionamento e manutenção das gruas fixas e móveis que servem as operações portuárias nas ilhas do Corvo e das Flores.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. ...

É para mostrar energia e convicção!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Gui Menezes:

Eu devo-lhe dizer que não esperava trazer novamente este assunto para ser discutido neste plenário. Já tive oportunidade, numa noutra sessão de perguntas, de lhe colocar uma questão sobre a grua fixa que serve a ilha do Corvo e fundamentalmente, esta é uma questão que eu considero que é neste momento inacreditável para quem está a ouvir este debate pela segunda vez.

Estamos há quase dois anos, há quase dois anos, para instalar uma grua fixa! Há quase dois anos Sr. Secretário!

Eu estou ao corrente, o Sr. Secretário já se comprometeu com datas, já se comprometeu que seria no mês x, passam mais quatro ou cinco meses e continua a grua sem ser instalada e depois de ser instalada não funciona. E o que eu lhe quero perguntar Sr. Secretário é, quando é que nós temos “fumo branco” em relação a esta questão? Quando é que esta grua, quando é que já está instalada começará a funcionar efetivamente e fundamentalmente também lhe quero perguntar, tendo em conta alguns testemunhos que recebi, nomeadamente dos técnicos que procederam à sua reparação, o que me dizem é que esta grua funcionará sempre de forma condicionada. Ora, a manutenção da grua fixa do Porto da Casa tem sido uma desgraça, já era com a anterior grua, que tinha longos períodos de inatividade, exatamente porque não era reparada, e há dificuldade em proceder à manutenção da grua fixa na ilha do Corvo.

O que eu lhe quero perguntar portanto, é qual é o compromisso do Governo em relação ao funcionamento efetivo da grua fixa que está instalada no Corvo, no Porto da Casa? E também perguntar-lhe se me dá todas as garantias em relação ao seu funcionamento eficaz? Se me dá essas garantias? Se não me der essas garantias, aproveito para lhe dizer que então a solução não é aceitável e o Sr. terá que adquirir uma grua nova e funcional para a ilha do Corvo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito obrigado, Sr. Deputado. Naturalmente que compreenderá que, para quem tutela esta área, não é o desejo deste Secretário que a grua não funcione.

Deixe-me só dizer-lhe o seguinte, neste momento gruas daquele género, existem 35 na Região Autónoma.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Isso é muito ou pouco?

A Oradora: Estas gruas, como sabe, estão localizadas e instaladas em locais onde o ambiente é muito agressivo e portanto, as gruas vão avariar sempre, não há outra forma de o fazer.

O que eu posso também dizer é o seguinte, que neste momento a Lotaçor tem um inventário completo de todos os equipamentos instalados nos vários portos e inclusive, tem um sistema de manutenção que já está a levar à frente e que no futuro esperamos que as coisas funcionem de uma forma mais satisfatória.

Naturalmente, que o Governo compreende os transtornos que isto causou aos pescadores do Corvo, mas também deixe-me dizer que os pescadores do Corvo nunca estiveram impedidos de ir para o mar, porque felizmente a Portos dos Açores sempre auxiliou o Governo nesta matéria e os pescadores tiveram sempre acesso ao mar. Aliás, deixe-me também dizer que a Associação de Pescadores da ilha do Corvo acompanhou sempre este processo e foi testemunha de uma série de vicissitudes que aconteceram e que, infelizmente, muitas vezes nós não conseguimos controlar.

Bom, posso também aqui anunciar à Câmara e aos Pescadores do Corvo em particular, que a grua está neste momento operacional. Finalmente conseguimos a deslocação do técnico (estava previsto para segunda-feira, ele esteve lá ontem e hoje vai concluir o trabalho), ontem a grua já estava a funcionar portanto, esperamos que não aconteça mais nenhuma vicissitude.

Mas deixe-me recordar-lhe uma coisa, este processo não começou há dois anos, este processo começou em fevereiro de 2018, onde foi necessário fazer uma

consulta prévia para aquisição e para a deslocação de uma grua de Ponta Delgada. Em março de 2018 foram adjudicados diversos orçamentos e o processo começou a decorrer. Em abril de 2018 a grua foi transportada de Ponta Delgada para o Corvo e, infelizmente, como sabe também e lhe devem ter informado, houve um acidente no transporte e houve a necessidade de fazer uma avaliação estrutural da grua e ela sofreu vários danos. Como compreende, há mais um processo e mais procedimentos de adjudicação, de reparação da grua e em maio de 2018, também no mesmo processo, foi adjudicado também a construção de um maciço no porto do Corvo para a colocação da grua. Em junho de 2018 foi concluído o maciço e previa-se que em julho de 2018 (porque era necessária uma cura do betão) estivesse pronta para receber a grua. Infelizmente, surgiram mais alguns percalços no caminho e em setembro de 2018 deu-se início, finalmente, à montagem da grua no local. Verificou-se no entanto, mais uma vez, que havia alguns cabos e outros equipamentos que tinham sido danificados, no transporte e teve que se iniciar mais uma série de procedimentos para a aquisição desses equipamentos, incluindo um que teve que vir de França e demorou mais tempo.

Em outubro de 2018 houve – como sabe também, e como está muito bem informado, pelo que vejo – mais um acidente com uma grua que estava a fazer a obra do porto, embateu na grua que já estava montada e danificou mais um motor rotor e, mais uma vez, teve que se proceder a procedimentos e estas coisas, como compreenderá, levam o seu tempo.

Em novembro e dezembro de 2018 não houve a disponibilidade de técnicos se deslocarem ao Corvo e houve dificuldades nessa deslocação.

Em janeiro, o técnico deslocou-se e fez as montagens finais, no entanto, infelizmente, mais uma vicissitude, mais uma avaria, neste caso no variador de velocidade, que impossibilitou a operação da grua.

Finalmente, a grua, como disse, está finalmente a funcionar. O que eu lhe posso dizer e que os técnicos me dizem é que, esta grua está perfeitamente funcional, neste momento está toda operacional e portanto, a garantia que eu lhe posso dar, dentro daquilo que é a incerteza sempre que existe nestas questões de equipamentos e deste tipo de coisas, é que a grua está funcional e esperamos que não aconteça mais nada e, certamente, que também é esse o desejo do Sr. Deputado que colocou a pergunta.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu ontem tive o cuidado de perguntar novamente às pessoas que estão da ilha do Corvo se a grua estava a funcionar, não estava. Ficou a funcionar exatamente no dia em que eu lhe estou a fazer esta perguntas, o que eu não considero que seja negativo. O que mostra que o Governo está a responder de forma positiva à intervenção que eu estou a realizar e portanto, eu não considero que essa atuação seja negativa, muito pelo contrário, eu valorizo sempre quando o Governo resolve as questões que são aqui denunciadas ou que são aqui sinalizadas por parte dos deputados, quer os deputados do partido governamental, quer os deputados da oposição.

O que considero é que, é fundamental referenciar o seguinte: nós estávamos sem grua fixa a funcionar no Porto da Casa há quase dois anos (vai fazer agora dois anos) e devo-lhe dizer também o seguinte, este é um período, como deve entender, que gerou um período em que a instalação não funcionou, foi um período demasiado longo – 2 anos – é inaceitável! Espero que isto não volte a ocorrer e também lhe devo dizer o seguinte, avarias acontecem, mas estas

avarias aconteceram antes de começar a funcionar, ou seja, em nenhum momento deste período que nós estamos aqui a descrever, em nenhum momento destes dois anos a grua funcionou efetivamente, ou seja, nunca funcionou! Aconteceram um conjunto de acidentes, de azares, pronto... A partir de agora o que eu espero é que as coisas funcionem. O Governo já assegurou que a grua está a funcionar, agora o que eu espero é que, os mecanismos de manutenção da grua sejam acionados e que a grua seja inspecionada regularmente para assegurar que a mesma funcionará até ... Estamos agora a aproximarmo-nos já do verão e será utilizada com muita frequência por parte dos pescadores e outras embarcações de outro tipo e portanto, é fulcral para a economia da ilha do Corvo, para os pescadores e para todos quantos utilizam embarcações na ilha do Corvo.

Portanto, para mim é com satisfação que ouço o Sr. Secretário dizer que o problema está resolvido, espero que desta vez seja mesmo a sério.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão peço desculpa, mas ...

Sr. Deputado Paulo Estevão, mas não percebi da sua intervenção qualquer tipo de questão ao Sr. Secretário.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não, foi apenas precisar, Sra. ...

Presidente: Mas a réplica...

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Bom, mas de qualquer das formas Sra. Presidente tem toda a razão...

Presidente: É só para poder dar a palavra ao Sr. Secretário.....

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não, não, não, tem toda a razão! E portanto, a questão que estava subentendida no discurso, é a seguinte, os mecanismos de manutenção da grua estão assegurados para o futuro?

Presidente: Sr. Secretário para responder.

Obrigada, Sr. Deputado.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Como eu já lhe disse, a Lotaçor e a Direção Regional das Pescas implementaram um sistema de manutenção, não só da grua do Corvo, mas de todas as gruas, e como lhe disse, na incerteza que existe sempre nestas questões, posso lhe dar a garantia que a grua está funcional, que vai funcionar e que temos um plano de manutenção para a grua. Aliás, muitas destas questões também nós colaboramos com as próprias associações de pescas de cada uma das ilhas, que nos apoiam também em muitas destas questões da manutenção.

Deixe-me só dizer-lhe o seguinte, muitas vezes, não só pelo local onde as gruas estão instaladas, mas também pela utilização intensa que têm, não só pelos profissionais como disse, mas também pelos não profissionais, estas gruas têm de facto uma utilização muito intensa e muitas vezes também, deixe-me aqui dizer-lhe e isto não depende de nenhum Governo, que é muitas vezes têm má utilização e outras vezes, como existe em vários sítios, muitas vezes também são sujeitos a vandalismo...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É verdade!

O Orador: ... e existem muitas situações destas, infelizmente, nos Açores e que agente não consegue controlar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário todos nós compreendemos que essas gruas avariam e irão continuar a avariar. O que é difícil de compreender é a demora na sua reparação e a negligência, que às vezes, é colocada nessa mesma reparação. E antes de lhe fazer a questão, queria corrigir-lhe relativamente àquilo que disse, que nos

Açores existem 35 guas, se calhar existem 35 guas colocadas e a funcionar, mas existe mais uma e existe mais uma nas Flores que está neste estado Sr. Secretário. *(O Orador mostra foto à câmara.*

Deputado André Bradford (PS): Se conseguíssemos ver!

O Orador: Isto é negligência! Isto é negligência Sr. Secretário!

E a minha pergunta é, existe entidade pública ou privada incumbida da reparação das guas nas Flores e qual é essa entidade?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Muito obrigado Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Bom, em relação à grua em concreto que mostrou aí, certamente que será uma grua que já não está em funcionamento e que foi desmontada para se montar uma grua nova.

Em relação ao número de guas, posso lhe garantir que são 35 o número de guas de coluna, que é, julgo eu, o exemplo que trouxe aqui. Depois, existem mais 34 guinchos, existem mais 10 outro tipo de guas, existem 6 pórticos nos Açores todos.

Em relação à manutenção, como teve oportunidade de dizer, é à Lotaçor e à Direção Regional das Pescas que incumbe essa tarefa e como também tive oportunidade de dizer, muitas das vezes as Associações de Pescadores colaboram connosco na identificação dos problemas e muitas vezes nós protocolamos com as próprias associações pequenas reparações nas guas, como por exemplo, no caso de São Jorge, pinturas, colocação de graxa, etc, em grande parte das vezes as associações colaboram connosco nessa manutenção.

E portanto, julgo que já respondi à sua pergunta. Deixe-me só, também informar-lhe que, na ilha das Flores existe a grua de Ponta Delgada que está

funcional, existe a grua do Porto das Poças que neste momento também está funcional (também sofreu avarias, mas já foi reparada) e também neste caso, quando houve uma avaria mais séria a Somague também apoiou a colocação dos barcos de pesca ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já não há Somague. Foi extinta!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem!

O Orador: ... a Somague ou outra empresa que lá estava, apoiou para a colocação dos barcos na água e existe a do Porto das Poças que também neste momento está funcional.

Lajes, Ponta Delgada e Flores está tudo funcional, felizmente!

Deputado Bruno Belo (PSD): Já pode responder ao requerimento!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário é um homem com azar porque as gruas que estão na ilha das Flores: no Porto de Santa Cruz das Flores, no Porto das Poças estão trabalhando a meio gás, porque o carrinho não trabalha. A das Lajes está avariada, não trabalha.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Não é verdade!

O Orador: ... Sr. Secretário a minha pergunta é simples, não vou fazer como o Deputado Bruno Belo fez que foi, falar de uma grua que foi desmanchada há muito tempo e que está inativa há muito tempo. Vou perguntar nas que estão ativas, Sr. Secretário, ou nas que deveriam estar ativas, que era a das Lajes das Flores e a de Santa Cruz das Flores. Aliás, as intempéries são para todas as ilhas, mas neste caso, vê-se perfeitamente que, no grupo ocidental as gruas avariaram todas. Não existe grua no Corvo, nas Flores estão avariadas!

A minha pergunta é simples: Prevê o Governo Regional solucionar este problema? E quando?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Bom, eu acabei de responder ao Sr. Deputado Bruno Belo que as gruas do Corvo neste momento estão todas operacionais. Houve, de facto, uma avaria na grua do Porto das Poças, isto foi em novembro, que o material demorou a chegar mas ela continuava operacional (não continuava era toda operacional, nomeadamente o carrinho).

Deputado Bruno Belo (*PSD*): O que o Deputado João Paulo Corvelo queria dizer é que amanhã vão estar avariadas!

O Orador: Neste momento, foi difícil chegarem as peças, é sempre difícil ter os técnicos disponíveis para repararem esse tipo de avarias, mas depois também houve aqui condições climatéricas que não permitiram atempadamente resolver esse problema. Neste momento, a informação que tenho é que está tudo funcional, inclusive o carrinho que está funcional, ou pelo menos, as peças já chegaram e vai ser reparado em breve.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É um bocadinho diferente!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estevão, para a segunda pergunta, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu devo dizer que a representação parlamentar do PPM é dos poucos grupos e representações que utiliza esta figura regimental. Pode não dar grande

espetacularidade, do ponto de vista do debate parlamentar, mas que é eficaz, é eficaz. Infelizmente só utilizo uma vez por ano ...

Deputado André Bradford (PS): Senão era todos os anos!

O Orador: ... porque só posso utilizar, do ponto de vista regimental, uma vez por ano. Mas, de qualquer das formas, Sr. Secretário devo-lhe dizer já pedi informações para o Corvo e de facto confirma-se, neste momento o técnico está a ultimar a grua. Ainda não está pronta, mas está a ultimar e está otimista em relação à conclusão da tarefa que está a empreender.

Bom, a segunda questão que lhe quero colocar é a seguinte, nas Lajes das Flores também nos interessa a nós, habitantes da ilha do Corvo, que seja instalada uma grua com maior capacidade para poder realizar a carga dos navios que se dirigem à lha do Corvo. Neste momento a grua que está nas Lajes das Flores tem apenas uma capacidade para 5 toneladas, o que lhe pergunto é, se o Governo ... bom, eu tenho que perguntar a alguém do Governo Sr. Secretário, a pergunta estava aqui e portanto, a questão é a seguinte, se o Governo garante que será deslocada uma grua móvel para as Lajes das Flores que permita que possam ser transportados cargas superiores às tais 5 toneladas para que seja efetuado o transporte entre o Corvo e as Flores? Porque a notícia que eu tenho é esta: com a aquisição de uma grua móvel para a ilha do Corvo de 60 toneladas, a que está a funcionar atualmente no Corvo que tem uma capacidade ligeiramente inferior, essa grua móvel passará a funcionar na ilha das Flores. O que eu lhe pergunto é se confirma esta informação? Não é uma informação oficial, mas é uma informação que eu tenho, ou seja, que a grua móvel que está a operar, neste momento no Corvo será transferida para a ilha das Flores? O que eu lhe pergunto é isso.

Depois da aquisição desta grua de 60 toneladas que ainda não foi, é uma aquisição que já foi anunciada por parte do Governo, mas que evidentemente, o

processo ainda não terminou. Portanto, confirma a transferência da grua móvel do Corvo para as Flores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Para responder à pergunta do Sr. Deputado Paulo Estevão, de facto como referiu, dizer que o concurso relativamente à grua móvel da ilha do Corvo está em fase final e a abertura de propostas é na próxima segunda-feira.

A possível deslocação de grua para as Lajes está a ser, ainda, avaliada. Essa decisão não está tomada ainda, tendo em conta as características da grua e a resposta que pode dar em termos de redundância nesse porto e também posso dizer que a Portos dos Açores tem prevista para o início de 2021 a aquisição de uma nova grua para o Porto das Lajes das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a prerrogativa da réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Portanto, posso colocar um “certo” nestas duas questões e na resolução destas questões. Na primeira questão já verifiquei que o problema da grua fixa fica resolvido hoje e o problema da grua móvel, que é essencial para realizar o transporte de contentores de maior dimensão para as embarcações que se dirigem à ilha do Corvo, a sua resolução fica assegurada por parte do Governo, ou através da transferência da atual grua móvel do Corvo para as Flores, ou então através da aquisição de uma outra grua móvel também para as Flores.

Posso concluir isto, Srs. Membros do Governo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estevão esta informação que eu dei a esta Câmara é pública há muito tempo. Portanto, aquilo que consta no plano de investimentos da Portos dos Açores é público e portanto, não entendo que da informação que dei aqui hoje, decorra qualquer tipo de novidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos passar então para o **2.º objeto – Medidas de proteção e preservação de zonas balneares e da orla costeira.**

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu nunca reivindiquei uma praia para a ilha do Corvo, ao contrário de outras reivindicações que aqui faço com assiduidade, porque nós tínhamos uma praia e a praia tinha este aspeto (*O Orador mostra foto à câmara*), chamava-se a Praia da Areia porque tinha muita areia, há séculos que se chama Praia da Areia.

Deputado André Bradford (*PS*): Por ação da natureza!

O Orador: Mas eu trago aqui o problema porque deixamos de ter esta praia por ação conjunta do Governo Regional e do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo. Esta maravilhosa Praia da Areia está atualmente neste estado, a Praia da Areia foi completamente destruída...

Deputado Francisco César (PS): Porque está a preto e branco?

O Orador: (*O Orador mostra foto à câmara*) por ação conjunta do Governo Regional e da Câmara Municipal do Corvo, e eu vou...

É verdade, é verdade!

A questão é a seguinte, num despacho conjunto, que é o despacho n.º 1048/2018, 25 junho de 2018, que é um despacho conjunto da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia e da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, este despacho estabelece e diz que, é necessário proceder à remoção parcial do morro (que é este), (*O Orador mostra foto à câmara*) ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Está ao contrário!

O Orador: ... que separa duas praias e que esta separação é necessária fazer alegadamente, porque está sinalizada a existência de perigo de derrocada e, de facto, a empresa Somague Ediçor a mando da ilha do Corvo e do Governo Regional, procedeu, não à remoção do morro que ainda está aqui – esta fotografia é de ontem –, ou seja, o morro não foi removido, o que foi removido foi...

Deputado Francisco César (PS): Mas está cheio de areia!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A pedra desapareceu!

O Orador: ...uma separação que existia com um conjunto de rochas que estavam localizadas neste local. Ou seja, depois da destruição desta língua de rocha (que foi a única coisa, porque o morro ficou lá) o que aconteceu foi que, o material que ficava retido numa das praias invadiu todos os outros locais em que existia uma praia de areia...

Deputado João Paulo Ávila (PS): O mar é que faz isso!

O Orador: ... e portanto, a vossa intervenção destruiu a praia, a vossa intervenção destruiu a praia, que ficou neste lindo estado que os srs. aqui estão a ver. Por isso, meus srs. isto é um crime ambiental...

Presidente: Tem que fazer a pergunta Sr. Deputado. Já esgotou o tempo.
Tem que fazer a pergunta.

O Orador: ... tenho que fazer a pergunta. Destruíram a praia, destruíram um local de enorme interesse turístico para a ilha do Corvo. Isto é inaceitável! Os srs. estão a rir-se, mas isto é gravíssimo! Isto é gravíssimo!

Presidente: Sr. Deputado tem que fazer a pergunta.

O Orador: ... Ouça! Os srs. estão a ver o estado em que deixaram a praia porque obviamente o material deixou de ser retido invadiu as zonas de areia!

Isto nunca esteve assim! Nunca! Nunca! Isto nunca esteve assim!

E o que os srs. fizeram é um crime, é um crime ambiental!

Agora, o que eu vos exijo, e a pergunta é: se o Governo Regional está disponível para reparar aquilo que estragou em conjunto com o Sr. José Silva, o Presidente da Câmara do Corvo?

Presidente: [inaudível]...responder.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Bom, eu julgo que já assisti aqui a algumas das intervenções do Sr. Deputado, mas julgo que, neste caso em concreto, ultrapassa um bocadinho a questão da demagogia.

O Sr. Deputado já vive há suficientes anos nos Açores para conhecer que existem praias de calhau rolado, existem dinâmicas próprias de muitas zonas litorais, nomeadamente praias nos Açores, que têm dinâmicas que, umas vezes estão com rochas na areia, outras vezes a própria dinâmica do mar retira essas rochas e esse é um processo dinâmico. E no caso concreto que está aí a mostrar,

não foi certamente a demolição que se fez de uma parte do morro, que provocou e que provoca essa acumulação de pedras, que aliás vão ser com certeza limpas pela Câmara Municipal (essas rochas) para a próxima época balnear, portanto não vai afetar. Aliás, a localização da própria praia, que é uma zona relativamente protegida.

Mas deixe-me também dizer-lhe uma coisa, o sr. mostra aqui uma fotografia depois de uma série de intempéries que houve violentas, nas últimas semanas e isso não é sério Sr. Deputado ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já estava assim!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque isso aconteceu devido às intempéries que houve violentas nas últimas semanas, porque se não tivesse existido isso, não teria acontecido. De qualquer maneira, não foi aquela obra e aquela obra foi feita também de uma forma mais integrada para proteger a falésia e para proteger as pessoas que frequentam aquele sítio, que havia de facto alguns sítios identificados em que havia, por vezes, algumas derrocadas. Não é uma intervenção muito agressiva e foi devidamente autorizada pelo Governo porque tecnicamente se considerou que, de facto, poderia ser vantajoso, não só para a proteção de pessoas e de bens e que não afetaria a qualidade da zona balnear em causa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouçá Sr. Secretário, essa acusação de demagogia é que é ela própria demagógica porque o que eu lhe estou aqui a apresentar é um problema real e eu, como todos os outros habitantes da ilha do Corvo e como os srs. vão ter que reconhecer no futuro, foi a vossa intervenção que provocou a vinda deste calhau

para a Praia da Areia. Porque eu vou-lhe dizer uma coisa: nunca, nunca em nenhuma situação a praia esteve nestas condições! Nunca! E qualquer pessoa, e o Sr. vai fazer agora uma visita no dia 25 à ilha do Corvo, qualquer pessoa lhe dirá isto, a praia do Corvo nunca esteve assim! E isto só aconteceu depois de ter sido destruído esta linha de pedra que dividia as duas praias. Eu também não percebo, eu sinceramente, estão aqui engenheiros, eu gostava que alguém me explicasse como é que os srs. aprovam? Está aqui! Este despacho que é assinado por V. Exa, em que diz o seguinte: “Vamos promover a destruição parcial do morro.”

Então os srs. só retiram o suporte de pedra!

Então, mas isto faz algum sentido? “Ai, esta pedra! Esta pedra para onde é que foi?” Que a empresa utilizou nas obras que o Governo estava a realizar, para a empresa foi um negócio maravilhoso, pôde utilizar toda esta pedra nas suas obras. Não é?

Agora, digam-me uma coisa onde é que está aqui a remoção parcial do morro? Só foi retirada a zona da rocha. Onde é que está? O morro está intacto! Os srs. não removeram nada do morro, o que os srs. retiraram foi a pedra e a pedra para onde é que foi? Foi utilizada pela empresa nas obras que estava a realizar.

Quem é que ficou beneficiado com isto? Foi a empresa. A empresa ficou beneficiada, agora, obviamente as pessoas na ilha do Corvo perderam a praia.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não é verdade! Ganharam a praia!

O Orador: Qualquer pessoa...Ouça!!! Nos próximos meses, nos próximos dias esta situação será reconhecida por todos porque os srs., ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Daqui a duas semanas estamos na visita estatutária!

O Orador: ... em conluio com o Presidente da Câmara, destruíram a Praia da Areia com uma enorme irresponsabilidade.

E já agora, Sr. Secretário, eu gostava que o Sr. Secretário me dissesse que estudos foram feitos para realizar esta intervenção porque obviamente, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não quer é que se fale nas boas obras no Corvo!

O Orador: ... quando se mexe no morro e que se mexe nesta linha de proteção de rocha, evidentemente isto tem efeitos, não é preciso ser um especialista nesta matéria.

Os srs. não conseguiram foi prever a gravidade daquilo que aconteceu. Mas sabe uma coisa? E termino Sra. Presidente.

Sabe uma coisa? Eu vou-lhe dizer. As pessoas com mais experiências na ilha do Corvo, pessoas com 60, 70, 80 anos, disseram-me isso, logo na altura. Isto o que vai provocar é que todo aquele calhau, que era retido anteriormente, por aquela linha de proteção, este calhau vai invadir a Praia da Areia. E foi exatamente isto que aconteceu, e não é preciso ter nenhum curso de engenharia nem nada, eles fizeram esta previsão e tinham razão. E o sr. é o responsável, juntamente com o Presidente da Câmara pela destruição.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O que eu lhe peço é os estudos que foram feitos em relação a esta questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Tendo em conta o significado de conluio, ou

seja, combinação maliciosa e o Sr. Deputado Paulo Estevão acusou-nos de fazer um conluio ...

Presidente: Tem a palavra Sr. Secretário Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso há todos os dias!

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): ... com o Presidente da Câmara do Corvo para destruir a praia, o que não corresponde de todo à verdade.

Sr. Deputado, em primeiro lugar: relativamente à expressão “conluio”, dizer-lhe que o Governo não faz conluios com ninguém, muito menos para destruir seja o que for.

Em segundo lugar: dizer-lhe também, já percebemos Sr. Deputado, que o Sr. Deputado fica muito exaltado em tudo o que se refere ao Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quero lá saber do Sr. Presidente!

O Orador: Já percebemos que o Sr. Deputado tem uma obsessão...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estevão, já percebemos, tem uma obsessão com o Presidente da Câmara do Corvo, mas oh Sr. Deputado vai ter que ir resolver no espaço próprio, que eu julgo que não é aqui.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não consigo ir!

O Orador: O Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo foi eleito democraticamente, está no desempenho das suas funções a fazer o melhor que sabe e o melhor que pode a favor dos Corvinos e portanto, Sr. Deputado se tem alguma coisa a tratar com o Sr. Presidente da Câmara, pois nos espaços próprios pode fazê-lo.

Relativamente à suposta destruição da praia. Não é verdade! Não é verdade!

A Câmara Municipal do Corvo solicitou ao Governo autorização para remover uma pedra grande que juntava os dois areais para desta forma, aumentar o

tamanho da Praia do Corvo. É isso que está em causa, e eu convido todos os corvinos e todos os futuros visitantes do Corvo a lá irem e verem com os seus próprios olhos.

Sr. Deputado Paulo Estevão posso também dizer-lhe que daqui a 15 dias o Governo estará todo no Corvo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A tomar banho!

O Orador: ... na visita estatutária e eu espero que desta vez, ao contrário do que aconteceu nos últimos anos, o Sr. Deputado Paulo Estevão esteja lá, na visita estatutária, para confrontar o Governo com aquilo que muito bem entender.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Diz V. Exa. que eu estou muito preocupado com o Presidente da Câmara do Corvo. Não será a minha preocupação superior, à que vocês têm com o Presidente da Ribeira Grande? Presumo. Que aqui foi tão referenciado ontem. Mas devo dizer a V. Exa o seguinte, diz: “poderá ser resolvido no local próprio”, eu não consigo ir a nenhuma reunião. Todas as reuniões são marcadas, exatamente, quando eu estou no plenário. Portanto, não é possível resolver, eu não consigo estar em dois locais ao mesmo tempo.

Agora, a questão aqui essencial é o seguinte, é que o sr. reescreveu o despacho. Então o despacho diz que, é por perigo de derrocada e o sr. agora diz que afinal era para fazer uma praia maior, mas isso não está no despacho!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Basta lá ir ver!

O Orador: Oh sr. mas isso não está no despacho! A sua gaffe é monumental Sr. Secretário. Afinal, não havia perigo de derrocada! Afinal, o que existia era um conluio ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (*Berto Messias*): Vou ter de fazer outro protesto!

O Orador: ... para criar uma praia maior! Só que, meus srs., o que é que aconteceu? Ao destruir, não o morro, mas ao destruir esta zona de pedra que separava as duas praias, acabaram com a zona de retenção e o resultado, não foi construir uma praia maior, foi destruir todas as praias existentes.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Vamos lá os dois na visita estatutária!

O Orador: ... Ou seja, isto que aqui está é uma vergonha, e devo dizer Sr. Secretário, em relação à visita estatutária eu não estou a ver, depois da comunicação da Comissão Nacional de Eleições, como é que os srs. continuam a realizar aquelas visitas estatutárias propagandísticas que realizavam anteriormente. Não vejo...

Presidente: Sr. Deputado isso já não tem nada a ver com o contraprotesto.

O Orador: ... que v. exa esteja em condições de o fazer.

E mais do que isso, Sr. Secretário, porque é que eu não estive presente em protesto pela forma como os srs. estavam a discriminar os alunos do Corvo em relação às refeições escolares. Foi por isso que eu não estive lá! Foi em protesto pela vossa atitude!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor nunca foi!

O Orador: A pergunta que deixo, Sr. ...

Não deixo nenhuma pergunta, porque estou no contraprotesto ... [inaudível].

Presidente: Não é preciso, Sr. Deputado.

Obrigada, Sr. Deputado.

A pergunta já está feita e registada e agora sim, o Sr. Secretário Regional pode responder.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito obrigado Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Bom, eu julgo que já foi tudo dito, já foi aqui referido que a dimensão do que se retirou dessa zona não é, certamente, suficiente para todas essas alterações. Muito provavelmente isso foi devido às intempéries que houve recentemente e que será reposta toda essa situação.

O que interessa aqui ressaltar é que as pessoas ganharam mais segurança na frequência daquela zona balnear, ganharam também uma facilidade de acesso e de ligação entre as duas zonas de areal e também dizer-lhe, que terei muito gosto em ir consigo na próxima visita estatutária que fizer ao Corvo, e de visitarmos em conjunto essa zona para então vermos aquilo que são os efeitos reais que esta obra teve, que não são certamente aquelas que o Sr. Deputado está a afirmar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa** (*PSD*): Muito obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade temos estado expostos nos últimos meses a algumas condições adversas de mar, mas acho que estamos longe de poder considerar que este tem sido um dos invernos mais severos.

Mas existem bastantes ocorrências a registar em diversas zonas balneares e na orla costeira. Além das ocorrências temos registada a reincidência e o agudizar de danos, pois tratam-se, em alguns casos, de equipamentos e zonas que tem vindo a registar deterioração ao longo dos anos, sem ações nem medidas de proteção e manutenção.

A nossa questão refere-se concretamente a duas zonas: a primeira é a zona do Pocinho, na freguesia da Candelária, zona que foi sujeita a anúncio do Governo em 2015, pelo antecessor do Sr. Secretário, para início de procedimento. Na altura, o anúncio constava de um prazo de 60 dias para a realização das obras. Até hoje não se realizou.

E em segundo, referimos a orla costeira das Lajes do Pico que assistiu nos últimos meses a dois galgamentos que deixam claras as suas fragilidades e que fazem lembrar que a segunda fase da proteção da orla costeira nunca foi concretizada.

E portanto, a questão que deixamos ao Governo é: para quando a intervenção e o cumprimento das promessas, conforme o correto diagnóstico efetuado no plano de ordenamento da orla costeira da ilha do Pico, dada a sua importância como proteção das pessoas e bens, e no caso concreto das Lajes do Pico? Sendo que, há poucos dias, a Portos dos Açores afirmou que esta não prevê qualquer proteção na orla costeira nas Lajes do Pico.

Muito Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Bom, em relação às intervenções na orla costeira, como compreenderá, existem inúmeras situações, aliás é público e conhecido essas intervenções, o que eu lhe posso dizer é que nos últimos anos foram investidos cerca de 13 milhões de euros...

Deputado Marco Costa (PSD): Mas não foi aqui!

O Orador: em cerca de 22 intervenções em todos os Açores. Eu destaco, por exemplo aqui, a zona de Rabo de Peixe, um investimento de 3.3 milhões de euros, a orla costeira da Barra de 7.5 milhões de euros. E posso-lhe também dizer que estão previstas ser lançadas mais intervenções e mais projetos em zonas críticas da Região Autónoma dos Açores, incluindo a zona do Pocinho, aliás já foi visitada depois das intempéries e mal aconteceram, tive oportunidade inclusive, de falar com o Sr. Presidente da Câmara da Madalena, e foi visitada por técnicos e de facto vamos repor aquilo que era a proteção que lá existia. Essa intervenção vai ser feita em breve.

Agora as intempéries, como disse, são inesperadas e a cada momento aquilo que são as intervenções que estão previstas, muitas vezes as prioridades podem mudar e neste caso, e por exemplo, ainda recentemente na ilha Graciosa nós tínhamos previsto algumas intervenções, por exemplo no Porto Afonso, que decidimos não fazê-la porque achamos que na sequência das últimas intempéries houve situações que se agravaram e tornaram-se prioritárias. Portanto, este é um processo dinâmico e a cada momento temos que escolher as prioridades, sempre, sempre e sempre na defesa daquilo que é: primeiro lugar, as pessoas e os bens e só depois intervir em zonas que têm características mais de lazer e zonas balneares.

É essa a nossa prioridade, não sei se será a vossa prioridade. Julgo que todos concordamos que em primeiro lugar estão as pessoas. E deixe-me dizer-lhe também que, temos previsto então 5.7 milhões de euros para investir em mais projetos e em mais zonas, inclusive posso também lhe dizer que uma das obras

que foi intervencionada recentemente na ilha do Pico foi o Cais Mourato, que também era uma zona que estava crítica e podia afetar as casas, essa obra também foi concluída. E aos poucos vamos tentando colmatar essas situações e fazendo essas intervenções dentro daquilo que é possível.

Posso-lhe também dizer que, no plano da Direção Regional dos Assuntos do Mar, temos sempre prevista uma verba, neste caso para este ano, de 211 mil euros, para acudir a situações extraordinárias, nomeadamente as intempéries, e dizer-lhe também que em muitas destas situações as Câmaras Municipais também são elas próprias que tem a responsabilidade de fazer muitas das intervenções.

Nós, compreendendo muitas vezes que a dimensão das intervenções e as Câmaras Municipais não têm essa capacidade e sempre na perspetiva de proteger as pessoas e bens, o Governo muitas vezes assume essa responsabilidade porque de facto muitas das intervenções são de dimensão, que nós compreendemos que as Câmaras Municipais, apesar de terem essa responsabilidade, não têm essa capacidade muitas vezes.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu sou dos Açores. Cresci desde uma semana de idade no Porto Martins, que é uma zona piscatória, banhar e tomei muitas vezes banho, agora na pomposamente chamada Piscina de Porto Martins, mas na Poça da Areia, eu e o Sr. Secretário Berto Messias também, tomávamos banho na Poça da Areia.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Eu ainda tomo!

O Orador: E eu também! Agora mudei-me mais para o porto da minha grua.

Mas Sr. Secretário, praias de calhau rolado e calhau rolado e praia de areia, eu também sei muito bem o que é, tal como o sr. sabe, tal e qual. Agora, e lembro-me que a Câmara da Praia antes de ter as obras que se fizeram agora na chamada piscina, quando era a poça, a poça de inverno (devido às marés) enchia de calhau rolado (que é aquele calhau que aparece ali), calhau trazido pelas ondas e a Câmara em maio, mandava sempre limpar a poça para ficarmos com a poça da areia, porque a outra era de pedra.

Ali no Corvo, por aquilo que eu percebo, a situação é a mesma, havia uma praia de pedra e uma praia de areia. Quando fizeram a obra e partiram aquele istmo de pedra, devido ao movimento das marés, e como o sr. muito bem disse, a pedra rolada veio parar mais intensamente à praia de areia.

Isso é a dinâmica das marés e a dinâmica das coisas Sr. Secretário, é só olhar para a fotografia e percebe-se e o sr. sabe muito bem. Agora, a obra era para pôr em baixo uma encosta, o que se percebe é que puseram em baixo um istmo que dividia duas praias. Isto não foi previsto no estudo prévio, presumo, não se destrói uma coisa sem haver um impacto ambiental, pelo mínimo que seja. Foi feito esse estudo?

E segunda pergunta, sendo assim, que medidas o Governo prevê tomar, de limpeza da praia em época pré-balnear, para que ela volte? Porque a areia lá está, tem é pedra por cima. Prevê o Governo então, ações de limpeza naquela zona para que os Corvinos tenham então uma praia maior, mas de areia, limpando o calhau rolado que naturalmente as marés vão trazer? São portanto, duas perguntas numa só, o impacto ambiental que aquilo poderia ter e se o Governo prevê, efetivamente, uma limpeza pré-época balnear para que a praia fique utilizável, a praia de areia para os corvinos?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Bom, dizer-lhe que a dimensão da intervenção não justificava qualquer estudo muito detalhado sobre essa intervenção. A intervenção foi relativamente minimalista e, tecnicamente, não é essa intervenção que será responsável pelas pedras que se acumularam agora no areal.

Deixe-me dizer-lhe que essa responsabilidade também, de retirar as pedras que estão neste momento no areal e que muito provavelmente foram devido às últimas intempéries que houve e que foram acumuladas no areal, certamente que serão retiradas pela Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal responderá e certamente o fará antes da época balnear.

Mais uma vez, estas zonas costeiras tem uma dinâmica forte como compreenderá e a intervenção também teve como objetivo a questão da arriba e havia de facto ali algumas zonas que precisavam de ser corrigidas e essa correção e essa melhoria, digamos assim, também vai beneficiar certamente a segurança das pessoas que frequentam essa zona.

A praia não se perdeu, não se vai perder e certamente, daqui uns meses eu terei muito gosto em trazer aqui uma fotografia...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Fico à espera!

O Orador: ... com o areal cheio de areia e as pessoas lá a tomarem banho, aliás é esse o objetivo daquele sítio.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Tiago Branco tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Branco** (*PS*): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Não vai reclamar da Praia do Almoxarife?!

O Orador: As zonas balneares da Região Autónoma dos Açores são naturalmente um ativo de excelência, não só para usufruto dos açorianos, mas também para aqueles que visitam a região. Sendo de grande importância continuar a valorizar e a coordenar a gestão dessas mesmas zonas balneares, assegurando a qualidade das suas águas e promovendo a reclassificação dessas zonas, quando assim se considere necessário, e também envolvendo as autarquias locais nessa matéria.

E neste âmbito, o que eu gostaria de questionar o Governo Regional, era que ações o Governo pretende desenvolver para que a qualidade da oferta nesta área continue a ter uma trajetória crescente, nomeadamente, no que se refere ao incremento do número de águas balneares identificadas, à melhoria do controle da qualidade das águas balneares, ao aumento do número de zonas balneares costeiras com o galardão da bandeira azul, ao aumento da vigilância e segurança dos utentes pela afetação de nadadores salvadores em mais zonas balneares e à melhoria das condições físicas e logísticas dessas mesmas zonas?

Obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional para responder tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Tiago Branco, em primeiro lugar deixe-me esclarecer que, na maioria dos casos, ou em todos os casos, a responsabilidade pela gestão das zonas balneares é primeiramente das Câmaras Municipais, dos Municípios, e desde há muitos anos que a Direção dos Assuntos do Mar colabora com todos os Municípios da Região, tecnicamente, mas também em termos de financiamento para melhorar as condições das zonas balneares das ilhas dos Açores.

Posso dizer-lhe que o ano passado a Direção Regional dos Assuntos do Mar investiu cerca de 150 mil euros na gestão e na monitorização das muitas zonas balneares dos Açores. Compete também à Direção Regional dos Assuntos do Mar a monitorização e assegurar a qualidade das águas que são identificadas em colaboração com as entidades gestoras. Posso-lhe dizer que, por exemplo, em 2018 foram feitas cerca de 400 análises às águas balneares dos Açores e zonas balneares identificadas e em 173 não identificadas. Estas análises são normalmente feitas pelo INOVA. Em 2019 estão propostas cerca de 122 águas balneares e estão previstas cerca de 634 análises à qualidade das águas destas zonas.

Um dos objetivos do Governo Regional seria nós conseguirmos ter, pelo menos, uma zona de uma bandeira azul em cada uma das ilhas dos Açores e isso tem sido conseguido.

Neste momento existem cerca de 45 bandeiras azuis na nossa Região: 39 das quais são em zonas costeiras, 5 em marinas e existe também uma embarcação que tem este galardão.

Por outro lado também, e para garantir a qualidade e a segurança do usufruto destas zonas balneares, o Governo Regional tem realizado vários cursos de nadadores salvadores em toda a Região. Esses cursos têm sido feitos em colaboração com a Associação de Nadadores Salvadores dos Açores e foram feitos cerca de 16 cursos nos últimos anos. Em 2019 temos previsto mais 4 cursos de nadadores salvadores nas ilhas do Faial, Terceira e São Miguel, e isto de facto, garante também a segurança do usufruto destas zonas, em colaboração com as entidades gestoras.

Há que reconhecer que há aqui também um problema, muitas vezes de recrutamento de nadadores salvadores e por isso, o Governo Regional tem insistido e tem reforçado as ações de formação para ver se conseguimos atrair mais nadadores salvadores na altura do verão, na altura em que eles são

necessários para garantirem a segurança dos frequentadores destas zonas e daqueles que nos visitam.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Sr. Secretário Regional, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores tem informado todos os deputados municipais que está à espera de uma resposta sua para uma obra importante na freguesia de Ponta Delgada das Flores, uma obra balnear.

Então a minha pergunta vai no sentido de, há quase um ano que está à espera dessa resposta, se o Governo Regional, neste caso o Sr. Secretário, pretende dar esta resposta à autarquia ou não para poder avançar com a obra, ou não?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em relação a Santa Cruz das Flores, presumo que fala numa zona que as pessoas frequentam no próprio porto de Ponta Delgada, nas Flores. Essa associação foi nos colocada há algum tempo pelo Sr. Presidente da Câmara, neste momento já existe uma proposta de decreto, esse projeto terá que ser avaliado pela Direção Regional dos Assuntos do Mar, mas como disse, em relação a este assunto, isto é da responsabilidade da Câmara Municipal. Nós, naturalmente, estamos sempre dispostos a apoiar naquilo que for necessário e depois de haver essa avaliação da intervenção que se pretende fazer ali, depois avaliaremos a forma como iremos colaborar com a Câmara Municipal para essa intervenção.

Deixe-me dizer no entanto, e reforçar aquilo que disse à pouco em relação às orlas marítimas, as intervenções na orla costeira e nas zonas balneares tem que ter sempre em atenção as disponibilidades financeiras que o Governo Regional tem nesta matéria, e como disse há pouco, em relação àquilo que são as prioridades, que para nós são fundamentais, que é a proteção de pessoas e bens, nós privilegiaremos sempre essas intervenções. Se o financiamento sobrar para outras intervenções, em colaboração com as Câmaras Municipais, em relação à melhoria das condições de zonas balneares, naturalmente que o Governo Regional estará disponível para colaborar com as Câmaras nessas intervenções.

Deputado João Corvelo (PCP): Não estamos a falar de dinheiro! Estamos a falar se sim ou não!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

A orla costeira da freguesia de Calhetas, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, tem sido uma zona afetada por uma elevada erosão que tem posto em causa a segurança de várias habitações na zona. Foi alvo de derrocadas durante os anos de 2017 e 2018 e o Bloco de Esquerda teve oportunidade de questionar o Governo Regional no passado mês de novembro, no âmbito das audições para o Plano e Orçamento, sobre esta matéria. Na altura, o Sr. Secretário Regional referiu que estava efetivamente previsto um trabalho de acompanhamento no âmbito do acompanhamento à erosão da orla costeira naquela zona, na freguesia de Calhetas e que durante o ano de 2019 as habitações que seriam desocupadas seriam também alvo de demolição. E aquilo que eu questiono neste momento, passados alguns meses é: qual é o ponto de situação da orla costeira da freguesia de Calhetas? Porque é uma zona efetivamente, que para além da erosão natural e do risco que isso implica, está

também em causa aqui a segurança de populações e as suas habitações, que obviamente tem de ser salvaguardadas e quando isso não é possível, serem efetivamente realojadas o quanto antes.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado, em relação à zona das Calhetas é uma zona, realmente crítica e que o Governo Regional ao longo dos anos tem acompanhado muito de perto esta situação. Nestas situações, deixe-me dizer, que a Direção Regional dos Assuntos do Mar, esta secretaria, atua em articulação absoluta com o Laboratório Regional de Engenharia Civil, que nos apoia muito na identificação destas situações e nas soluções que poderão vir a ser tomadas.

Em relação a esta zona, ela tem como disse, sido acompanhada muito de perto e é uma zona que de facto nos preocupa, aliás, não só esta zona, mas muitas das zonas na costa norte da ilha de São Miguel. O que posso dizer em relação a isso é que neste momento estão a ser elaborados os projetos de intervenção em toda esta orla costeira da zona das Calhetas, os projetos ainda não estão concluídos e depois far-se-á uma avaliação daquilo que são os custos desta intervenção e as melhores formas de intervir nesta zona, poderá passar pela demolição de mais casas, o realojamento de mais famílias.

Posso-lhe dizer que nesta zona em particular, já foram realojadas muitas famílias. Persistem alguns problemas porque as pessoas que lá moram, ainda persistem algumas três ou quatro casas, em que as pessoas têm alguma resistência em ser deslocadas para outro sítio. Esse assunto também está a ser articulado com a Direção Regional da Habitação desde há vários meses, finalmente, sei que existe, nalguns dos moradores mais resistentes, algum

acordo para pelo menos um ou dois sair, além das 22 que já foram realojadas noutras habitações e também está em curso um processo para efetuar as demolições daquelas que já se podem demolir.

Tem havido aqui alguns problemas burocráticos nesta demolição, posso-lhe também referir devido às situações em que as próprias habitações estão. Muitas delas estavam com hipotecas, muitas delas tem herdeiros que é preciso contactar e que é difícil contactá-los, portanto, tem havido aqui algumas questões de ordem burocrática que tem que ser ultrapassadas, mas posso-lhe garantir que em breve e durante o primeiro semestre, vamos proceder à demolição de mais habitações e entretanto o projeto para a intervenção para a proteção de pessoas e bens em toda aquela costa, está a ser elaborado e também entretanto será finalizado e depois será feita, necessariamente, uma avaliação daquilo que se poderá fazer naquela zona, depois de termos o projeto técnico concluído.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a segunda pergunta no âmbito deste objeto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Bem, ficou aqui provado que não existiu nenhum estudo prévio quando se destruiu esta zona de retenção do calhau formada por esta língua de pedra. Não existiu nenhum estudo em relação às suas consequências.

Eu devo-lhe dizer Sr. Secretário, eu tento resolver sempre as coisas do ponto de vista político em primeiro lugar e só depois recorro à via judicial porque a questão aqui é a seguinte, o que eu quero aqui é um compromisso do Governo Regional em reparar aquilo que estragou conjuntamente com a Câmara Municipal do Corvo. Eu quero aqui um compromisso, como essa zona de retenção do calhau rolado foi abatida e isto não representa a destruição do

istmo, não representa, como o sr. diz, a regularização da arriba. Nada disso aconteceu, apenas se lhe retirou a base de rocha que existia e portanto, não houve nenhuma intervenção em relação ao morro propriamente dito.

A questão é a seguinte, esta zona de retenção foi retirada e tem que ser reparada, tem que ser reposta uma zona de retenção do calhau rolado porque se não, a praia fica nesta situação. E isto não tem a ver com intempérie, intempéries sempre existiram e a praia da areia nunca ficou assim, nunca!

E portanto, a pergunta que eu lhe quero colocar é, se V. Exa vai reparar, se vai recriar a zona de retenção que existia e que a sua destruição provocou que, o calhau que antes ficava retido agora não fique e portanto, destrua uma praia de areia de enorme importância para a ilha do Corvo. O que eu lhe pergunto é se, o Governo está disponível a realizar as reparações que se impõem? Já vimos que fez isto sem sequer estudar e planear a operação.

E quero dizer-lhe também e a pergunta é esta: O Sr. Secretário Berto Messias disse aqui que o objetivo era criar uma praia maior e o que eu vejo aqui no despacho que V. Exa. assinou foi o seguinte: “A Praia da Areia no concelho do Corvo, caracteriza-se pela existência de um morro que divide o areal e que tem vindo a ser sinalizado com a existência do perigo de derrocada, afetando as condições de segurança dos frequentadores da zona balneares.”

Em nenhum momento refere que é necessário construir uma praia maior. O que eu lhe pergunto é: confirma que o objetivo último da intervenção era criar uma praia maior?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Estamos no inverno!

O Orador: Segundo lugar, eu quero que V. Exa...Porque o que eu lhe digo é o seguinte, se eu não tiver essa confirmação por parte do Governo, da reposição imediata ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... das condições preexistentes, o que irá acontecer é que, não resolvendo as questões politicamente terei, e anuncio aqui, irei seguir a via judicial, para verificar quem é que tem responsabilidades neste processo, quem é que cometeu os erros que foram cometidos e as suas consequências, responsabilizar também os responsáveis pelas suas consequências. Portanto, a pergunta que faço é, o objetivo era este, que foi aqui referenciado pelo Sr. Secretário Berto Messias

Deputado João Paulo Ávila (PS): A praia maior é a consequência!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Uma coisa é a consequência da outra!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Oh Sr. Deputado, naturalmente que uma coisa pode ser consequência da outra e um dos objetivos era realmente, a proteção das pessoas que estavam identificadas naquelas zona, algumas zonas de falésia onde poderiam pôr em causa a segurança das pessoas, e na sequência disso juntou-se também a questão da passagem de um areal para o outro e, como lhe disse, a dimensão da intervenção não justifica o que diz, que é a destruição da praia.

O Governo Regional, naturalmente, está sempre disponível para avaliar as situações e estou convencido que do ponto de vista técnico, a dimensão da intervenção não justificava esse alarmismo, digamos assim, que o Sr. Deputado quer trazer a esta Casa, uma vez que a intervenção foi minimalista e vai permitir, com certeza, uma zona balnear também de melhor qualidade e com maior segurança.

O que se passou, provavelmente como lhe disse, foi uma questão das últimas intempéries que fizeram essa nova dinâmica e o Governo Regional, naturalmente está disponível para ir acompanhando e avaliando essa situação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A mim cabe-me, enquanto Deputado Açoriano, defender os interesses da minha terra. E o que eu estou aqui a fazer é a defender os interesses da população da ilha do Corvo, que tinham uma praia extraordinária, tínhamos uma praia extraordinária e por culpa de intervenção de V. Exas – não foi intempérie –, por culpa de intervenção de V. Exas, está neste estado! E digo-lhe uma coisa, o que ficou aqui provado é que os srs. fizeram a intervenção sem qualquer tipo de plano, sem qualquer tipo de estudo e o que aconteceu é que os srs. não fizeram nenhuma intervenção no morro, só retiraram a língua de rocha, mais nada! Não fizeram nenhuma intervenção no morro! O que os srs. fizeram, e isso teve consequências, acabou com a zona de retenção e neste momento o calhau rolado que ficava retido naquela praia, que já era de calhau rolado, invadiu a praia da areia e isto é muitíssimo grave Sr. Secretário. O que eu esperava, e torno a reiterar, é que o Governo se comprometa a realizar uma intervenção porque eu acho que a política apolítica o que é de política, porque o sr., se conhece o meu registo, sabe que eu nunca, mas nunca vou desistir de repor a situação anterior e de repor outra vez as condições preexistentes na praia. Nem que eu vá...Nem que eu faça tudo o que eu tiver que fazer! Não tenha qualquer tipo de dúvida! Esta questão nunca irá terminar.

Portanto, eu quero aqui, da sua parte, um compromisso que irá existir esta intervenção. Se não existir esta intervenção é evidente que teremos que seguir a

via judicial porque os srs. têm responsabilidades nesta matéria. Fizeram uma intervenção que não foi planificada, não foi planeada e que teve estas consequências terríveis para esta infraestrutura balnear.

Presidente: Sr. Secretário Regional para responder tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Bom, eu vou responder o mesmo que respondi há pouco.

A dimensão da intervenção do ponto de vista técnico, não parece ser a causadora dessa alteração que se verifica na praia.

Certamente que o Sr. Presidente da Câmara do Corvo, e lá irá limpar as pedras que se acumularam na praia, muito provavelmente devido às últimas intempéries e reafirmo aqui que o Governo Regional está disponível para avaliar a situação e para, se for caso disso, propor uma solução técnica, mas que neste momento não nos parece ser essa a causa.

Mas estamos disponíveis para acompanhar essa situação no futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Jaime Vieira tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira** (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados e Exmos. Srs. Membro do Governo:

Pelo facto de sermos ilhéus, a proteção das falésias tem que ser sempre uma prioridade de qualquer Governo Regional, para garantir de certa forma a segurança de bens e principalmente das pessoas.

Muitas são as zonas da costa norte da ilha de São Miguel que nos preocupam, mormente a freguesia de Calhetas da Ribeira Grande e também a vila de Rabo de Peixe. Se é verdade que em Rabo de Peixe já houve uma intervenção, também é verdade que existem ainda alguns quintais, num troço da Avenida D. Paulo José Tavares, onde se assiste a alguns desabamentos de terra, e neste

sentido, seria importante haver uma segunda fase de construção para garantir a segurança de pessoas e bens naquela vila.

Esta situação, é uma situação, claramente, que está a preocupar os moradores locais.

Na sequência, Sr. Secretário, da intervenção do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, não podemos aceitar a justificação relativamente à freguesia de Calhetas. E porquê? Porque efetivamente, aquele problema na freguesia das Calhetas há muito que é do conhecimento do Governo Regional e que neste sentido, nós achamos que essa instabilidade tem que ser rapidamente corrigida.

Em 2001 deu entrada nesta casa um requerimento em que falava exatamente, e abordava o assunto da falésia da freguesia das Calhetas. Em 2013 o título do jornal Açoriano Oriental, a 27 de fevereiro mais concretamente, era “Na freguesia de Calhetas há famílias a viver sobre a falésia com medo das novas derrocadas”. Foi o maior destaque da capa do Açoriano Oriental.

O PSD a 26 de julho de 2017, numa visita à freguesia de Calhetas alertou para a importância de uma intervenção rápida naquela falésia. No entanto, nada foi feito. Consequências: as derrocadas continuaram a acontecer!

Ora, todos nós procuramos nas nossas casas, o nosso refúgio, a nossa tranquilidade, a nossa segurança. Infelizmente, com os moradores das ruas atingidas nem sempre isto acontece porque vivem num autêntico sobressalto, com medo que uma futura derrocada possa atingir a sua moradia.

Sr. Secretário, quanto mais tarde foi a intervenção realizada naquela falésia, maior serão os danos e maiores serão as verbas a investir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não basta apenas identificar, é preciso dar o passo seguinte. E o passo seguinte, neste caso é agir sem mais demoras.

Perante esta situação, os cidadãos da freguesia de Calhetas merecem um compromisso do Governo.

E a questão Sr. Secretário, para quando o início das obras da falésia da freguesia de Calhetas porque não se compreende tanta demora?

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para responder.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Bom, em relação às Calhetas, eu julgo que já fui claro naquilo que se pretende fazer. Neste momento vão ser demolidas algumas das casas que já estão sem moradores. Isso é um processo que está prestes a ser iniciado, já foram realojadas muitas famílias daquela zona e neste momento, como lhe disse, o projeto para uma possível intervenção está a ser elaborado por uma empresa que foi adjudicado recentemente e ainda não se encontra concluído.

Como sabe, é uma zona extensa e que poderá, inclusive até, ter várias partes de intervenção, ou não. Teremos que optar, eventualmente, por desalojar mais famílias que estejam numa situação de maior risco.

Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa: o Governo Regional não tem estado de “braços cruzados” ao longo destes anos todos, o Governo Regional tem acompanhado a situação, aliás, não só naquela zona, em Rabo de Peixe e mais zonas da costa norte, como tive oportunidade já de dizer aqui. Tem articulado de muito de perto esta monitorização da situação com o Laboratório Regional de Engenharia Civil e vamos recolhendo informações daquilo que são situações

de eminência de perigo, situações de menor risco. E portanto, isto são questões muito técnicas, mas que nós estamos a acompanhar e as pessoas podem estar descansadas (as pessoas que vivem naquela zona) que esse acompanhamento será feito.

Aliás, existem como sabe também, já algumas zonas, onde não se pode e já existem limitações de circulação e portanto, já são consequência, exatamente, desse acompanhamento e desse aconselhamento que nos vai sendo dado pelos técnicos competentes nesta matéria.

Eu não lhe posso dizer quando é que será a intervenção nas Calhetas, como será a intervenção nas Calhetas porque precisamente o projeto ainda está em execução e depois terá que ser tomada uma decisão da intervenção que vai ser feita no local.

Em relação à zona de Rabo de Peixe, como referiu e bem, a obra também está concluída. Foi uma obra também com bastante envergadura, aliás, o Sr. Deputado também esteve envolvido nalgumas reuniões com os próprios moradores e temos ali um impasse, que eu também espero que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal da Ribeira Grande nos possam ajudar nesse aspeto, porque como sabe, houve uma tentativa há relativamente pouco tempo, de fechar uma das faixas daquela rua (que é necessária e é o aconselhamento que os técnicos deram na sequência do conjunto da obra) e eu sei que o Sr. Deputado, enquanto Presidente da Junta fez uma reunião para apoiar o Governo nesse sentido, sabe que os empreiteiros quando chegaram no outro dia ao local, a população não quis a intervenção, e eu também desde já, apelo aqui à intervenção do Sr. Deputado Jaime Vieira, porque aquela situação não pode perdurar e pedia aqui também o seu apoio para resolvermos aquela situação, junto também com a Câmara Municipal da Ribeira Grande porque de facto os carros não vão poder estacionar do lado direito da via da Rua de São Sebastião e tem que ser feito um esforço de colaboração conjunto para que possamos

fazer o final da intervenção que estava prevista para não agravarmos a situação de segurança dos moradores daquela zona.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Não há mais inscrições para este objeto.

Sendo assim, vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 13 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no **Objeto n.º 3 – Reestruturação das calçadas do conjunto classificado e interesse público núcleo urbano antigo da vila do Corvo.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou mostrar-vos aqui mais algumas fotografias. Não são fotografias agradáveis, mas é um assunto também que tem que ser resolvido.

Esta fotografia mostra o que resta da calçada tradicional do Corvo, era assim.

(Neste momento, o Orador mostra fotos à câmara)

E assim, tem aqui outro exemplar. Ao contrário. Assim!

Pois bem, a Câmara Municipal do Corvo em conluio com o Governo Regional...

Presidente: Sr. Deputado, não vamos dar azo a novos protestos. Pode usar uma palavra mais adequada.

O Orador: ... conluio, ou seja, de acordo ou com o acordo do Governo, alterou em parceria, pronto...

Mas eu não vejo ... um conluio não é assim ...

E diz a lei – e isto é importante – os espaços públicos, dentro das áreas classificadas, que é o caso, e respetivas zonas de proteção, devem respeitar e manter os elementos materiais e desenho dos pavimentos originais tradicionais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe o caso de Angra!

O Orador: Já vos disse como é que era o tradicional e o original, este aqui parece-me um pouco diferente, não sei se é impressão minha, mas esta nova calçada que tem um centro cor-de-rosa, não me parece que seja muito semelhante ao original. Não sei, talvez eu esteja a ver mal, mas eu vejo aqui que os espaços públicos nas áreas classificadas devem manter os elementos materiais, o desenho. E eu acho que há uma diferença bastante significativa entre as duas situações, acho que está bastante diferente, acho que a lei não está a ser claramente respeitada, ou seja, isto é uma verdadeira aberração.

E esta questão é grave porque teve o aval do Governo, a responsabilidade do Governo Regional e portanto, os elementos tradicionais não estão a ser respeitados. Mas mais do que isso, muito mais grave ainda, é o seguinte, diz o projeto (no cimo da folha diz “EcoMuseu do Corvo”) o seguinte: por exemplo na Rua Pedro Pimentel Cepo, onde já foi feita a intervenção, “remoção do pavimento existente e diversos materiais, incluindo o transporte e a deposição em local dos materiais a reutilizar e a indicar pelo dono da obra ou pelo vazedouro autorizado.” E depois diz assim: “escavação geral do terreno de

forma a encontrar as cotas do projeto cerca de 20cm para a implantação do fundo da caixa do pavimento térreo e arruamentos”.

Pronto, tudo muito bem. Mas meus srs. o que está a ser feito não é nada disto que está no projeto e que está a ser pago pelos contribuintes e que está a ser pago pelos açorianos. Não é nada disto que está aqui no projeto, o que está a ser feito é colocar em cima do pavimento pré-existente...

Presidente: Tem que colocar a questão, Sr. Deputado.

O Orador: ... Termino. É colocar em cima do pavimento pré-existente a calçada, ou seja, em vez de ser removido o pavimento anterior, pura e simplesmente, é colocado por cima do pavimento preexistente a calçada que se quer colocar.

É impressão minha ou isto fica muito mais barato à empresa?

Não ficará muito mais barato à empresa não ter que remover a calçada anterior e não ter que transportar materiais e colocar, pura e simplesmente, a calçada em cima do pavimento preexistente?

A empresa não é muito beneficiada?

Não fica muito mais barato esta empreitada?

Ou é impressão minha?

Ou é um cálculo de lógica?

Bem, Sra. Presidente só para terminar, o resultado é que elevando a cota da rua, o que acontece é isto. Isto não é uma janela, pode parecer uma janela, mas é impressão de ótica, isto é uma porta. Só que como a calçada ficou num plano superior à porta, é necessário criar uma zona de proteção para não entrar água de futuro porque a porta ficou mais baixa do que a calçada.

Eu pergunto-vos meus srs., isto não é uma janela. Parece! É uma porta, uma porta da rua...

Presidente: Sr. Deputado tem que fazer a pergunta. Já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Sra. Presidente e peço desculpa por se ter distendido um pouco mais do que aquilo que era previsto, mas tinha que explicar aos srs. deputados. O que eu vos pergunto, onde é que está a fiscalização do Governo no âmbito deste projeto?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Informar a Câmara que a repavimentação do núcleo urbano em causa é da competência do Município do Corvo. A Direção Regional da Cultura facultou o apoio técnico que está protocolado e solicitado pela Câmara Municipal, no âmbito das regras que tem que ser cumpridas, em termos de classificação e em termos da materialização do projeto que está em curso, no âmbito do EcoMuseu no Corvo e tudo isso foi perfeitamente respeitado.

E portanto, todas as questões sobre a empresa, sobre aquilo que está a ser feito, terão que ser colocadas ao Sr. Presidente da Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era tão bom que se fosse assim para o Governo, era tão fácil! A culpa é do Sr. Presidente da Câmara que está a colocar uma calçada em cima da outra, que vai ser um problema enorme no inverno, como devem imaginar, vai entrar água nas casas das pessoas, além de não respeitar o projeto e além, obviamente, de significar um benefício óbvio para quem está a fazer a obra. Porque,

obviamente, o empreiteiro está ali a poupar muito dinheiro. Já não precisa de remover o pavimento anterior, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode ser assim!

O Orador: ... não precisa de fazer nada disso. Portanto, é só colocar um em cima do outro, uma maravilha! Isto é uma maravilha, com o apoio técnico do Governo. E o Governo diz depois de se fazer esta denúncia o Governo, Sr. Secretário Berto Messias, já que tem um nome bíblico deveria passar a adotar outro nome bíblico que é Pilates, devia ser Messias Pilates, porque lava as suas mãos e diz que não tem nada a ver...

Sr. Deputado, Exmos. Srs. Deputados, o Governo não tem nada a ver com isso. Esta legislação não está em vigor? Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015-A Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel e diz o seguinte, artigo 23.º Competências da Administração Regional, e diz o seguinte: alínea c, “acompanhar e fiscalizar a execução das obras e o cumprimento do estabelecido no Plano Pormenor de Salvaguarda.”

Deputado Manuel Pereira (PS): E a Assembleia Municipal?

O Orador: Então, mas o Governo não tem que fiscalizar? Ou esta lei foi revogada? Eu não vi. Não sei se alguns deputados têm algum conhecimento sobre a revogação urgente desta legislação?

Portanto, Sr. Secretário, reitero-lhe a pergunta, e a fiscalização do Governo Regional nesta matéria?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estevão não há culpa, não há “passa culpas”, porque a culpa pressupõe que alguma coisa esteja a ser mal feita, o que não é o caso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está?

O Orador: Portanto, a obra em causa está a ser feita pela Câmara Municipal, cumpre os pressupostos que tem que cumprir, do ponto de vista do seu projeto e do seu enquadramento naquilo que é o projeto mais alargado do EcoMuseu do Corvo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aquilo faz parte do ecomuseu?

O Orador: ... e lá estaremos todos, espero que o Sr. Deputado Paulo Estêvão possa estar também, para connosco inaugurar a forma como estamos a transformar, para muito melhor, a ilha do Corvo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições no âmbito deste objeto.

Julgo não haver.

Tem então a palavra novamente o Sr. Deputado Paulo Estêvão para a segunda pergunta.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ah, esta obra está a ser bem feita? Esta obra está a ser bem feita. Então é colocado um piso, como esta fotografia demonstra perfeitamente (podia aqui apresentar centenas de fotografias), a calçada é colocada sobre uma pré-existente, desrespeitando em absoluto o documento que foi elaborado, também em conjunto com o Governo Regional, e diz assim: “escavação geral do terreno de forma a encontrar as cotas do projeto, cerca de 20 cm.”, e o que se fez foi, muito simplesmente, colocar em cima do piso pré-existente a calçada, sem escavar sem retirar nada e portanto, é uma maravilha para o empreiteiro que está aqui a poupar muitíssimo dinheiro. E o Sr. diz que isto está bem feito. O Governo Regional acha que isto cumpre a lei e que de facto em relação a esta matéria o Governo nada tem a dizer e que o Governo acha que um projeto se

pode desenvolver desta forma e com este conjunto de ilegalidades e que o Governo não tem nada que fiscalizar, apesar da lei contemplar exatamente o contrário.

O que eu lhe pergunto, é que o efeito prático de colocar um pavimento em cima do outro, é este! Como eu mostro aqui nesta fotografia! Uma porta transformada em janela, porque a porta como devem compreender, a porta está aqui, só que foi necessário criar uma zona de proteção para não entrar a água. As pessoas viram as suas portas transformadas em janelas.

Isto é proteger o conjunto classificado do Corvo? Como está aqui contemplado no Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel? Isto é preservar o património móvel e imóvel? O Governo demite-se da sua função de fiscalização que está contemplada na lei?

Eu não consigo compreender. Mais uma vez, eu considero que é de enorme gravidade a atitude do Governo Regional, o que eu lhe quero perguntar Sr. Secretário Berto Messias é se, o sr. subscreve e considera que o Governo não deve fiscalizar estas obras porque aquela autarquia é uma autarquia do Partido Socialista? E porque o Sr. Presidente da Câmara é um membro do Partido Socialista? E se o sr. acha que os membros do Partido Socialista estão acima da lei, e que o Governo não deve fiscalizar e cumprir a lei, no âmbito dos territórios que são governados por V. Exas no âmbito dos municípios dos Açores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A parte final da pergunta do Sr. Deputado Paulo Estevão, reconfirma aquilo que nós pudemos referir há pouco, que esta obsessão permanente e a forma de se

referir ao Presidente da Câmara Municipal do Corvo e tudo o que ele faz, de forma insidiosa, especulativa e até leviana. O Sr. Deputado faz um conjunto de afirmações que eu considero graves, referindo de forma leviana que estão a ser cometidas ilegalidades, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É exatamente o que os senhores fazem!

O Orador: ... referindo de forma leviana que não estão a ser cumpridas as responsabilidades que tem que ser cumpridas ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ...e eu recuso em absoluto todas essas acusações!

Sr. Deputado Paulo Estevão, na política não pode valer tudo, e o Sr. Deputado tem essa mania, o Sr. Deputado tem a mania de no meio das suas intervenções estar permanentemente com uma visão desequilibrada daquilo que se passa no Corvo, de uma obsessão pessoal sobre o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo e eu acho que isso não qualifica nem dignifica o debate neste Parlamento.

Eu volto a dizer aquilo que disse na minha primeira intervenção,

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... aquela obra é responsabilidade da Câmara Municipal do Corvo, o Governo participou naquele projeto no âmbito daquilo que está protocolado na elaboração do projeto para a requalificação destas zonas na vila do Corvo. Isto enquadra-se também, naquilo que está a ser desenvolvido no âmbito do projeto do EcoMuseu do Corvo e todos os pressupostos de cumprimento da lei, de cumprimento daquilo que esta no enquadramento legal deste tipo de intervenções, no âmbito da fiscalização que este tipo de intervenções tem que ter, tendo em conta o património de que estamos a falar, está a ser escrupulosamente cumprido e não é correto, Sr. Deputado Paulo Estevão permita-lhe dizer-lhe, que reduza a sua opinião, porque trata-se da sua opinião

(é disso que estamos aqui a falar), com essas fotografias, enfim, diria que nalguns casos até, com alguma manipulação à mistura.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estevão aquilo que fica claro são duas coisas: primeiro, a sua obsessão com tudo o que faz o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo e a segunda, o facto do Sr. Deputado ficar triste, pelo facto de nós estarmos no Corvo a fazer o maior investimento público de que há memória naquela ilha...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: e o Sr. Deputado parece que fica desagradado pelo facto de nós estarmos a fazer isso, reduzindo aquilo que devia ser um regozijo da sua parte, tendo em conta que se trata de investimentos a favor da população que o sr. aqui representa, devia fazê-lo e reduz isto a questiúnculas político-partidárias com o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo.

E para terminar, Sr. Deputado Paulo Estevão, não lhe admito, e quero que prove aqui qualquer benefício à Câmara Municipal do Corvo, pelo facto da Câmara Municipal ser governada pelo Partido Socialista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, quero realizar um Protesto, tendo em conta que o Sr. Secretário me acusou de manipular as fotografias que aqui trago.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Berto Messias eu não lhe admito, não lhe admito que diga que eu manipulei, ou que em alguma situação, como nesta ou como nas anteriores, que alguma vez manipulei a informação que aqui trago, ou registo fotográfico. Esta fotografia, é uma fotografia real. Eu a seguir vou -lhe entregar a fotografia e gostava que V. Exa encontrasse alguma manipulação em relação ao material que aqui lhe trago.

É difícil de acreditar que isto é assim, que está a ser colocado um piso por cima do outro, sem se fazer aquilo que estava previsto no projeto feito pelo Governo, ou em colaboração com o Governo Regional, mas de facto, esta fotografia demonstra isso. O sr. ao dizer que eu estou aqui a manipular as fotografias, o sr. está a ofender-me gravemente e eu considero que V. Exa. deve retirar a expressão que proferiu.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estevão não quero de forma alguma ofendê-lo pessoalmente em termos nenhuns, e portanto, se o fiz, peço-lhe desculpa, mas reitero aquilo que disse, no âmbito dos debates políticos que temos aqui. O Sr. Deputado, no âmbito das matérias que traz aqui, sempre que está em causa o Corvo, tem por hábito muitas vezes trincar informação e seleccionar dados, não dando toda a informação.

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores não fazem nada disso!

O Orador: Já o disse e reitero aquilo que afirmei. Não quero ofendê-lo pessoalmente, não tenho por hábito fazê-lo neste Parlamento, nós estamos aqui

a fazer debates políticos e naquilo que se refere ao Corvo, o Sr. Deputado e é a apreciação política que estou a fazer, o Sr. Deputado tem por norma truncar informação, selecionar informação e ter muitas vezes uma visão sectária de alguma matérias que se passam no Corvo, não transmitindo aqui toda a informação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Agora sim, para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário eu não tenho nenhuma obsessão por ninguém, não tenho em relação à Câmara do Corvo ou ao Sr. Presidente. O Sr. Presidente até poderia ser Presidente da Câmara Municipal apoiado pelo PPM, que pode ter a certeza que eu trazia aqui o problema.

Portanto, a questão para mim é a defesa dos interesses da população do Corvo, única e exclusivamente. Não me interessa se o Presidente da Câmara é do Partido Socialista, do PPM, do PSD.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor está sempre a dizer isso!

O Orador: Não me interessa em absoluto nada disso, o que me interessa é a defesa dos interesses do Corvo e da legalidade, não é o caso. O sr. diz-me assim. “Prove-me se faz favor que nós estamos a beneficiar a autarquia em questão”. Vou-lhe dar uma prova concreta Sr. Secretário, o sr. recusa-se terminantemente a exercer as funções que lhe cabem de acordo com a legislação em vigor, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: ... porque o sr., diz o artigo 23.º “acompanhar e fiscalizar a execução das obras”, e o sr. diz que não o vai fazer porque é responsabilidade

da Câmara Municipal do Corvo. Isso, essa ausência, essa negligência, essa recusa em exercer as suas competências, significa ou não, que está a favorecer a Câmara Municipal do Corvo? Está evidentemente! Porque estão a ser cometidas, e eu digo aqui e reitero isto, e se fosse necessário em termos de procedimento judicial, até levanto ... como e que é aquela proteção judicial? A imunidade parlamentar. Faço já este anúncio. O que se está aqui a fazer é uma ilegalidade, porque evidentemente, a calçada em que ser retirada de acordo com o que está no projeto, e os srs. tem a obrigação de fiscalizar este assunto e isto não está a ser feito, está a ser cometida uma ilegalidade com o vosso apoio, através da vossa negligência e da recusa em exercer as vossas funções, as funções que vos cabem do ponto de vista legal. Parece-me bastante evidente.

Mais uma vez, não há aqui, Sr. Secretário, nenhuma obsessão, nem consigo. Tenho-o criticado quando o tenho que criticar, mas a minha obsessão é só uma, é a defesa dos interesses da ilha do Corvo e da população da ilha do Corvo, é só esta, e exercer o melhor possível as minhas funções enquanto Deputado Regional.

E a pergunta é, o sr. reitera Sr. Secretário essa negação, no sentido de exercer as competências que lhe cabem do ponto de vista da fiscalização desta obra, o sr. reitera que não fará a fiscalização que lhe cabe, do ponto de vista da lei nesta matéria, o sr. reitera isso depois da denúncia pública que eu aqui lhe fiz?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Lá está o Sr. Deputado Paulo Estêvão permanentemente a judicializar o debate político quando se refere ao Corvo...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Porquê?

O Orador: ... e isso decorre Sr. Deputado, na minha avaliação política, de uma obsessão que o sr. tem com o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo. Porque isto não está no âmbito da fiscalização política, o sr. está permanentemente a judicializar o debate político e depois não concretiza nada, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é uma ilegalidade!

O Orador: ... não prova nada e está permanentemente a judicializar o debate político e nós, Sr. Deputado, não partilhamos dessa visão.

Quanto à réplica do Sr. Deputado Paulo Estevão, eu reitero aquilo que disse na minha primeira resposta e aquilo que tinha respondido na primeira resposta à sua pergunta, esta obra, este investimento é da Câmara Municipal do Corvo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Cabe-lhe a fiscalização!

O Orador: ... ouça o que eu disse, que eu vou dizer exatamente como disse da primeira vez, e o Governo participou nesta obra, na conceção do projeto e no apoio técnico, segundo está protocolado, e na perspetiva do Governo estão cumpridos todos os pressupostos técnicos e de fiscalização que tem que ser cumpridos no âmbito da sua execução, tendo em conta a obra em causa e tendo em conta a forma como ela se enquadra num projeto mais vasto do EcoMuseu do Corvo. Portanto, o Governo não se demite de nada, o Governo faz como sempre fez, sendo uma referência no cumprimento escrupuloso da lei, nesta como noutras matérias Sr. Deputado Paulo Estevão. E portanto, na nossa perspetiva eu reitero aquilo que já disse, esta obra é um obra da responsabilidade da Câmara Municipal do Corvo e foram, na perspetiva do Governo, cumpridos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor tem de fiscalizar! Tem o dever de fiscalizar!

O Orador: ... todos os pressupostos técnicos na concessão do projeto, do seu enquadramento no projeto mais vasto do EcoMuseu do Corvo e os pressupostos

de fiscalização da obra que está a ser feita, porque isso não acontecer Sr. Deputado, obviamente que o Governo atuará. E também, tal como já pudemos discutir aqui hoje, daqui a 15 dias estaremos em visita estatutária no Corvo e poderemos ver isto *in loco*, perfeitamente, e espero que o Sr. Deputado Paulo Estevão esteja lá para nos acompanhar nessas referências.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Bom, o Sr. Deputado Paulo Estevão mostrou-me aqui a fotografia que tirou com este passeio feito em cimento cor-de-rosa. E a pergunta que tenho para fazer ao Sr. Secretário é a seguinte: existe a Direção Regional da Cultura, e a Direção Regional da Cultura tem que se pronunciar sobre este tipo de obras, quando estão em centros históricos e V. Exa. acabou de referir a parte histórica, o centro histórico do Corvo, o EcoMuseu, e em Angra do Heroísmo quando teve que se mexer nas calçadas, a Regional da Cultura teve que se pronunciar sobre isso. A pergunta que lhe faço Sr. Secretário, é se a Direção Regional da Cultura se foi consultada? Se se pronunciou? E qual o parecer que deu sobre a alteração de uma calçada tradicional, para ser substituída por uma calçada de cimento, que não vou adjetivar, eu diria de gosto duvidoso e de atentado, talvez, àquela que é o património da calçada tradicional do Corvo.

Portanto, se há parecer, se a Secretaria Regional da Educação e propriamente a Direção Regional da Cultura foram consultados e emitiram parecer sobre isso?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sim, tal como já referi, no âmbito do que está

protocolado e do apoio técnico que o Governo deu à conceção deste projeto, sim, sim, foi consultado e deu parecer positivo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições para este ponto.

Julgo não haver.

Vamos então avançar para o **4.º Objeto – Processo e garantias que permitam proteger os consumidores da ilha do Corvo, em relação aos danos verificados no âmbito do transporte de mercadorias por via marítima, entre as ilhas das Flores e do Corvo.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, tenho aqui mais uma coleção de fotografias, não manipuladas, são fotografias absolutamente reais que tem a ver com o seguinte, (até estou autorizado a dizer de quem são as fotografias, esta fotografia é do Sr. Agostinho Hilário), isto era um sofá originalmente como saiu de fábrica e foi transportado até ao Corvo. Chegou ao Corvo nestas condições.

Não, desta vez não. Não se precipite, não a culpa não é vossa, mas a responsabilidade para resolver esta questão é vossa e minha.

E aqui, temos outra vez uma fotografia também do material que chegou neste estado calamitoso ao Corvo. É apenas um exemplo, podia ter apresentado... ouça, se os srs. não percebem a fotografia, já vos expliquei que é um sofá, não sei o que é que possa fazer mais. Não é um sofá que vá ao encontro do seu gosto estético, é azul, não é cor-de-rosa, mas eu não tenho culpa disso. Isso sim, seria manipular a fotografia!

Depois, o que eu vos tenho a dizer, podia aqui apresentar-lhes exemplos de veículos que chegam num estado lastimoso, muitíssimo material. O problema

aqui é o seguinte, como a embarcação que sai de Lisboa ou de Leixões não pode dirigir-se diretamente à ilha do Corvo, portanto, tem que desembarcar a sua mercadoria e o material é baldeado nas Flores para outra embarcação, para ser transportado entre as Flores e o Corvo, o material fica neste estado.

O que acontece é que os transitários dizem que a responsabilidade não é sua porque só asseguram o transporte até às Flores. E por sua vez, os Barcos do Pico dizem que não, que não foram eles, que não foi no âmbito do transporte, que o material já lhes tinha chegado assim às Flores. Ou seja, existe aqui, entre a responsabilidade dos transitários até às Flores, e depois a responsabilidade da Empresa Barcos do Pico, que realiza a ligação entre o Corvo e as Flores, existe aqui um momento em que não é responsabilidade de ninguém, que é exatamente o momento entre a chegada da mercadoria às Flores e o transporte ou baldeamento da mesma para o Corvo.

Qual é a proposta das pessoas do Corvo? O Governo pode ter uma ideia melhor. O que eu quero é resolver esta questão, temos que encontrar um mecanismo para resolver esta questão.

Deputado Manuel Pereira (PS): Então diga lá?

O Orador: As pessoas consideram que, por parte da Porto dos Açores, podia existir essa responsabilidade da verificação da carga e portanto, naquele momento em que a responsabilidade é do transitário e a responsabilidade é dos Barcos do Pico. Há outras soluções, o que eu pergunto ao Governo é sem tem conhecimento desta situação e se tem alguma solução para resolver o problema?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Bom, aquilo que são as regras que regulam o transporte de mercadorias são claras naquilo que se refere àquilo que consta no diploma referente à cabotagem insular, aquilo que são as regras que regulam o transporte entre as Flores e o Corvo também são claras e no caso dos Barcos do Pico não podem dizer que não tem nada a ver com isso.

Bom, isso terá que haver os mecanismos próprios entre quem quer que a carga lhe chegue e quem transporta essa carga. Porque essa questão de carga danificada, de vez em quando, não será com certeza um problema específico do Corvo, mas também não me parece que deva ser o Governo a estar a fiscalizar toda a carga que chega à Região. Para isso existem seguros e existe um conjunto de instrumentos e de mecanismos que devem ser ativados por quem usa esse tipo de serviço.

Quanto a essas propostas que o Sr. Deputado Paulo Estevão refere, pois quando chegarem ao Governo, o Governo obviamente vai analisá-las.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu vejo que o Sr. Secretário Berto Messias não está com muita vontade de resolver o problema. Eu estou-lhe a apresentar um problema, o que é que é específico no Corvo, diz V. Exa.: “Bom, isso é assim em todas as ilhas”, não é, nós não temos transitário na ilha do Corvo e também não é necessário baldear a carga entre as ilhas, como tem que suceder especificamente ali nas Flores e no Corvo, sempre.

A questão é a seguinte, qual é a culpa do Governo? Não é nenhuma. Não estou a atribuir nenhuma culpa ao Governo, estou apenas a descrever esta preocupação das pessoas. Diz V. Exa.: “não será muito.”...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não disse que não será muito! Não diga coisas que eu não disse!

O Orador: ... É muito, as nossas cargas chegam em muito mau estado, mas com muita, muita frequência. Portanto, a população é largamente afetada e, evidentemente, não é a representação parlamentar do PPM que tem os mecanismos para assegurar que isso se possa fazer. Se nós fossemos Governo, eu sabia bem o que é que ia fazer, eu sabia bem como é que resolvíamos esta questão e pelo menos seria, Sr. Secretário deixe que lhe diga, mais proativo, preocupava-me com esta questão. V. Exa. mais uma vez é o número do Pilates: “Não temos muito a ver com isto, não estou muito preocupado”, não V. Exa devia ser mais proativo, eu dei-lhe uma ideia, a Portos dos Açores...

Deputado André Bradford (*PS*): A Portos dos Açores não é para fiscalizar nada!

O Orador: ... podia ser esse mediador, naquele momento preciso que eu lhe descrevi, mas podem existir outras ideias melhores. O que eu deixo à consideração do Governo Regional é a resolução desta matéria e o apoio político do PPM que reconhece, à partida, que a culpa não é do Governo, mas a partir do momento em que o Governo adota a posição passiva de V. Exa, que não é proativo na resolução do problema, bom eu penso que também não é uma atitude correta.

A pergunta é, se mantém essa passividade?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Tendo aqui, como sempre, uma intervenção muito ativa em nome do Governo dos Açores, Sr. Deputado Paulo Estevão, eu reitero aquilo que já disse, não me parece que seja competência do Governo estar a fiscalizar a carga que chega nos contentores e o seu estado, para isso existem os instrumentos legais para regular esse tipo de situações.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que falham no Corvo!

O Orador: Mas aquilo que lhe posso dizer e reiterar o que já disse é que, o sr. deputado refere que tem uma ideia para que essas questões, sendo relevantes, possam ser minimizadas e eu disse sr. deputado e volto a dizer, quando nos chegar essa proposta, pois obviamente, que estamos disponíveis para avaliá-la e se isso significar uma melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos, é isso que nós, ativamente, faremos novamente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições para esta fase do debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é óbvio, para a carga chegar nas devidas condições à ilha do Corvo, passa em primeiro lugar pela ilha das Flores, e na ilha das Flores existem problemas no Porto das Lajes das Flores. E os problemas são: o piso do porto está danificado, o ferro está à mostra, dificulta esta carga de chegar ao Corvo nas devidas condições; o reforço do molhe comercial das Lajes das Flores não existe, o mar neste momento está a cavar o porto. A pergunta que lhe faço, claramente, Sr. Secretário, é se está o Governo Regional a pensar resolver estes problemas que existem no Porto Comercial das Lajes das Flores de maneira a minimizar essas situações?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Regional.

Sr. Secretário tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A monitorização das condições dos portos da nossa Região é algo que é feito constantemente e o Sr. Deputado João Paulo Corvelo sabe perfeitamente, nós tivemos, aliás muito recentemente, a oportunidade de responder a um requerimento que fazia também um conjunto de questões relativamente a esse porto, também demos nota pública do trabalho que está a ser desenvolvido e o Governo dos Açores está obviamente, como sempre esteve, disponível para monitorizar as condições do porto que o sr. deputado referiu e melhorá-las e também reitero, nós daqui a 15 dias estaremos na ilha das Flores em visita estatutária e, certamente, haverá oportunidade de vermos, *in loco*, essas situações.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não havendo, para a segunda pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário aceito o seu desafio. A representação parlamentar do PPM tem uma postura proativa para resolver as questões e na próxima semana terá aqui uma proposta concreta que apresentarei no Parlamento.

V. Exa. não o quis fazer, cá está a Representação Parlamentar para lhe dar um auxílio. Conto com V. Exa. no apoio ao diploma que apresentarmos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Venha daí esse diploma!

O Orador: Em segundo lugar, especificamente no que diz respeito a estas questões, e agora não me diga que isto não é nada consigo desta vez, porque isto diz respeito à Resolução do Conselho do Governo de 21 de dezembro de 2016, é a n.º 15/2016, de 21 de dezembro de 2016, já v. exa. estava no Governo. E portanto, o que eu lhe digo é o seguinte, e a denúncia que lhe faço é esta, esta resolução contempla, em relação à frequência das viagens que a empresa deve realizar entre as Flores e o Corvo, contempla a seguinte frequência: “pelo menos duas viagens semanais de ida e volta entre as Flores e o Corvo durante todo o ano.” Pelo menos duas viagens. “Será dispensada a segunda viagem semanal obrigatória quando não haja mercadoria a transportar, descarregada nas Flores com destino ao Corvo.” Essa é a exceção e evidentemente também, quando estiver mau tempo e o estado do mar não o permitir.

Agora, V. Exa. deverá compreender, e a denúncia que aqui faço é o seguinte, é que a empresa não está a fazer com esta frequência. E mais do que isso, existindo boas condições, do ponto de vista do estado do mar, também não o faz, e a consequência, nomeadamente por exemplo a nível dos frescos que recebem os comerciantes da ilha do Corvo, é esta. Tem aqui uma carga de um fresco que chegou ao Corvo recentemente e que chegou neste estado. É uma fotografia real, não manipulada.

E agora, para não dizerem que vos discrimino e que favoreço alguém, até apresento aqui umas laranjas em muito mau estado, também chegaram ... Não é para ofender, é apenas um exemplo.

Bem, é óbvio Sr. Secretário, que isto aconteceu porque a empresa não tendo mercadoria, porque a exceção é se não tiver mercadoria, acontece é que tinha mercadoria e durante duas semanas não fez o transporte. Ora não fez o transporte, a fruta e os legumes apodreceram. E a questão é a seguinte Sr. Secretário, denuncio para já esta situação e o que lhe pergunto é se, o Governo

está a acompanhar e a fiscalizar permanentemente esta situação? Porque é uma situação que se está a agravar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigada Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estevão, o sr. deputado refere, por acaso não é a Resolução n.º 15/2016 é a Resolução n.º 155/2016, e essa resolução serviu precisamente, para garantir um conjunto de obrigações de serviço público para assegurar que a mercadoria chegasse e chegue aos corvinos, naquilo que me parece importante realçar. E a informação que nós temos é que, esse transporte está a ser efetivamente feito, temos aliás, informação que a empresa em causa faz o número de viagens superior ao número de frequências semanais mínimas, definidas nas obrigações de serviço público, sendo que, há uma viagem obrigatória que pode ser dispensada caso não exista mercadorias.

A informação que nós temos é que essa não é uma situação que se esteja a agravar de todo. Não é essa a informação que nós temos, agora, obviamente, que o Governo na monitorização que faz em permanência, neste caso em articulação com o Governo da República, do cumprimento das obrigações do serviço público, verá se há algum incumprimento que deva ser referenciado.

Não é essa a informação que nós temos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nada acontece neste mundo rosa em que se transformou os Açores! Tudo corre bem, nada de mal acontece!

E portanto, nunca nada é verdade, daquilo que é denunciado pela população do Corvo e por mim próprio, neste Parlamento.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Eu não disse que não era verdade!

O Orador: O que eu lhe quero dizer é o seguinte, a frequência, o ano passado efetivamente foi superior, mas porquê? Vamos pensar logicamente, porque resultou das obras que estavam a ser realizadas no Porto da Casa ...

Deputado André Rodrigues (*PS*): Porque havia carga!

O Orador: ... e portanto, como existia uma obra do Governo, exigia que fossem transportados os materiais, a frequência o ano passado foi superior. Mas não foi devido ao abastecimento das necessidades da população, tinha a ver com circunstâncias especiais que a ilha estava a enfrentar, nomeadamente, esta obra de grande dimensão, proposta pelo PPM neste Parlamento.

Devo dizer-lhe Sr. Secretário que a situação que lhe estou a descrever, é uma situação que se tem vindo a agravar recentemente, e que é uma situação real, como V. Exa. terá oportunidade de verificar, assim que perguntar à população e aos agentes económicos da ilha do Corvo. E o que eu lhe peço é que o Governo se informe junto diretamente dos agentes económicos, das pessoas, porque não é só os comerciantes, qualquer um pode mandar vir mercadorias da ilhas das Flores e portanto, neste momento o abastecimento é um abastecimento deficiente, com estas falhas e, evidentemente, cabe ao Governo, até porque está dentro daquelas que são as normas introduzidas pelo Governo Regional nesta Resolução, dizer-lhe que o Governo deve exercer as suas funções de fiscalização nesta matéria e verificar a situação real.

Em relação à frequência, o ano passado foi muito grande. Foi, mas foi devido a essa conjuntura extraordinária.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, peço desculpa.

Reitera a sua posição Sr. Secretário?

Presidente: Nós percebemos Sr. Deputado.

Sr. Secretário tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigada Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estevão, eu reitero aquilo que disse.

Nós, a informação que temos é que, as obrigações de serviço público estão a ser cumpridas, nalguns casos, como já referi, as frequências tem sido superiores àquilo que está definido nas obrigações de serviço público, agora também como disse, o Governo tem obviamente obrigação de aferir se as denúncias que o sr. aqui faz, são de facto verdadeiras e se esta situação se tem vindo a agravar. Não é esse o feedback que nós temos, não é essa a informação que nós temos, mas obviamente, que vamos verificar se as suas denúncias são verdadeiras e a que se referem especificamente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há alguma inscrição para este objeto.

Não havendo, nós temos ainda cerca de uma hora portanto, vamos continuar às 15h00 e interrompemos então agora para o almoço.

Eram 12 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Vamos então continuar com a sessão de perguntas requerida pelo PPM.

Entramos agora no **Objeto n.º 5: Funcionamento das unidades de saúde de ilha.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Programa do Governo contempla, pelo menos do ponto de vista teórico, uma alteração significativamente à deslocação de médicos especialistas. Diz, por exemplo, que deve prosseguir o aperfeiçoamento da regulamentação, da deslocação de médicos especialistas, deve seguir-se uma profunda reflexão sobre a alteração do sistema vigente e deve realizar-se um conjunto de exames complementares, garantir-se diagnóstico, médicos especialistas e tudo isso.

Portanto, há um conjunto de referências que são feitas no âmbito do Programa do Governo para aperfeiçoar a deslocação de médicos especialistas, até tendo em conta a atuação do Governo Regional anterior.

Nesse sentido a pergunta que lhe coloco, Sr. Secretário, é a seguinte: é verdade que o problema do médico dentista está resolvido em relação à Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, mas não temos deslocações que eram absolutamente essenciais de pediatria para as crianças, especialistas também de cardiologia e outras especialidades que são de grande importância para a população da ilha do Corvo, como também de outras ilhas. Há realmente aí um défice em relação à deslocação de especialistas, nomeadamente e especificamente, a pergunta é específica, à Unidade de Saúde da Ilha do Corvo: o que lhe pergunto é o que está previsto em termos de planificação por parte do Governo Regional?

Qual é a política do Governo Regional nesta matéria?

Sendo certo que esta é uma solicitação que a população da ilha do Corvo está a fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, como sabe está já em vigor o novo regulamento referente à deslocação de especialistas na nossa Região. Eu não vou especificar ...

Deputado Luís Maurício (*PS*): Já está a funcionar há muito tempo!

O Orador: ... aquilo que são as deslocações previstas. Aquilo que lhe posso dizer é que naturalmente havendo utentes do Corvo referenciados e que precisem de determinadas especialidades o Serviço Regional de Saúde terá que dar resposta a essas necessidades e essa informação terá que ser veiculada através naturalmente da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu confesso, Sr. Secretário, que tinha expetativas mais altas em relação à sua resposta, porque obviamente V. Exa., na minha perspetiva, deveria ter essa informação consigo, uma vez que cabe a si responder, portanto, que assumiu essa responsabilidade e uma vez que estas perguntas já foram colocadas há algum tempo. Portanto, o Governo poderia ter, de facto, essa informação.

O que lhe quero dizer é que a necessidade nestas matérias é uma necessidade que já foi sinalizada ao Governo Regional não só nesta legislatura, como nas anteriores e a verdade é que continua sem se realizar esta deslocação de médicos especialistas, o que é um erro, nomeadamente nestas especialidades que lhe referenciei.

Por isso, é que eu esperava da sua parte uma resposta mais objetiva. Portanto, o que lhe quero dizer é: essa necessidade está sinalizada, essas deslocações não se realizaram e, portanto, o que eu pretendo saber é se o Governo pretende dar uma resposta objetiva a esta necessidade que não tem dado desde o início da legislatura e mesmo na legislatura anterior.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, como sabe (e reitero o que disse) está em vigor o novo regulamento de deslocação de especialistas. As unidades de saúde de ilha têm de reunir a informação e informar daquelas que serão as estimativas necessidades ao longo do ano e os hospitais obviamente terão que ter a capacidade de dar resposta a essas solicitações, quer no âmbito da deslocação de especialistas, quer no âmbito de outros mecanismos como a própria deslocação dos doentes a outras ilhas e a determinados hospitais.

Portanto, desse ponto de vista aquilo que lhe posso dizer é que este novo regulamento de deslocação de especialistas prevê um aumento significativo dessas deslocações e prevê também uma maior capacidade de resposta às necessidades de cada uma das unidades de saúde de ilha.

Se no Corvo ficar claro que há de facto, como o senhor refere, uma necessidade premente ao nível da pediatria, pois naturalmente que o Serviço Regional de Saúde terá que dar resposta a essa necessidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra para uma pergunta o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Vou colocar uma pergunta, aliás, é uma pergunta que eu reitero e que foi colocada em janeiro e mesmo no mês passado, em fevereiro, que nunca foi respondida, e faço-lhe a pergunta que é simples: se foram assinados protocolos com contornos semelhantes àquele que foi assinado entre a Unidade de Saúde da Ilha Terceira e a RIAC a 29 de dezembro de 2017 com outras unidades de saúde de ilha?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Paulo Mendes, eu tenho ideia que essa matéria já foi aqui respondida e foi, aliás, respondida através de um requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda. Portanto, eu tenho ideia que essa matéria já foi aqui respondida várias vezes.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas ilhas sem hospitais existem problemas muito graves.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): E nas que têm hospital!

O Orador: Aliás, na ilha das Flores, por exemplo, existem crianças com cinco e seis anos que nunca tiveram direito a um pediatra, uma das especialidades. Cinco e seis anos!

Temos mulheres para fazer revisão de parto há mais de um ano (há mais de um ano!); temos cirurgias, pessoas em lista de espera para cirurgias não de anca,

nem de joelho, porque essas aí são imensas, mas cirurgias, por exemplo, há vesícula biliar que estão em casa há mais de um ano com dores, sem poder sair e que ainda hoje não têm o seu problema resolvido; problemas graves de cardiologia em que não são seguidas há mais de um ano na ilha das Flores (há mais de um ano!).

Sr. Secretário, o que pergunto ao Governo Regional é se pretende o Governo Regional solucionar este problema nas ilhas mais longe, sem hospitais, visto que são problemas que se passam há cinco, seis e sete anos, Sr. Secretário?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pretende sim senhor resolver esse problema e minimizar esse problema e os cuidados de saúde são talvez, senão a mais importante, das matérias mais importantes que o Governo tem a obrigação de lidar e tal como disse há pouco na resposta ao Sr. Deputado Paulo Estêvão entendo que o nosso novo regulamento de deslocação de especialistas é um bom mecanismo para dar resposta a essas situações. O trabalho que temos vindo a desenvolver na redução das listas de espera cirúrgicas é também uma boa forma de dar resposta a essas situações e esse é um trabalho que nunca está acabado e que vai obviamente continuar.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, plenipotenciário nesta sessão:

Naturalmente que leu os jornais hoje, é um problema que já não é de hoje, não é de ontem, é já desde há uns tempos pelo menos e havia há uns tempos atrás, há

uns anos atrás, os utentes do Centro de Saúde de Angra que faziam eletrocardiogramas, o Centro de Saúde de Angra tinha uma avença, um contrato, o que lhe queira chamar, com um cardiologista ou dois para fazerem o relato desses eletrocardiogramas.

A notícia do *Diário Insular* de hoje é exatamente isto: “Utentes do Centro de Saúde de Angra pagam relatórios dos eletrocardiogramas”.

Portanto, o eletrocardiograma é feito no Serviço Regional de Saúde, no Centro de Saúde de Angra, e o Centro de Saúde de Angra não acautela como devia acautelar o médico cardiologista contratado para fazer a leitura dos eletrocardiogramas.

Eu não lhe vou perguntar se o senhor pretende resolver a situação, porque o senhor vai dizer que pretende resolver. O que eu lhe vou perguntar é porque é que isto aconteceu?

É essa a pergunta que tenho que lhe fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Artur Lima, com toda a sinceridade essa notícia penso que é de hoje, portanto, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas o problema não é de hoje!

O Orador: ... eu não tenho resposta para lhe dar. Portanto, eu não estou a par sobre essa situação e, portanto, não tenho resposta para lhe dar. No entanto, poderei recolher informação sobre o que se passa e remeter-lhe essa resposta, com certeza.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas o problema já é velho!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Elisa Sousa tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha primeira intervenção aqui nesta Assembleia eu vim falar sobre o clima de tensão e o estado calamitoso que se vivia e em que se encontrava a Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria.

Passaram-se três meses desta minha intervenção e mais importante passou um mês e meio desde que foi concluído o processo de inquérito nesta unidade de saúde, sendo que até agora não se conhecem resultados, nada foi feito, nada mudou.

Na altura foram reportadas algumas situações como abuso de poder, perseguição a funcionários e ingerência profissional, às quais se pode juntar agora uma queixa ao Ministério Público.

Relativamente à portaria que falava à pouco e que consagra agora a marcação de consultas e a deslocação dos doentes posso dizer-lhe que relativamente à unidade de Santa Maria não funciona e temos neste momento utentes que viajam e que viajam sem acompanhantes, porque as passagens são marcadas em cima do joelho, sem que haja qualquer tipo de articulação, sem que haja qualquer tipo de organização e de gestão, utentes que para terem uma única consulta em São Miguel veem-se obrigados a sair da ilha de Santa Maria por três dias, porque não há uma forma de conciliar o horário da consulta com o horário das viagens e outros exemplos de utentes que tiveram uma consulta em São Miguel, chegam a Santa Maria e recebem uma chamada a dizer que no dia a seguir têm uma nova consulta em São Miguel.

Portanto, há efetivamente aqui uma falha na articulação e eu tive a oportunidade de questionar o Secretário sobre esta falha na organização e na articulação e o que foi dito é que seria criado um gabinete de gestão de utente, que pelos vistos

não está a funcionar, porque não há essa articulação e não há essa abertura para tentar gerir as consultas e as passagens.

A verdade é que com tudo isto os marienses sentem que estão a ser maltratados, que estão a ser esquecidos, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Está a ouvir João?

A Oradora: ... porque nada se faz e eu acho que os marienses merecem uma outra consideração e só a título informativo e a título de curiosidade anualmente são 7.900 os utentes da ilha de Santa Maria que se deslocam aos hospitais da Região para consultas. Acho que nós merecíamos um pouco mais.

Portanto, Sr. Secretário, a apatia e a inoperância deste Governo são o principal responsável por este sentimento de mal-estar, de insegurança e de descontentamento que afeta não só os funcionários, mas também todos os marienses.

Portanto, deixo aqui uma questão muito simples: considera se este Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha Santa Maria tem condições para continuar a exercer as suas funções?

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, para responder, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sra. Deputada Elisa Sousa, relativamente às suas questões eu quero dizer-lhe o seguinte.

As questões que relata sobre alegadas e possíveis desarticulações ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Alegadas!?

O Orador: ... entre a Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria e entre o HDES têm que obviamente ser resolvidas e os relatos que faz, a serem verdades, são ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não precisa de dizer mais nada!

O Orador: ... de facto inaceitáveis.

Aquilo que lhe posso dizer e aquilo que posso referir a esta câmara é que estão neste momento a decorrer várias conversações entre a Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria e entre o HDES para que essas possíveis situações sejam corrigidas e seja reforçada a articulação entre as partes para que situações como essa que referiu possam ser evitadas.

Relativamente ao clima e às referências que faz relativamente àquilo que se passa na Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria eu devo recordar que como sabe o Sr. Secretário Regional da Saúde esteve numa comissão parlamentar a prestar todos os esclarecimentos que as Sras. e os Srs. Deputados entenderam pertinentes sobre esse assunto e onde puderam questionar o Sr. Secretário Regional da Saúde sobre essa matéria e onde também o Sr. Secretário Regional informou da prorrogação pedida pelo instrutor do processo de averiguações que está a decorrer dentro da unidade de saúde de ilha tendo em conta que, segundo o instrutor, precisaria de mais tempo para aferir daquilo que eventualmente possa lá ter acontecido.

Esse relatório já foi entregue. Foi entregue no dia 8 de março. Devo dizer que é um relatório extenso, que tem cerca de sete volumes, está neste momento a ser apreciado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há *pens*?

O Orador: ... do qual decorrerão as devidas ilações e as devidas decisões relativamente a essa matéria para, como sempre, corrigir aquilo que tiver de ser corrigido e estando obviamente no centro da nossa atuação a capacidade de

respondermos melhor às necessidades dos nossos utentes no âmbito dos cuidados de saúde.

E para já é só, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Deputada Mónica Seidi (PSD): E a resposta à pergunta?

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é resposta? E a resposta qual é?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Deputado Luís Maurício (PSD): E a resposta à pergunta? Tem confiança ou não?

Deputada Mónica Seidi (PSD): O Governo não responde às perguntas!

Presidente: Penso que não há mais inscrições para esta primeira ronda.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para a segunda pergunta, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Berto Messias, penso que este modelo de resposta do Governo Regional nesta fase não está a funcionar, porque V. Exa. não tem o conhecimento específico das situações e nós estamos aqui a colocar-lhe perguntas que V. Exa. faz um discurso redondo, uma resposta redonda, e não responde às questões.

Eu só posso utilizar esta figura regimental uma vez por ano, esperava que a produtividade fosse maior, porque na minha perspetiva evidentemente que os Secretários da respetiva pasta têm um conhecimento mais específico das situações ou então deveriam ter-lhe transmitido.

Agora o modelo que Vs. Exas. adotaram, na minha perspetiva, desvaloriza esta figura regimental e desvaloriza o papel que os deputados aqui têm.

Deputado Luís Maurício (PSD): Apoiado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, nós queremos respostas objetivas em relação às questões e os senhores têm obrigação de responder objetivamente às questões.

Devo dizer que tenho uma outra questão que tem a ver com a deslocação há cerca de seis, sete meses de um imagiologista à ilha do Corvo. Estavam programadas outras deslocações. Essas deslocações não ocorreram durante este período, foi sucessivamente desmarcado, por quatro vezes esta deslocação já foi desmarcada.

O que lhe pergunto: para quando é que está então prevista a deslocação deste médico especialista para completar o trabalho que estava a ser desenvolvido, uma vez que já foi por três, quatro vezes cancelada a deslocação deste especialista à Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, entenda-se?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Essa deslocação ocorrerá nos próximos dois meses tendo em conta a procura que exista na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo para essa especialidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste caso específico não depende da procura. Isto é uma programação.

Deputado André Bradford (*PS*): Depende, depende!

O Orador: Estava programada, ou seja, a deslocação estava programada e pura e simplesmente não se realizou e foi sucessivamente cancelada.

Da última vez o médico, o mês passado, esteve nas Flores e cancelou a deslocação ao Corvo. Portanto, o que lhe estava a colocar é uma questão muito específica, não depende da procura, depende é da programação, porque já está programada há vários meses.

Portanto, a questão que lhe coloco, posso depreender das suas palavras é que no prazo de dois meses essa deslocação será efetivamente realizada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não havia doentes, mas afinal há 7000 deslocações de Santa Maria para São Miguel!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, naturalmente que podendo haver uma estimativa de programação relativamente à deslocação do especialista isso também tem que ver com o planeamento que a USI faz, mas também tem que ver com a procura dos utentes para esse especialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já estava programado!

O Orador: Se não houver procura para esse especialista não há deslocação desse especialista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já estava programado há seis meses!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra para uma pergunta a Sra. Deputada Elisa Sousa.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não querendo dar aqui a ideia de que estou a fazer uma réplica àquilo que foi a resposta do Sr. Secretário à minha primeira questão, a verdade é que todas essas

questões que eu coloquei e tudo aquilo que eu disse aqui foram obviamente colocadas em sede de comissão ao Sr. Secretário Regional da Saúde. No entanto, a resposta foi uma resposta politicamente correta e que nada mudou naquilo que ele disse, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, não há uma articulação entre aquilo que é dito e aquilo que é feito efetivamente. Esse é o ponto número um.

Portanto, vou voltar a fazer a questão que fiz inicialmente e que não me foi respondida: se o Governo considera que o atual Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria tem condições para continuar em funções?

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente à sua réplica e ao reiterar da sua pergunta, Sra. Deputada Elisa, como sabe uma das pessoas visadas no inquérito que está a decorrer é um dos membros do Conselho de Administração, como a Sra. Deputada bem sabe.

Como pude explicar na minha primeira resposta, o Governo já recebeu o relatório da fase de investigação e de inspeção que decorreu, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sim ou não!

Deputado Luís Maurício (PSD): E enviou para o Ministério Público!

O Orador: ... mas também lhe posso dizer que no dia 13 de março de 2019 ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Exatamente!

O Orador: ... o Conselho de Administração da USI de Santa Maria tem a confiança do Governo.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Continua a manter a confiança!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Bem, eu vou tentar ser mais claro na pergunta que coloquei inicialmente que é uma pergunta reiterada, aliás, tal como disse foi feita em janeiro e em fevereiro e que não tem nada a ver com a pergunta que foi feita em requerimento, julgo eu, o ano passado.

Sim, tem como referência um protocolo que é conhecido e já foi referido aqui nesta Assembleia, formalizado entre a Unidade de Saúde da Ilha Terceira e a RIAC. Gostaria de saber se foram elaborados e formalizados protocolos da mesma natureza com outras unidades de saúde de ilha e a RIAC?

É essa a pergunta e a essa ainda não tivemos qualquer tipo de resposta.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu confesso que não sei qual é a natureza do protocolo que referiu entre a RIAC e a unidade de saúde de ilha, referiu a natureza do protocolo.

Agora, aquilo que eu lhe posso dizer é que aquilo que existiu entre a RIAC e a unidade de saúde de ilha foi uma questão específica da ilha Terceira.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma sessão de perguntas ao Membro do Governo!

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu fiquei sem compreender a resposta que o Sr. Secretário deu ali ao Deputado Paulo Estêvão, do PPM, e vou-lhe passar a explicar porque é que fiquei sem perceber.

Outro dia, houve na ilha das Flores uma reunião do Conselho Consultivo na Unidade de Saúde de Santa Cruz das Flores e foi perguntado como era feita a seleção de especialistas às ilhas que não tinham hospitais.

Então foi informado que não é por lista nenhuma, Sr. Secretário, não é consoante os doentes que existem. É consoante a disponibilidade que os hospitais têm ou não têm de mandar um especialista, ou seja, ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade!

O Orador: ... podem existir 20 pessoas na ilha das Flores para ir a um cardiologista, mas se os hospitais não tiverem disponibilidade para ir esse cardiologista à ilha das Flores, não vai.

Portanto, pergunto eu ao Sr. Secretário.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é assim!

O Orador: É, Sr. Doutor.

Pergunto eu ao Sr. Secretário: o Governo Regional está disponível para alterar esta situação, ou seja, para quando existir um único doente (um único doente!),

para uma única especialidade, possa esse doente ser mesmo consultado por esta especialidade?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, aquilo que rege a deslocação de especialistas na nossa Região está muito claro no novo regulamento de deslocação de especialistas e a resposta que o Governo dá a essas questões é no âmbito da implementação e da aplicação desse regulamento que na nossa perspetiva vai aumentar consideravelmente a deslocação de especialistas às ilhas sem hospital e vai conseqüentemente aumentar a capacidade de resposta à procura dos utentes nas ilhas sem hospital.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Julgo não haver mais inscrições para este ponto.

Vamos então avançar para o **Objeto n.º 6: Intervenção de terapeutas da fala no âmbito do sistema educativo regional.**”

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer, reiterar, a minha insatisfação pela forma como o Governo, na minha perspetiva está a desrespeitar este Parlamento, porque foi agendada uma sessão de perguntas ao Governo e o Governo e os membros das respetivas pastas que deveriam responder aqui às questões não estão aqui e não foi transmitida a V. Exa. nenhuma informação sobre essa matéria.

Portanto, devo-lhe dizer que isso significa um desrespeito, porque evidentemente olha-se para a bancada do Governo, que deveria estar aqui a responder a uma sessão de perguntas agendadas para o Parlamento ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e só está V. Exa. sentado aí.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Só?! Entre aspas!

O Orador: Portanto, eu considero que esta questão ... Ouça! Isto não aconteça em mais nenhum Parlamento do mundo. Não acontece em mais nenhum Parlamento do mundo uma situação deste tipo.

Eu já tive oportunidade de verificar sessões de perguntas em outros parlamentos e obviamente que cada membro responde às perguntas que são colocadas na sua área.

Não existe nenhuma sessão parlamentar em que seja possível um só Membro do Governo esteja a responder sobre as diferentes áreas, ainda por cima está a responder com não respostas em relação às questões.

Então, vamos ver se desta vez a resposta é mais objetiva.

Eu retirei, em fevereiro, justamente porque por razões pessoais o Sr. Secretário da Saúde não podia aqui estar, esta pergunta no mês de fevereiro e, entretanto, o que aconteceu foi o seguinte: há três anos que estavam sinalizadas várias crianças da Escola Mouzinho da Silveira para consultas com terapeuta da fala. Há três anos! Durante esses três anos não foi feita nenhuma consulta destas crianças. Estas crianças da ilha do Corvo esperaram três anos por este especialista, sendo que foi aprovada aqui, nesta Casa, uma resolução proposta pelo CDS-PP e aprovada por unanimidade nesta Casa que previa que existissem terapeutas da fala em todas as ilhas.

No Corvo as crianças ficaram três anos à espera. Entretanto, depois do agendamento da questão ...

Presidente: Agradeço que faça a pergunta, Sr. Deputado.

O Orador: Já faço a pergunta.

... foi de facto deslocado um especialista, um terapeuta da fala, à ilha do Corvo, que teve a oportunidade de consultar as crianças, mas a escola ficou sem nenhuma informação em relação ao acompanhamento que será realizado daqui para a frente.

O que lhe pergunto é: que planificação está agendada nesta matéria, ou seja, que acompanhamento é que o Governo irá assegurar tendo em conta o histórico de três anos sem nenhuma deslocação do terapeuta da fala à ilha do Corvo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

De facto existe e tem existido alguma dificuldade apesar das tentativas do Governo em termos de abertura de concursos de garantir profissionais nesta área no Grupo Ocidental, mas a verdade é que no mês de janeiro integrou os quadros da USI um terapeuta da fala na ilha das Flores que tem também no âmbito das suas competências que dar resposta às situações no Corvo e aquilo que está planificado é que este terapeuta da fala nas Flores faça também o acompanhamento na ilha do Corvo ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas já vai tarde!

O Orador: ... e que tenha de responder às solicitações que são referenciadas através da escola local e também através da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de referenciar aqui que esta figura regimental é extremamente eficaz. Estas crianças estavam há três anos à espera de um terapeuta da fala. A partir do momento em que foi agendada esta questão, a questão foi resolvida.

Eu quero acreditar naquilo que foi transmitido por parte do Governo. Mais do que quero acreditar, desejo que a partir de agora estas crianças passem a ter o acompanhamento que merecem e que necessitam e, portanto, Sr. Secretário, quero fazer fé naquilo que me transmitiu, que a partir de agora estas crianças terão o atendimento regular.

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é uma afirmação não é uma pergunta!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, esta sua réplica faltou aí qualquer coisa.

O Orador: Falta uma questão e a questão é a seguinte: o Sr. Secretário reitera que a partir de agora este acompanhamento será um acompanhamento regular?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para reiterar ou não tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Reitero o que disse na primeira resposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente esta temática que falamos agora remete-nos para duas realidades distintas na Região: temos escolas que têm terapeutas da fala e temos escolas que infelizmente não têm terapeutas da fala e cada vez mais o número de

solicitações justificam a presença destes técnicos de saúde em ambiente escolar, mas infelizmente em alguns casos, ora nos casos em que de facto não há terapêutica presente na escola, são as unidades de saúde de ilha, através da referenciação pelo médico de família dessas crianças, que fazem a referenciação para o terapeuta da fala e esta avaliação decorre dentro do ambiente da unidade de saúde de ilha e fora da escola.

Isto obviamente tem causado alguns constrangimentos, nomeadamente nas marcações e no horário em que decorrem essas consultas. Além de que também é evidente que esta sensibilização para esta temática faz com que o número de alunos quer no ensino regular, quer no ensino considerado especial, que necessitam deste tipo de intervenção precoce tem vindo a aumentar, o que nós não vemos propriamente como um problema, vemos sim antes com o facto de haver uma maior sensibilização e uma deteção precoce das crianças que necessitam deste tipo de acompanhamento.

Agora, o que não é aceitável é esta diferente forma de atuação, ou seja, para aquelas crianças que são acompanhadas em ambiente escolar e para aquelas que têm de aguardar pela referenciação do médico de família. O que infelizmente nos remete para outra temática que tem a ver com o facto de nem todas as unidades de saúde de ilha darem resposta de forma adequada a este problema, até porque há unidades de saúde de ilha que não têm neste momento terapêutica da fala e que há utentes que andam a ser encaminhados para clínicas privadas.

Portanto, neste momento, infelizmente, o Sistema Regional de Saúde não tem a capacidade de dar resposta a este problema, nem para as próprias referenciações internas, nem tão pouco para as referenciações externas.

É neste contexto que o Grupo Parlamentar do PSD gostaria de perguntar ao Sr. Secretário quantos terapeutas da fala prevê o Governo Regional contratar para as escolas e/ou unidades de saúde de ilha de forma a terminar com estas diferenças que infelizmente afetam, os vários alunos da nossa Região.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Relativamente àquilo que está previsto quanto aos terapeutas da fala nas escolas dos Açores neste momento temos 25 terapeutas da fala, afetos ao Serviço Regional de Saúde temos neste momento 20 terapeutas da fala. Temos também a possibilidade de encaminhar para algumas instituições privadas que também prestam este serviço e aquilo que eu posso referir relativamente ao futuro é que o Governo dos Açores vai continuar a acompanhar as necessidades de cada uma das ilhas relativamente a esta matéria de forma a conseguir responder da melhor forma às necessidades que vão surgindo.

Agora, também posso dizer o seguinte: a noção que nós temos hoje tendo em conta os indicadores que estão disponíveis é que há de facto, conciliando o sistema público e conciliando o sistema privado, hoje uma boa resposta ao nível da terapêutica da fala às nossas crianças e jovens na nossa Região, sem prejuízo naturalmente de questões específicas cuja resposta tem de ser intensificada em algumas ilhas, mas hoje existe uma boa resposta ao nível da terapêutica da fala na nossa Região, sendo certo que temos que estar disponíveis e temos que ser capazes de responder ao possível aumento de procura que venha a acontecer, mas essa monitorização está a ser feita quer pela Secretaria Regional da Educação, quer pela Secretária Regional da Saúde.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não percebeu a pergunta!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente.

Uma interpelação à Mesa para perguntar ao Secretário, penso que ele terá percebido mal.

Deputado Carlos Silva (PS): Não pode fazer isso! Cumpra o Regimento!

A Oradora: Eu não perguntei quantos é que existem. Eu perguntei quantos é que o Governo Regional pretendia contratar no sentido de colmatar ...

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: ... esta diferença que existe ...

Presidente: Sra. Deputada Mónica Seidi, a tentativa não pode surtir efeito.

A interpelação é à Mesa naturalmente e os outros partidos não têm réplica nesta figura regimental a não ser o proponente. Portanto, teremos de desconsiderar esta interpelação.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A terapia da fala é de facto uma questão essencial para muitas crianças que têm necessidades efetivamente de terapia da fala, algumas delas com necessidades educativas especiais e é uma resposta essencial e que se for exigida e se for tida em altura precoce pode ter obviamente efeitos positivos no desenvolvimento das crianças e é essencial.

Já foi aqui referida a dificuldade que existe efetivamente na cobertura de terapeutas da fala e até referida pelo Sr. Secretário a dificuldade em recrutar, contratar terapeutas da fala.

Ora, nos últimos dados que foram até entregues pelo Sr. Secretário Regional da Educação no ano passado referiam que vários desses terapeutas da fala existentes no sistema educativo regional, muitos deles, eram precários, estavam a contrato a prazo ou a recibos verdes.

O primeiro passo para conseguir atrair e garantir a presença de terapeutas da fala é contratá-los com contratos estáveis, dignos, porque é isso que é necessário para o sistema.

Mas a minha questão não se prende com esta questão dos vínculos dos terapeutas, mas com o acesso das crianças à terapia da fala, é porque, Sr. Secretário, não sei se tem conhecimento, mas se não tem passará a ter, neste momento há unidades orgânicas na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente na Escola Básica Integrada da Povoação, que retiraram o acesso à terapia da fala a alunos que, por não terem ação social escolar, deixaram de ter acesso à terapia da fala e a minha questão é, em primeiro lugar, desde que reparei pela última vez o sistema educativo regional público é gratuito e universal, não pode haver qualquer tipo de discriminação do ponto de vista económico, o Sistema Regional de Saúde é de igual forma e a pergunta que eu faço é como é que esta situação é possível, como é que o Governo explica uma situação em que há alunos que por não terem ação social escolar não estão a ter terapia da fala?

Porque precisam, estão sinalizados e no caso em concreto há uma família que a criança deixou de ter terapia da fala porque não tem capacidade económica para aceder e pagar uma consulta, 30 euros por semana, não podem ter, porque a ação social escolar infelizmente só chega aos mais pobres dos mais pobres e há muita gente que não é rica, que tem salários muito baixos e que não tem ação social escolar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para responder, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado António Lima, eu não tenho conhecimento dessa situação recente que refere na escola da Povoação, nem sei se é assim como refere e com certeza que estará a dizer a verdade. Aquilo que lhe posso dizer é que vamos aferir dessa situação.

Agora, dizer-lhe também o seguinte: o acesso das crianças referenciadas para a terapia da fala não se circunscreve à escola, por exemplo. Como sabe, também a própria unidade de saúde de ilha tem de dar resposta a essa situação havendo vontade da família e sendo no caso os pais da criança de recorrerem ao serviço público para que isso possa ser uma realidade.

Mas relativamente à questão em específico da escola da Povoação, pois naturalmente vamos aferir do que é que aconteceu e se de facto é assim como diz.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência:

Oh, Sr. Secretário Regional, há três anos o CDS propôs e foi aqui aprovada uma resolução para dotar as unidades de saúde de ilha que não tinham terapeutas da fala de ficarem com esses especialistas. Passaram de facto três anos e continuamos praticamente na mesma e se é certo que não podemos ter um especialista de cada área em cada ilha e em cada centro de saúde, o Sr. Secretário vai convir o seguinte: é que numa criança de seis anos que é fundamental para a sua aprendizagem e para o seu desenvolvimento expressar-se bem, um atraso de três de anos, ou seja, uma criança que devia ter iniciado a sua terapia da fala aos seis, iniciá-la três anos depois (eu não estou a pedir que se pronuncie sobre isso, que não é a sua área), mas compreenderá por senso comum que essa criança vai muito atrasada e não sei se já é recuperável esse problema que tem e que ainda tem.

Quanto às Flores há bem pouco tempo é que tem terapeuta da fala, há bem poucos meses é que tem.

Deputado Manuel Pereira (PS): Tinha! Não estava era lá!

O Orador: Portanto, a pergunta que lhe faço, Sr. Secretário: é que não existia terapeuta da fala no Corvo, não existia terapeuta da fala nas Flores, acha legítimo as crianças esperarem três anos para terem um terapeuta da fala?

Não seria então no Sistema Regional de Saúde ... O Governo não deveria ou a unidade de saúde encaminhar essa criança para um centro de saúde onde houvesse terapeuta da fala e a criança não ter esperado três anos?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas é isso que está a ser feito!

O Orador: Não foi feito, Sr. Secretário. Esse é que é o problema. Não foi feito! Estas crianças tinham seis anos, agora têm nove.

Considera que estas crianças não foram gravemente prejudicadas, Sr. Secretário Regional?

Depois, há outro problema. É que ainda aqueles pais que não têm acesso ao público, porque tem uma lista de espera muito grande, tem uma lista de espera enorme, tinham na privada no antigo sistema de reembolsos de fisioterapia e de terapia da fala, que o seu Governo alterou, Sr. Secretário, e hoje há pais que não podem aceder que só lhe pagam uma sessão, são 20 sessões, só lhe pagam uma vez e depois não podem ir mais, não podem sequer recorrer à privada, porque o público não lhe dá resposta.

Portanto, é mais uma agravante que é preciso resolver e que em breve também falaremos sobre essa matéria.

A pergunta, Sr. Secretário, é porque é que estas crianças não foram enviadas a devido tempo não havendo, porque não tinha (aceita-se essa parte), não havia num ano, não havia no outro, não havia no outro, se sabiam que não tinha

terapeuta da fala nem chegaria tão cedo devido à escassez desses profissionais eventualmente, porque é que não foram enviados?

A responsabilidade não será naturalmente sua, nem do Governo, mas o Governo tinha conhecimento disso, porque é que a unidade de saúde de ilha não encaminhou essas crianças devidamente?

É a pergunta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Artur Lima, é de facto isso que tem de acontecer, ou seja, a unidade de saúde de ilha recebendo essa referenciação e recebendo essas crianças tem naturalmente que encaminhá-las, mas também devo dizer o seguinte.

É bom também referir quando se fala de terapeutas da fala do esforço de crescimento que tem sido efetivado. Eu recordo que em 2015 o Serviço Regional de Saúde tinha 10 terapeutas da fala e hoje tem 20. Portanto, nós vamos continuar este caminho de crescimento na prestação destes cuidados que cabe naturalmente ao serviço público, cabe naturalmente às escolas, mas cabe também aos privados ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Os privados não podem, os senhores cortaram!

O Orador: ... e à conciliação que tem de ser possível fazer entre o público e o privado quando os serviços públicos não têm resposta.

Portanto, este caminho de crescimento nos recursos humanos afetos a esta área e a capacidade de cobrir todas as ilhas dos Açores é este o caminho que vamos continuar a fazer, tentando contrariar as adversidades que vão surgindo, o facto

de haverem concursos nesta área que ficam desertos, o facto de por exemplo haver no caso em concreto das Flores uma terapeuta da fala que por direito próprio esteve dois anos de baixa e que também impossibilitou o desempenho das suas funções, mas este caminho de crescimento nesta área vai continuar a ser feito, como tem sido feito de 2015 até aos dias de hoje.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições para este ponto.

Não havendo, vamos então avançar para o próximo objeto, é o sétimo: **Espólio regional de objetos com valor cultural da ilha do Corvo.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo destes 10 anos que estou aqui no Parlamento tive sempre a preocupação de assegurar que funcionaria na ilha do Corvo um projeto museológico.

A verdade é que fiz a doação de um edifício nesse sentido e o Governo aceitou, o Governo também aprovou uma verba de 50 mil euros para aquisição desses objetos. O que foi dito na altura é que eles ou não existiam, ou os poucos que existiam as pessoas não queriam vender, nem fazer qualquer tipo de cedência, foi a informação que constou depois no relatório, e finalmente também foi aprovado aqui um projeto de resolução do PPM para que fosse desenvolvido um projeto de museologia na ilha do Corvo que efetivamente foi desenvolvido, que é o projeto do ecomuseu e que é um bom projeto que eu sempre apoiei do ponto de vista político.

A pergunta que lhe faço agora é a seguinte: eu anunciei há cerca de dois meses, creio, que cederia um espólio de etnografia do Corvo que fui adquirindo ao longo destes anos e que estou na disposição de o doar ao Governo e concretizar

até dezembro essa doação. Este espólio evidentemente tem várias peças importantes desde alfaias agrícolas, ao tear, aos carros de bois, a um conjunto grande de objetos de valor cultural.

A pergunta que lhe faço é a seguinte: se o Governo aceita esta doação tal como aconteceu em relação ao edifício, porque se a vossa resposta for positiva eu estou na disposição de iniciar já os trâmites da doação desses objetos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu responder a essa pergunta sim ou não seria uma abordagem de todo simplista da minha parte. Numa matéria dessas não é possível dizer que aceitamos ou que não aceitamos.

É importante perceber o que é que está em causa, é importante perceber a titularidade jurídica dos objetos em causa, é importante perceber de que forma é que será feita essa suposta doação, se se trata de um depósito, a efetiva propriedade dos bens, a existência de proprietários desses bens, o registo desses bens e, portanto, só reunidas todas estas informações é que o Governo obviamente estará disponível para receber esse acervo e perceber da sua importância para a valorização do ecomuseu da ilha do Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sim, esses aspetos são importantes.

Quando doei o edifício isso foi concretizado ao fim de uns poucos meses. Nesta matéria também tenho o mesmo interesse, assegurando todos os aspetos que V. Exa. referenciou. Portanto, da minha parte estou disponível para assegurar todos os trâmites legais que o Governo considerar convenientes.

Pergunto-lhe então se podemos começar ou agendar uma reunião de trabalho para que o Governo me diga quais são as exigências que faz e eu da minha parte irei responder ao conjunto de exigências para que a doação seja efetiva, ou seja, o que eu lhe posso dizer é quais são os parâmetros que o Governo quer ver acautelados e eu respondo de uma forma positiva a esses parâmetros o mais depressa possível, porque como lhe digo o que eu prometi é para cumprir.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, se o Sr. Deputado quer doar esse acervo que possui ao Governo pois agradeço que faça chegar essa vontade formalmente ao Governo para que ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Já o fiz!

O Orador: Faça-o chegar formalmente, por escrito, dizendo o que quer doar ao Governo, com que objetivo, que objetos estão em causa, qual a sua titularidade ... Isso, permita-me, Sr. Deputado, terá de partir de quem quer doar alguma coisa e não de quem supostamente irá receber uma doação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há alguma inscrição para este ponto.

Não havendo entramos então no último objeto desta sessão de perguntas:

Programa “Meus Açores, meus Amores”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Sendo esta a minha penúltima intervenção (ainda tenho direito à réplica) devo dizer-lhe, Sr. Secretário, que evidentemente é isso que vou fazer em relação à questão anterior, ou seja, vou fazer-lhe chegar, enumerar, mandar-lhe as fotografias, tudo isso que Vs. Exas. necessitam para tornar efetiva essa doação.

Depois, nesta questão, tive a oportunidade de colocar também esta questão no mês de fevereiro (estas perguntas foram adiadas tendo em conta a situação que há pouco descrevi relacionada com o Sr. Secretário da Saúde) e uma das perguntas que estou a repetir agora tem a ver com o programa “Meus Açores, meus Amores”. A verdade é a seguinte: desde que esta pergunta foi agendada, esta questão também já ficou resolvida, já há um agendamento de deslocação no âmbito deste programa “Meus Açores, meus Açores” à ilha do Corvo, mas subsiste uma outra questão que me tem sido reiterada por vários empresários neste setor, que trabalham com este programa e com o Governo neste âmbito e a pergunta aqui é a seguinte: é que o pagamento que é feito aos empresários demora às vezes mais de seis meses, mais que seis meses. Esse é o testemunho que eu tenho.

Portanto, a pergunta que lhe coloco é: sendo este programa também um programa destinado à época baixa eu penso que não significa uma grande ajuda o pagamento ser efetuado aos empresários e aos hoteleiros apenas seis, sete, oito meses depois. O que lhe pergunto é se V. Exa. assume aqui o compromisso de pagar de forma mais célere a quem participa e colabora no âmbito deste programa?

Porque o tempo de espera dos empresários em relação ao pagamento de seis, sete meses é nitidamente muito excessivo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não tenho conhecimento de nenhum atraso nos pagamentos referentes aos empresários que participam neste projeto “Meus Açores, meus Amores”.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Está dentro do período normal de pagamento, seis meses, oito meses...!

O Orador: Aquilo que lhe posso dizer é o seguinte e essa é a orientação que existe na contabilidade pública para todas as questões que lá chegam, porque é importante não esquecer isto. Muitas vezes quando se fala de supostos atrasos nos pagamentos muitas vezes vai-se a descobrir que falta documentação para serem encerrados os relatórios ...

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... e para que possam proceder aos pagamentos.

Portanto, aquilo que existe hoje como orientação muito clara da Vice-Presidência do Governo é a seguinte: reunida a documentação e feito o relatório final relativamente a qualquer uma atividade, no caso em concreto “Meus Açores, meus Amores”, é remetida a informação para a contabilidade pública e esse pagamento naturalmente não é feito imediatamente, mas no âmbito da planificação mensal que é feita para os pagamentos, é feito esse pagamento reunida toda a informação e todos os comprovativos de despesa e toda a informação financeira necessária.

Aquilo que lhe posso dizer é que é essa a nossa preocupação não só nos “Meus Açores, meus Amores”, mas em qualquer outra questão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, esta informação que lhe estou a transmitir e que eu pensei que fosse do conhecimento de V. Exa. é uma informação transmitida por vários empresários, por vários hoteleiros neste setor, ou seja, os pagamentos estão de facto a demorar seis, sete meses, oito meses a serem concretizados depois da estadia das pessoas ao abrigo deste programa. Portanto, esta é uma informação verdadeira, que é facilmente comprovável, aliás, remeter um requerimento a esse respeito para que isto possa ser calculado e aferido, mas de facto existe este atraso.

Portanto, Sr. Secretário, o que eu lhe pergunto é: não é do conhecimento de V. Exa. que os pagamentos estejam a demorar para serem efetuados seis, sete meses em relação a este programa, porque é evidente que as pessoas que participam no programa com esta espera tão longa evidentemente ficam muito condicionadas em relação à vontade de participar efetivamente, porque é um pagamento que demora muito tempo a concretizar-se. O que lhe posso dizer é que isto é o testemunho de vários empresários que já participaram neste programa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não tenho de todo essa ideia, nem essa noção.

A informação que temos é que o programa “Meus Açores, meus Amores” tem sido um sucesso, é um programa que tem garantido a mobilidade dentro das nossas ilhas a uma faixa etária acima dos 60 anos em época baixa, que tem não

só permitido bons momentos a essas pessoas que usufruem deste programa, mas tem também tido bons parceiros, os nossos hoteleiros que participam ativamente neste programa ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas tem de pagar atempadamente!

O Orador: ... e que a informação que temos é que anualmente e de ano para ano querem repetir a parceria no âmbito do “Meus Açores, meus Amores”.

Portanto, este programa é um bom programa que tem funcionado bem e nós não temos a referenciação dos atrasos que o Sr. Deputados Paulo Estêvão referiu.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, julgo ser de justiça saudar o Sr. Secretário Berto Messias pela elasticidade que tem tido em responder às questões que vão desde as calçadas, passando pela saúde e acabando nos “Meus Açores, meus Amores”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Realmente é de toda a justiça que se faça esse elogio.

Sr. Secretário, o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de referir que depois do agendamento desta sessão de perguntas foi conhecido o calendário para a deslocação dos candidatos do Corvo para o programa “Meus Açores, meus Amores”. Isto não é uma novidade.

O ano passado os candidatos das Flores estavam esquecidos, o PSD fez um requerimento e dois dias depois foi logo agendada uma viagem dos candidatos “Meus Açores, meus Amores”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

Deputado António Almeida (PSD): Coincidência!

O Orador: Sr. Secretário, considerando que este programa e consideramos nós que é um bom programa, que permite que as ilhas com economia mais frágil tenham na época baixa outro dinamismo e que sei que estão agendados, ou que está agendada uma deslocação de pessoas das Flores para o mês de abril, mas que também foram preteridas algumas pessoas nessa deslocação.

Ora, a minha pergunta, Sr. Secretário, é: qual foi a razão que esteve subjacente a essas pessoas serem preteridas nessa deslocação que se irá realizar em abril?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Bruno Belo, eu tenho que lhe dizer que não tenho aqui os processos das pessoas que concorreram ao “Meus Açores, meus Amores” ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Devia ter a informação!

O Orador: ... e os nomes das pessoas e a informação, um por um, porque é que foram preteridos.

Aquilo que lhe posso dizer relativamente a essa matéria é que o programa “Meus Açores, meus Amores”, que é de facto um sucesso como o Sr. Deputado acabou por referir e muito bem (deixe-me dizer-lhe) obedece a critérios de seleção para as pessoas que participam nesse programa que tem a ver com o rendimento mensal *per capita*, tem a ver com os anos de participação nos anos anteriores nesse programa para que deem oportunidade de outras pessoas participarem no programa antes que se repitam participações e há também uma fórmula relativamente ao rendimento mensal *per capita*, à nota de liquidação do IRS, enfim, um conjunto de critérios ...

Deputado Bruno Belo (PSD): É quase como um concurso público!

O Orador: ... que resultam numa pontuação final depois de definido o número de pessoas para cada uma dessas idas.

Portanto, isto são critérios perfeitamente claros, perfeitamente pré-definidos, rigorosos e não há aqui qualquer tipo de análise empírica ou discricionária relativamente às pessoas que participam neste programa, como eu julgo que o Sr. Deputado Bruno Belo muito bem sabe.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então encerrar este nosso ponto da Agenda e dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto sete da Agenda: **Petição n.º 31/XI – Saúde Mental, prevenção do suicídio e colocação de barreiras nas pontes da SCUT do Nordeste**, apresentado por João Diogo Mendes Coelho, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do Regimento da Assembleia. Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, sendo que cada grupo e representação parlamentar intervém uma única vez por tempo não superior a 10 minutos.

Tem a palavra o relator da Comissão de Política Geral, o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO PÚBLICA N.º 31/XI - “SAÚDE MENTAL, PREVENÇÃO DO SUICÍDIO, COLOCAÇÃO DE BARREIRAS NAS PONTES DA SCUT DO NORDESTE”.

INTRODUÇÃO

As Subcomissões de Assuntos Sociais e de Política Geral reuniram em 11 de janeiro de 2019, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, para apreciar a Petição Pública n.º 31/XI – “Saúde Mental, Prevenção do Suicídio, Colocação de Barreiras nas Pontes da SCUT do Nordeste”.

A Petição, reunindo 389 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 10 de setembro de 2018 e cumpria as formalidades regimentais exigidas. Foi, assim, admitida, facto que foi comunicado ao 1.º Peticionário, Dr. João Diogo Mendes Coelho, em 18 de outubro de 2018.

Tendo em conta que a Petição incide sobre matérias que se encontram na esfera de atribuições da Comissão de Assuntos Sociais, bem como da Comissão de Política Geral, foi remetida pela Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para ambas as Comissões.

As Subcomissões de Assuntos Sociais e de Política Geral deliberaram, em 12 de dezembro de 2018, ouvir presencialmente o 1.º subscritor da Petição, Dr. João Diogo Mendes Coelho, o Membro do Governo com competência em razão da matéria, a Ordem dos Médicos e a Ordem dos Psicólogos. As audições ocorreram em 11 de janeiro de 2019.

CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º

do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento e do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2012 de 20 de novembro, as matérias objeto da iniciativa são da competência da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Política Geral.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise tem a expectativa, segundo os seus subscritores, de “informar e alertar os nossos decisores políticos regionais para a problemática do suicídio, para a necessidade de facilitar o acesso aos cuidados de Saúde Mental na RAA e, concretamente, para a necessidade premente de se interromper um trágico ciclo de mortes nas pontes da SCUT do Nordeste”.

Tendo em vista esse objetivo, a Petição considera que:

“O suicídio é um importante problema de saúde pública. Estima-se que em todo o mundo morram por suicídio 1 milhão de pessoas todos os anos; ou seja, 1 suicídio a cada 40 segundos!

Em Portugal, a taxa de suicídio supera os 10 suicídios por cada 100.000 habitantes, o que equivale a dizer-se que se suicidam mais de 1000 portugueses por ano e estima-se que o número de tentativas seja 20 a 25 vezes superior. O número de mortes por suicídio em Portugal, para que se ganhe perspetiva sobre a dimensão do problema, é superior em dobro às mortes relacionadas com

acidentes rodoviários.

Além disso, Portugal é o segundo país da Europa com maior prevalência de doença mental, com 22,9% da população diagnosticada com algum tipo de doença mental: mais do que 1 em cada 5 portugueses! Não há razões para acreditar que esse valor seja inferior nos Açores, pelo contrário.

Contudo, embora a taxa de suicídio em Portugal seja globalmente inferior à dos países do centro e norte da Europa, assistimos no nosso país à mais elevada taxa de suicídio da Europa na população acima dos 65 anos de idade. Na Região Autónoma dos Açores (RAA), a taxa global de suicídio é ainda maior, 12,5 suicídios por 100.000 habitantes, o que equivale a mais de 30 suicídios por ano. A estes números acrescenta-se a agravante dos Açores serem a região do país com as taxas de suicídio mais elevadas nos grupos etários mais jovens, o que acarreta uma muito maior perda de potenciais anos de vida em cada suicídio quando comparada com a média nacional.

O reconhecimento da dimensão e do impacto deste problema tem levado a um interesse crescente pela compreensão dos fatores que possam estar na sua base e a multiplicaram-se as iniciativas destinadas a conhecer com rigor a evolução das taxas de suicídio e a identificar os fatores de risco e de proteção do suicídio. Estes esforços permitiram que muitos dos fatores de risco sejam hoje bem conhecidos, sendo possível criar intervenções e estratégias de eficácia comprovada na gestão do suicídio e da sua prevenção.

Conquanto os suicídios não se verifiquem apenas em pessoas com doença mental diagnosticada, comprovadamente, o método mais eficaz de prevenção do suicídio é a identificação precoce e o correto tratamento das perturbações de saúde mental, em particular, as perturbações do humor e as patologias relacionadas com o consumo de álcool e outras substâncias. Em segundo lugar encontram-se as Intervenções na comunidade, controlando ou restringindo o acesso a meios altamente letais. A título de exemplo, são medidas com eficácia

comprovada a aplicação de legislação que permita um maior controlo no uso de armas de fogo, redução da disponibilidade e controlo rigoroso do manuseamento de pesticidas e herbicidas tóxicos, construção de barreiras em locais públicos elevados usados para a precipitação, entre outras.

O maior desafio permanece agora na necessidade de disseminar este conhecimento entre os decisores políticos, profissionais de saúde e a população em geral.

Se por um lado, temos disponíveis por todo o país profissionais de saúde mental a fazer um trabalho altamente meritório na Identificação e tratamento das perturbações psiquiátricas, por outro, escasseiam as medidas preventivas nesta área.

Em São Miguel, em particular, temos assistido impotentes, às sucessivas mortes por precipitação das pontes da SCUT do Nordeste. Embora não estejamos munidos com os números de suicídios nestas pontes, são inegáveis quer o efeito de contágio, quer o impacto que essas mortes têm tido nas famílias e nas comunidades atingidas.

Assim, tendo por base todo o conhecimento dos estudos na área da Suicidologia e a realidade açoriana, vêm os signatários desta petição assinalar a importância da tomada de medidas políticas preventivas na área da Saúde Mental na RAA, que permitam, por um lado, facilitar o acesso e aumentar a qualidade dos Cuidados de Saúde Primários e de Saúde Mental prestados à população, de modo a que sejam precoce e adequadamente identificadas e tratadas as perturbações mentais por profissionais de saúde habilitados a intervir nesta área e assim se influencie de modo positivo os índices de qualidade de vida, saúde mental e, claro, as taxas de suicídio. E, por outro, à semelhança do que tem sido feito noutros locais do país e do mundo com problemas semelhantes, de que são exemplo o Viaduto Duarte Pacheco em Lisboa ou a Ponte Golden Gate em São Francisco, nos EUA, é necessário que se tomem medidas concretas e se

coloquem barreiras físicas para impedir ou dificultar grandemente os suicídios por precipitação dos bordos laterais dos tabuleiros das altíssimas pontes da SCUT do Nordeste.

Com toda a certeza, não se prevenirão com estas ou outras medidas todas as mortes por suicídio em São Miguel e nos Açores, mas subscrevemos as conclusões dos estudos na área da Suicidologia quando se referem ao benefício preventivo da limitação do acesso a certos locais públicos elevados, frequentemente associados a suicídios.”

AUDIÇÃO DO 1.º SUBSCRITOR DA PETIÇÃO – “SAÚDE MENTAL, PREVENÇÃO DO SUICÍDIO, COLOCAÇÃO DE BARREIRAS NAS PONTES DA SCUT DO NORDESTE”.

O 1.º subscritor da petição, Dr. João Diogo Mendes Coelho, esclareceu que é Médico Psiquiatra e que o fenómeno em causa lhe chamou a atenção; tendo tomado a iniciativa de elaborar uma Petição Pública, da qual é o 1.º subscritor.

Fez uma exposição do objeto da petição, destacando que a petição surge com o objetivo de sensibilizar e alertar os decisores políticos regionais para a problemática do suicídio e conseqüentemente, de tentar minimizar um problema que nos Açores em geral, e especificamente em São Miguel, tem uma expressão significativa no contexto Nacional.

Começou por referir que, embora Portugal tenha uma taxa de suicídios globalmente inferior à dos países do centro e norte da Europa, tem a mais elevada taxa de suicídio da Europa na população com mais de 60 anos de idade. Na Região Autónoma dos Açores (RAA), a taxa global de suicídio é ainda maior (12,5 suicídios por 100.000 habitantes), o que equivale a mais de 30 suicídios por ano. Acrescentou que, na sua opinião, existe uma evolução na esfera social, designadamente na passagem de uma sociedade maioritariamente

tradicionalista para uma sociedade moderna, sobretudo do ponto de vista das crenças.

Considera que existem poucos dados e conseqüentemente poucos estudos feitos, mas que urge que sejam efetuados.

Considera também, que se a colocação de barreiras físicas de proteção nas pontes das SCUT do Nordeste possa ter efeito dissuasor e assim se possa tentar minimizar o problema, à semelhança do que tem sido feito noutros locais do país e do mundo com problemas semelhantes. Deu como exemplos o Viaduto Duarte Pacheco em Lisboa ou a Ponte Golden Gate em São Francisco, nos EUA. Considera necessário que se tomem medidas concretas e se coloquem barreiras físicas para impedir ou dificultar grandemente os suicídios por precipitação dos bordos laterais dos tabuleiros das altíssimas pontes da SCUT do Nordeste.

Considera ainda que, na sua opinião, uma pessoa com tendências suicidas normalmente procura fazer aquilo que outros já fizeram para se suicidar e, nesta medida, faz sentido existir um plano com modelos que sejam eficazes. Acrescentou que existe um plano a nível nacional e considera de extrema importância criar-se um plano regional de prevenção à saúde mental.

Alertou para a fase pós tratamento, em que o doente uma vez tratado a fase aguda não dispõe na Região de acompanhamento e seguimento e considera que essa lacuna pode muitas vezes fazer a diferença no sucesso do tratamento.

Concluiu que não é possível combater este fenómeno apenas do ponto de vista hospitalar e considera que deve haver uma ação efetiva ao nível legislativo, designadamente a elaboração de planos de prevenção da saúde mental.

A Deputada Rute Gregório referiu que há um verdadeiro problema ao nível da saúde mental e questionou se esse problema poderia ser atenuado com uma atuação dos técnicos nas comunidades, com maior proximidade, concretamente

nas freguesias, uma vez que ainda existe um estigma social muito grande relativamente a essa matéria.

O Dr. João Coelho respondeu que ao nível das comunidades não existe quase nada e referiu que os reduzidos planos que existem não são postos em prática, mas que se o fossem já teriam um carácter preventivo.

Referiu ainda que o serviço onde exerce funções já está a dar formação aos médicos de família para poderem ajudar e prevenir. Contudo, considera que esses ensinamentos deveriam ser transmitidos á polícia e bombeiros. Acrescentou que falar de saúde mental nas escolas seria muito relevante.

Relativamente ao estigma, reconhece que existe e considera fundamental que este aspeto seja trabalhado também na formação da comunicação social para que façam “boas notícias” sobre saúde mental.

Finalizou, referindo que sente muita dificuldade na colocação de doentes depois de ser tratada a sua fase aguda quando não podem ir para as suas famílias. Referiu que há lares a recusar esses doentes.

O Deputado Carlos Ferreira questionou se a colocação de barreiras poderá ser alargada a outros locais de acesso mais fácil e se considera necessária a existência de programas de formação para profissionais em saúde mental. Questionou ainda como encara uma solução de articulação em rede.

O Dr. João Coelho respondeu que não devemos esquecer todos aqueles que utilizam armas de fogo nas suas profissões, como a PSP e GNR, o que acarreta uma situação de risco muito grande. Respondeu também que o plano nacional identifica os locais onde devem ser colocadas as barreiras e que, relativamente às ilhas sem hospital, a articulação deve ser feita com o médico de família, sendo fundamental a formação a todos esses profissionais. Essa recomendação consta do plano nacional.

A Deputada Graça Silva referiu que ao longo da sua intervenção o Dr. João Coelho referiu que “se a vida não me quiser bem entrego-me à casa de saúde e

que agora vão à ponte e que as casas de saúde deram um grande apoio durante muito tempo” e questionou o porquê desta afirmação.

O Dr. João Coelho respondeu que o acesso aos cuidados de saúde é muito mais difícil hoje do que era antes, reiterando o facto de hoje ser muito difícil encaminhar um doente após o tratamento. Acrescentou que a rede de saúde mental é muito reduzida face à realidade.

A Deputada Renata Correia Botelho interveio, fazendo uma súmula de alguns avanços significativos que foram dados nesta matéria, designadamente a existência de psicólogos nas várias Unidades de Saúde da Região, o protocolo recente entre a Secretaria Regional da Saúde e a Ordem dos Psicólogos para a prevenção da depressão, que já engloba várias ações referidas na petição, bem como a alta e crescente cobertura de médicos de família, o trabalho que está a ser desenvolvido ao nível do emprego apoiado e protegido e a própria Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que prevê ações neste âmbito. Referiu que o suicídio por precipitação é amplamente precedido, segundo dados nacionais do relatório “Saúde Mental em Números”, por vários outros métodos letais. Referiu, todavia, concordar com o facto de não existirem lacunas um no acompanhamento após o tratamento, que e considera ser muito importante que aconteça, e que, por isso, têm de ser melhoradas, o que deverá acontecer, desde logo, com a implementação, que se espera para breve, de Rede de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental. Contudo, não concorda com o facto de se entender que as casas de saúde são a solução, tal como acontecia há várias décadas, na medida em que, não obstante o valiosíssimo esforço desenvolvido por aquelas instituições, era criado, naqueles tempos idos, um estigma muito grande em relação ao doente. Acrescenta que esse estigma, na sua opinião, tinha efeitos muito negativos e considera que foi feito um trabalho muito positivo nos últimos anos no sentido de tratar as pessoas com doença mental primeiramente no Hospital (na fase aguda), retirando essa carga

negativa que um doente de saúde mental carrega só pelo facto de estar doente, e articulando respostas com outras valências.

O Dr. João Coelho, relativamente aos números citados, disse-se ciente de que a colocação de barreiras nas SCUT não resolverá a problemática do suicídio, pois a ideação suicida muitas vezes impõe-se para lá dos métodos. Quanto às outras questões, respondeu que houve um esforço global na desinstitucionalização da patologia e uma vez que o doente está estabilizado e já não existe ganho clínico no seu internamento deve ser valorizada essa prática. Contudo, nas ilhas sem hospital a situação é grave.

Finalizou a sua audição agradecendo a disponibilidade do Parlamento para partilhar a preocupação que consta da petição e manifestou o desejo de que a ação política caminhe no sentido de otimizar os recursos que já existem.

AUDIÇÃO DA ORDEM DOS MÉDICOS

A Ordem dos Médicos fez-se representar pela Dra. Isabel Cássio, Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores, que fez uma apreciação genérica da petição e destacou o facto da iniciativa evidenciar as fragilidades da saúde mental na região.

Referiu que constitui uma grande preocupação a assistência de saúde mental nos Açores e reconheceu que há um estigma em relação à patologia.

Considerou que a preocupação mais premente consiste nas tentativas de suicídio, concretamente no tratamento das lesões físicas e nos aspetos psíquicos, considerando ainda que a situação se agrava na fase de acompanhamento, onde há uma total incapacidade de seguimento devido aos reduzidos recursos.

Considera ainda que o Serviço Regional de Saúde não está a ser capaz de cativar clínicos de saúde mental suficientes para que seja possível dar uma

resposta adequada, referindo mesmo que tem havido a saída de médicos que prestavam serviços nos hospitais públicos da região para o privado, alegando falta de incentivos.

Considerou ainda que deveria haver uma atuação antes da primeira tentativa e que tal não é possível porque há claramente falta de apoio na prevenção, há falha na deteção da patologia e no seguimento destes casos.

O Deputado Carlos Ferreira questionou como acontece o encaminhamento nas ilhas sem hospital e, na sua perspetiva, o que falta ao nível da formação com outras entidades para que o sistema funcione de forma mais eficiente.

A Dr. Isabel Cássio respondeu que a tendência atual é efetuar o tratamento cada vez mais em ambulatório e menos em internamento. Contudo, o HDES tem um serviço de tratamento de saúde mental. Considerou que o mais importante seria permitir que o doente possa ter acompanhamento após o tratamento da fase aguda e que os recursos disponíveis não permitem.

O Deputado Faria e Maia considera que o paradigma da saúde mental se alterou e que hoje em dia é mais tratável do que era antigamente e questionou sobre qual a explicação pelo abandono dos psiquiatras pelo Serviço Regional de Saúde e opção pelo privado e também se as casas de saúde estão a ter algum papel no tratamento.

A Dra. Isabel Cássio respondeu que considera importante a colocação de psiquiatras nos centros de saúde e na articulação com as casas de saúde, pois cada vez mais as pessoas têm menos estigma em apresentar a sua doença.

Relativamente aos médicos, considera que faltam incentivos que os cativem a prestar serviços no Serviço Regional de Saúde e que a principal razão é o facto destes não quererem fazer as 40 horas semanais. Concluiu, referindo que há falta de razoabilidade da tutela, uma vez que, se os psiquiatras não querem trabalhar as 40 horas, e sendo necessários, é melhor que trabalhem 20 horas do

que nenhuma. Para o efeito, é necessário haver uma aproximação entre a tutela e os médicos, já que é muito difícil trazer médicos para os Açores.

A Deputada Rute Gregório questionou o que deveria ser criado para que o acompanhamento aconteça e o que deveria ser feito no âmbito local.

A Dra. Isabel Cássio respondeu que sobretudo deve existir uma solução de proximidade, que implica fazer formação com os médicos de saúde geral e familiar e melhorar a interligação entre cuidados primários e cuidados diferenciados, que estão identificadas e descritas pelos psiquiatras a trabalhar na Região.

AUDIÇÃO DA ORDEM DOS PSICÓLOGOS

A OPP, Ordem dos Psicólogos Portugueses, fez-se representar pela Dra. Maria da Luz Melo e pela Dra. Paula Domingues, Presidente e Vogal, respetivamente, da Delegação Regional dos Açores daquela Ordem (DRA/OPP), que julgaram ser pertinente apresentar uma proposta com os seus contributos para a elaboração das políticas de Saúde Mental e de Prevenção de Suicídio na Região Autónoma dos Açores (RAA).

Transcreve-se, seguidamente, o documento apresentado.

“O presente documento surge na sequência do convite dirigido à Delegação Regional dos Açores da Ordem dos Psicólogos Portugueses (DRA/OPP) e endereçado pelo Senhor Presidente da Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para estar presente numa audiência no âmbito da Petição n.º 31/XI – “Saúde mental, prevenção do suicídio e colocação de barreiras nas pontes da SCUT do Nordeste”, a realizar no dia 11 de janeiro.

A OPP é uma associação pública profissional que representa e regulamenta a prática dos profissionais de Psicologia que exercem a profissão de Psicólogo em

Portugal (de acordo com a Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro, com as alterações da Lei n.º 138/2015, de 7 de setembro). É missão da OPP exercer o controlo do exercício e acesso à profissão de Psicólogo, bem como elaborar as respetivas normas técnicas e deontológicas e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros. As atribuições da OPP incluem ainda defender os interesses gerais da profissão e dos utentes dos serviços de Psicologia; prestar serviços aos membros em relação à informação e formação profissional; colaborar com as demais entidades da administração pública na prossecução de fins de interesse público relacionados com a profissão; participar na elaboração da legislação que diga respeito à profissão e nos processos oficiais de acreditação e na avaliação dos cursos que dão acesso à profissão.

O comportamento suicidário abrange todo e qualquer ato através do qual um indivíduo causa uma lesão a si próprio, independentemente do grau de intenção letal e conhecimento do verdadeiro motivo desse ato. Em suicidologia, frequentemente, o comportamento suicida inclui três categorias: ideação suicida, tentativa de suicídio e suicídio consumado, sendo que a ideação suicida funciona como um forte indicador para o risco de suicídio.

Em todo o mundo, existem aproximadamente 1 milhão de suicídios por ano e estima-se que pelo menos seis pessoas sejam afetadas por cada uma destas mortes. Em Portugal, de acordo com o INE, em 2012, a taxa de mortalidade por suicídio correspondia a 10,2 por 100 000 habitantes (17,1 para os Homens e 3,9 para as Mulheres) e era mais expressiva na faixa etária dos 65 ou mais anos de idade (21,1/100.000). Os anos potenciais de vida perdidos por suicídio correspondiam a 14 595.

Só em 2016, suicidaram-se 981 pessoas. E são fortes os indícios de subnotificação desta causa de morte devido ao grande número de mortes de causa indeterminada. Muitas mortes com causas por determinar poderão

corresponder a casos de suicídio, considerando-se por isso que esta é uma problemática subavaliada.

No que diz respeito aos jovens, dados recentemente divulgados (e que brevemente serão apresentados nos Açores), apontam para níveis elevados de stress e ansiedade na população estudantil, do 6º, 8º e 10º ano de escolaridade. Estes resultados decorrem do estudo HBSC/OMS (*Health Behaviour in School-aged Children*) realizado em colaboração com a Organização Mundial de Saúde (Matos, et al., 2000-2018). Este estudo compreensivo analisa os estilos de vida dos adolescentes em idade escolar, nos seus contextos de vida, em áreas como: apoio familiar, escola, saúde, bem-estar, sono, sexualidade, alimentação, lazer, sedentarismo, consumo de substâncias, violência e migrações. Esta informação é pertinente na medida em que a OMS indica que o suicídio associado à depressão constitui a segunda causa de morte mais frequente em todo o mundo entre os jovens com 15 a 29 anos de idade.

Ainda que na RAA sejam desconhecidos os dados relativos ao suicídio, o relatório intercalar do Plano Regional de Saúde, publicado em 2018, revela que que aproximadamente um terço da população dos Açores (32%), entre os 20 e os 74 anos, apresenta problemas de Saúde Mental. Deriva do facto destes constituírem fatores de risco conhecidos para o suicídio, a necessidade de identificar e tratar as perturbações mentais, tais como a depressão, a ansiedade, o consumo de substâncias psicoativas e os comportamentos auto-lesivos.

Sabemos que não existe uma explicação simples para o facto de alguém escolher morrer por suicídio e que esta será sempre multifatorial. As causas do suicídio são complexas e envolvem inter-relações entre fatores psicológicos, biológicos, sociais e ambientais no contexto de experiências pessoais negativas ao longo da vida, muitas vezes agravadas por dificuldades pessoais recentes. Simultaneamente, é um facto que os problemas de Saúde Psicológica

constituem uma influência importante, assim como o abuso de álcool e drogas, os sentimentos de desespero e desesperança. Sabemos ainda que a maior parte das pessoas que fazem tentativas de suicídio ou morrem por suicídio não contactam os serviços de Saúde no mês anterior à tentativa ou morte por suicídio. E que apenas metade das pessoas que morrem por suicídio já estiveram em contacto com um especialista em Saúde Mental.

O suicídio constitui um problema de Saúde Pública com enormes consequências individuais, sociais e económicas. A morte prematura por suicídio tem muitas consequências negativas, não apenas para a família e amigos dos que se suicidam, mas também para a comunidade alargada que tem de lidar com o impacto da tragédia, como é disto exemplo a petição pública que deu origem ao presente parecer. Por estes motivos, o comportamento suicida representa um problema global de Saúde Pública e a sua prevenção continua a ser um grande desafio para os serviços sociais e de saúde, a todos os níveis.

As evidências científicas disponíveis demonstram que é possível prevenir o suicídio, que existem intervenções validadas e eficazes que permitem evitar o suicídio e as tentativas de suicídio. Sendo que os benefícios de se prevenir o suicídio decorrem sobretudo do valor incalculável da vida humana, até do ponto de vista estritamente económico, a prevenção do suicídio se traduz na redução das perdas de produtividade que advém de mortes prematuras. De acordo com Knaap et al. (2011) quando se evita um suicídio o número de anos de produtividade perdida é reduzido e isso traduz-se num evitamento de custos de cerca de €77,370 por ano, por pessoa em idade ativa.

Não existe uma intervenção ou abordagem única que, só por si, permita fazer face ao problema do suicídio. É necessário um enquadramento estratégico que suporte a identificação de ações realizadas de modo coordenado através de parcerias entre todos os que têm um papel a desempenhar na prevenção do suicídio – desde o sector da Saúde às escolas, grupos da comunidade e empresas.

Existe, contudo, um conjunto de princípios que devem guiar as ações interventivas e preventivas do suicídio:

- 1- Ação: a estratégia desenvolvida deve ser focada na ação.
- 2- Abordagem multisectorial e responsabilidade partilhada. Nenhum grupo, organização ou sector pode ser, individualmente, responsável pela intervenção/prevenção do suicídio, esta deve envolver profissionais de Saúde e outros representantes dos sectores público e privado. Em 2017, ano em que a OMS dedicou o Dia Mundial da Saúde à Depressão, a DRA/OPP desenvolveu um conjunto de ações de sensibilização dirigidas à população em geral, em parceria com diferentes entidades do poder local, públicas e privadas, da área do comércio e indústria e da cultura. A título exemplificativo destacamos a exposição “*A Depressão na objetiva de um fotógrafo*” realizada em parceria com a Associação de Fotógrafos Amadores dos Açores.
- 3- Objetivos práticos, realistas e sujeitos a avaliação frequente: a estratégia deve identificar os resultados esperados de forma mensurável, para que possam ser monitorizados e revistos.
- 4- Baseado em Evidências: a estratégia deve, sempre que possível, ser baseada em investigação científica publicada e na experiência daqueles que trabalham na área. Considerando as evidências disponíveis, um programa de prevenção do suicídio deve utilizar uma combinação de três tipos de intervenção: estratégias de prevenção ao nível da população geral – intervenções universais independentemente do grau de risco; estratégias de prevenção para subpopulações em risco e vulneráveis - intervenções seletivas com base em características sociodemográficas, de distribuição geográfica, prevalência de perturbações mentais ou de abuso de substâncias; e estratégias de prevenção a nível individual: intervenções dirigidas aqueles que estão vulneráveis ao suicídio ou já tentaram suicidar-se.

- 5- Espectro alargado: um dos objetivos fundamentais da estratégia deve ser prevenir o suicídio e a automutilação deliberada, assim como reduzir os níveis da ideação suicida na população em geral.
 - 6- Tecnologias da Informação e da Comunicação: no desenvolvimento de serviços e meios de apoio, deve explorar-se o potencial das TIC, por exemplo, usando a Internet, as redes sociais ou os SMS.
 - 7- Investigação e Desenvolvimento: uma investigação multidisciplinar constante e de qualidade deve constituir uma vertente essencial da estratégia, sendo que os resultados produzidos podem ser de grande valor para informar e estimular o desenvolvimento de ações e serviços.
 - 8- Consultadoria e Parcerias: a estratégia, os projetos e os serviços devem ser desenvolvidos após consulta dos interessados e em parceria com as diferentes organizações e grupos da comunidade.
 - 9- Formação de Gatekeepers: os gatekeepers interagem com os membros da comunidade em contextos naturais e não-médicos, por exemplo, prestadores de Cuidados de Saúde Mental Primários, professores e outros agentes educativos, líderes da comunidade, polícias, militares ou líderes religiosos/espirituais. Estes indivíduos podem ser treinados para reconhecer os fatores de risco para o suicídio. Esta formação deve andar a par do desenvolvimento de serviços de qualidade, caso contrário, os esforços de identificação de sujeitos em risco serão em vão.
 - 10- Recursos: sempre que possível, os recursos humanos e materiais existentes devem ser usados para implementar a estratégia. Caso não existam devem ser adquiridos.
As ações interventivas e preventivas do suicídio devem ainda seguir um conjunto de prioridades:
 - Promoção da Saúde Mental.
- 1) Redução do estigma associado às perturbações da Saúde Mental e ao suicídio.

- 2) Desenvolvimento de um programa de formação sobre o suicídio.
- 3) Desenvolvimento de um sistema de encaminhamento prioritário para os serviços de saúde mental.
 - a) Desenvolvimento de serviços com resposta eficaz para indivíduos com comportamento suicida ou de automutilação deliberada.
 - b) Desenvolvimento de serviços de apoio ao luto.
 - c) Melhoria da recolha e uso dos dados relativos ao comportamento suicida e à prevenção do suicídio.

Embora o suicídio afete toda a sociedade, é importante existirem ações focadas em grupos prioritários, nomeadamente: crianças e jovens, indivíduos com perturbações da Saúde Mental (nomeadamente, perturbações depressivas e da ansiedade), indivíduos com tentativas anteriores de suicídio, indivíduos afetados pelo comportamento suicida de alguém, indivíduos que abusem de substâncias psicoativas, indivíduos presos, indivíduos com processos de luto recentes, desempregados recentes ou de longo-prazo, indivíduos que vivam isolados ou em comunidades rurais e sem-abrigo.

Para além disso, constituem-se como principais áreas de atuação no que diz respeito à intervenção e prevenção do suicídio:

- A Família: a família e os lares são importantes para a promoção e consciencialização de uma Saúde Mental positiva e prevenção do suicídio, nomeadamente através do desenvolvimento de uma vinculação segura entre pais e crianças, assim como de formas adequadas de falar às crianças sobre a Saúde Mental, o suicídio e o luto.
- A Escola: as escolas podem desempenhar um papel importante na promoção da Saúde Mental, desenvolvendo a resiliência e identificando/apoiando estudantes vulneráveis ou em risco (estudantes vítimas de *bullying*, com baixa autoestima, percebidos como sendo diferentes no que diz respeito à orientação sexual ou à

raça). A resposta da escola após o suicídio de um estudante ou professor também é muito importante para minimizar o impacto negativo na escola e na comunidade. A educação acerca da Saúde Mental e dos problemas da Saúde Mental deve ser parte integral do currículo escolar, começando no primeiro ciclo – é especialmente importante desconstruir os mitos e o estigma acerca da Saúde Mental, que para muitos jovens constitui uma barreira à procura de ajuda para problemas emocionais e mentais. A Delegação Regional dos Açores tem desenvolvido neste âmbito ações de sensibilização dirigidas a crianças e jovens em parceria com a Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada.

- O Trabalho: os locais de trabalho podem constituir-se como um contexto para a prevenção do suicídio de três formas – promovendo a Saúde Mental, respondendo e apoiando os trabalhadores em stresse e sofrimento por algum motivo (por exemplo, problemas familiares ou de alcoolismo) e desenvolvendo protocolos de resposta quando o comportamento suicida ocorre para minimizar o seu impacto.
- Os Media: desenvolver alianças com os média para evitar o retrato potencialmente perigoso do comportamento suicida e promover uma comunicação benéfica do assunto. Simultaneamente, os media podem funcionar como aliados importantes na promoção da Saúde Mental e na procura de ajuda pela população geral, assim como no combate ao estigma associado à Saúde Mental e ao comportamento suicida – que constitui uma grande barreira à prevenção do suicídio.

Julgamos fundamental fomentar a prevenção do suicídio em Portugal e nos Açores, em particular, nomeadamente através da integração da prestação de Cuidados de Saúde Mental nos Cuidados de Saúde Primários, melhorando a capacidade de diagnóstico e tratamento das perturbações depressivas; da promoção da educação e formação contínua dos profissionais de Saúde sobre a

prevenção e a intervenção no suicídio; e da construção de uma estrutura de monitorização e avaliação da qualidade e efetividade das intervenções.

A Delegação Regional dos Açores da OPP louva o movimento público que originou a Petição n.º 31/XI – “Saúde mental, prevenção do suicídio e colocação de barreiras nas pontes da SCUT do Nordeste”, demonstrativo de uma cidadania ativa e promotora do desenvolvimento de medidas preventivas do suicídio nos Açores. Assim como a preocupação demonstrada pela Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa Regional dos Açores com esta problemática. Esperamos que este movimento possa constituir um passo significativo para trazer para a discussão pública e debate político a elaboração das políticas de Saúde Mental e de Prevenção de Suicídio na Região Autónoma dos Açores.”

O Deputado Carlos Ferreira interveio e questionou o que pretendeu dizer quando defende as tecnologias de informação como técnica de deteção de comportamentos de risco e se considera que existem psicólogos suficientes nas escolas e que tipo de intervenção teriam na rede.

A Dra. Maria da Luz Melo respondeu que há países como a Nova Zelândia que têm técnicos especializados em detetar comportamentos de risco suicida nas redes sociais com estudos que comprovam tal tendência e que, uma vez detetados esses comportamentos, há a interligação com os técnicos da rede. Acrescentou que é importante garantir a formação nesta área com professores e médicos. Relativamente ao número de psicólogos, entende que nos centros de saúde os recursos disponíveis estão muito aquém das necessidades e que devem ser garantidas políticas específicas diferenciadas por ilha, porque existem fragilidades diferentes.

O Deputado José San-Bento interveio e referiu que tem sido feito algum trabalho ao nível da saúde mental e questionou se poderia pormenorizar melhor

o que quis dizer relativamente à questão da mediatização das situações e se entende necessária a implementação de alguma medida específica direcionada ao suicídio jovem.

A Dra. Maria da Luz Melo respondeu que há situações que não devem ser mediatizadas porque podem ser motivadoras de outros suicídios, mas considera que os media são importantes na formação na área da saúde mental. Relativamente ao suicídio jovem, referiu que está a decorrer um estudo encomendado pelo Governo sobre a matéria e que será apresentado a 21 de janeiro e considera que os jovens são o grupo alvo para onde devem ser dirigidas as intervenções.

A Deputada Renata Correia Botelho solicitou à Presidente da Delegação Regional dos Açores da Ordem dos Psicólogos o ponto da situação do protocolo assinado entre a Ordem dos Psicólogos e a Secretaria Regional da Saúde referente ao Programa de Prevenção da Depressão, um passo importante, de acordo com a deputada, para ajudar à concretização de alguns dos objetivos plasmados na petição.

A Dra. Maria da Luz Melo respondeu que a assinatura desse protocolo foi uma mais-valia muito considerável ao nível da prevenção em Saúde Mental na Região, nomeadamente no âmbito dos cuidados de saúde primários. Explicou que as primeiras intervenções estão a decorrer em Vila do Porto, nas Velas e em Angra do Heroísmo, dando conta de alguns obstáculos que têm sido ultrapassados, como a excessiva solicitação em São Jorge, onde havia apenas um psicólogo para os dois Centros de Saúde – situação entretanto sanada com a colocação de um segundo psicólogo. Acrescentou que as ações passam pela sensibilização dos médicos de família, quer no que concerne ao trabalho com depressões mais graves, quer no que respeita ao seguimento de depressões mais ligeiras. O programa, que tem várias frentes de ação e de intervenção, visa igualmente aumentar a literacia em saúde psicológica.

O Deputado João Vasco Costa questionou se tinha conhecimento ou alguma evidência científica de que os doentes têm melhorias do seu estado clínico quando não há locais privilegiados para cometerem suicídio.

A Dra. Maria da Luz Melo respondeu que a colocação de barreiras é apenas uma pequena parte da problemática e que devem existir medidas legislativas que previnam essas situações.

AUDIÇÃO DO MEMBRO DO GOVERNO

O Governo fez-se representar pelo Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência e Assuntos Parlamentares, que fez uma apreciação genérica da iniciativa e considerou que o objeto da petição em análise constitui uma matéria muito sensível e de grande importância, saudando a iniciativa dos peticionários. Referiu que o Governo faz a sua análise sobre a iniciativa em duas dimensões: no âmbito da saúde mental e no âmbito das infraestruturas.

No que se refere à primeira abordagem, o Secretário Regional referiu que, de 2016 para 2017, se verifica a redução de suicídios e outras lesões autoinfligidas intencionalmente nos Açores, tendo em conta os últimos dados disponíveis.

Referiu também o trabalho que está a ser desenvolvido pela Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental, o trabalho que está a ser desenvolvido no Programa de Prevenção à depressão, no âmbito de um protocolo com a Ordem dos Psicólogos, em que já existem em curso intervenções em várias Unidades de Saúde de Ilha.

Berto Messias referiu também a ação que está a ser desenvolvida na prevenção e alertas sobre a saúde mental, nas escolas, tendo em conta que esta vertente foi reforçada no projeto de saúde escolar.

O Secretário Regional informou a Comissão que, neste momento, está a ser elaborado um documento sobre o perfil de saúde dos Açorianos, um documento

de recolha de dados para caracterização e diagnóstico, uma base para estruturar o plano de ação da equipa coordenadora da Rede de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental.

O Secretário Regional referiu ainda o trabalho de articulação que está a ser desenvolvido entre as equipas comunitárias de intervenção na saúde mental que congregam elementos das unidades de saúde e casas de saúde.

Sobre os recursos humanos, Berto Messias informou os deputados que atualmente existem 11 Psiquiatras no Serviço Regional de Saúde e estão 5 médicos internos de Psiquiatria a fazer a sua formação nos Açores. Informou também que entre 2012 e 2017 houve um aumento considerável de Psicólogos no Serviço Regional de Saúde, havendo 22 em 2012 e atualmente havendo 38.

Relativamente à vertente das Infraestruturas também referida na petição em análise, Berto Messias referiu que não lhe parece que esta matéria deva ser abordada isoladamente sob o prisma de falta de proteções nas pontes das SCUT, nem que isso deva ser encarado como matéria que contribua para o aumento ou diminuição de suicídios na Região, em concreto na Ilha de São Miguel. Apesar disso, o Secretário Regional referiu que o Governo dos Açores irá promover junto da *Euroscut* as diligências necessárias para videovigilância reforçada e equipas móveis em estado de alerta junto às pontes de maior altura das vias rápidas, zonas onde é proibida a circulação de peões. Já existem piquetes, mas o Governo irá alertar a empresa para que o seu trabalho seja intensificado.

CAPÍTULO III

CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 31/XI- “Saúde Mental, Prevenção do Suicídio, Colocação de Barreiras nas Pontes da SCUT do Nordeste” as Subcomissões de Assuntos Sociais e de

Política Geral aprovaram, por unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1 – A saúde mental constitui um problema de saúde pública;
- 2– A dimensão e o impacto deste problema tem levado a um interesse crescente pela compreensão dos fatores que possam estar na sua base e a multiplicarem-se as iniciativas destinadas a conhecer com rigor a evolução das taxas de suicídio e a identificar os fatores de risco e de proteção do suicídio;
- 3- Na Região Autónoma dos Açores, e de acordo com os dados apresentados pelo peticionário, a taxa global de suicídio é ainda maior, 12,5 suicídios por 100.000 habitantes, o que equivale a mais de 30 suicídios por ano.
- 4 – Os Açores são a região do país com as taxas de suicídio mais elevadas nos grupos etários mais jovens, o que acarreta uma maior perda de potenciais anos de vida em cada suicídio quando comparada com a média nacional;

Assim:

- 5 – São necessários esforços que permitam que os fatores de risco hoje conhecidos, sejam inspiradores e motivadores da criação de intervenções e estratégias de eficácia comprovada na gestão do suicídio e da sua prevenção;
- 6 – A Região tem vindo a fazer, nos últimos anos, um percurso assinalável nesta matéria, de que são exemplos recentes o Programa de Prevenção da Depressão, numa parceria entre a Secretaria Regional da Saúde e a Ordem dos Psicólogos, o reforço da temática da saúde mental na Saúde Escolar e a criação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental, neste momento em fase de implementação;
- 7 - Contudo, numa sociedade em constante mudança e com exigências

crescentes, há necessidade de continuar a investir em meios humanos e em medidas políticas preventivas na área da Saúde Mental na RAA, que permitam, por um lado, facilitar mais o acesso e aumentar qualidade dos Cuidados de Saúde Primários e de Saúde Mental prestados à população, de modo a que sejam mais precoce e adequadamente identificadas e tratadas as perturbações mentais por profissionais de saúde habilitados a intervir nesta área e assim se influencie de modo positivo os índices de qualidade de vida, saúde mental e, claro, as taxas de suicídio;

- 8 - O Suicídio por precipitação é precedido, segundo dados nacionais oficiais, por vários outros métodos letais. Foi reconhecido pelo peticionário que a colocação de barreiras físicas nas SCUT do Nordeste não resolve o problema. No entanto, à semelhança do que tem sido feito noutros locais do país e do mundo com problemas semelhantes, poderão ser ponderadas vantagens de se tomarem medidas concretas de colocação de barreiras físicas para impedir ou dificultar grandemente os suicídios por precipitação em locais como os bordos laterais dos tabuleiros das altíssimas pontes da SCUT do Nordeste, ou encontradas outras medidas que reforcem a prevenção e o evitamento dessas situações.
- 9 – Constatar que existe um largo número de profissionais de saúde mental a fazer um trabalho altamente meritório na identificação e tratamento das perturbações psiquiátricas.
- 10– Necessidade de disseminar este conhecimento entre os decisores políticos, profissionais de saúde e a população em geral;

CAPÍTULO V

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

De modo genérico, os Deputados revelaram-se sensíveis às pretensões dos peticionários, reconhecendo que a temática em apreço, sendo da maior importância, exige um tratamento aprofundado e de acordo com a sua especificidade. Foi consensual nas Subcomissões de Assuntos Sociais e de Política Geral que a eventual colocação de barreiras nos tabuleiros das pontes na SCUT do Nordeste não encerra a discussão política em matéria de saúde mental nos Açores. A matéria exige uma intervenção muito mais vasta.

Ponta Delgada, 11 de janeiro de 2019

O Relator da SUBCPG, Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente da SUBCAS, Renata Correia Botelho

O Presidente da SUBCPG, António Soares Marinho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Congratulamos os 389 signatários da petição “Saúde mental, prevenção do suicídio, colocação de barreiras nas pontes da SCUT do Nordeste” e em particular o 1.º signatário, o Dr. João Coelho, pelo exercício de tão nobre ato de cidadania ativa e de democracia participativa.

O suicídio é culminar de uma longa e penosa caminhada de sofrimento psíquico e emocional, é um fenómeno a que correspondem números que encerram em si a face visível de uma interação complexa de fatores biológicos individuais, sociais e ambientais.

Portugal é um país que apesar de evidenciar taxas de suicídio menores comparativamente a países do norte e centro da Europa tem a maior taxa de

suicídio entre a população com mais de 60 anos de idade e os Açores é por sua vez a região do país com maior taxa de suicídio entre a população em geral e com a maior expressão entre a população mais jovem.

Em Portugal ocorrem 1000 mortes por ano por suicídio, um número superior às mortes relacionadas com acidentes rodoviários.

Em 2016 suicidaram-se 981 pessoas no nosso país, um número certamente subestimado, pois muitas das mortes por causa indeterminada poder-se-ão dever a suicídio.

Trata-se da fase mais visível de um fenómeno mais complexo. É, digamos, a ponta de um iceberg precedida pelas tentativas e ideação suicida, assim como das psicopatologias que lhes estão associadas, principalmente as perturbações de humor, ansiedade, consumo e abuso de substâncias legais ou não, enfim, um conjunto de condições que potenciam os sentimentos de desespero e de desesperança na origem do fenómeno.

Portanto, se ocorrem em média 1000 suicídios por ano no nosso país, o número estimado de tentativas é 20 a 25 vezes superior. Não será, pois, novidade alguma a associação entre suicídio e a saúde mental porquanto tanto maior expressão assume o suicídio, tantos maiores serão os problemas ocasionados pela doença mental razão para não nos surpreendermos, conhecendo os números dos suicídios no nosso país, com os números de prevalência da doença mental, os quais nos colocam em segundo lugar na Europa.

Temos uma taxa de 22,9% da população diagnosticada com uma ou mais perturbações mentais, ou seja, um em cada cinco portugueses.

Aliás, foi a própria delegação dos Açores da Ordem dos Psicólogos Portugueses que sublinhou na audição em comissão os números do relatório intercalar do Plano Regional de Saúde publicado em 2018, no qual é revelado que aproximadamente um terço da população dos Açores entre os 20 e os 74 anos de idade apresenta problemas de saúde mental.

Por entre fatores explicativos de risco e proteção o promotor desta petição, assim como os seus subscritores, pretendem a eliminação daquele que podemos considerar um fator facilitador: a ausência de barreiras nas pontes da SCUT do Nordeste, uma proteção sustentada por um desenrolar de reflexões pertinentes e que tiveram e têm o mérito de motivar um debate mais amplo acerca do estado da saúde mental na Região.

É sabido e amplamente reconhecido por entre profissionais de saúde a mudança de paradigma nas últimas décadas na saúde mental, uma mudança de paradigma importante para combater a estigmatização associada ao tratamento.

Longe vão os tempos dos manicómios, dos hospícios e dos locais onde se escondiam da sociedade as pessoas com perturbação mental, tal como se vedava o acesso a animais selvagens, exceção feita para a sua exposição pública em jardins zoológicos, exceção também aplicável em tempos a quem padecia de perturbação mental e era exposto aos fins de semana para gaudío da população como se de um entretenimento se tratasse.

É verdade que a experiência da institucionalização sofreu uma enorme evolução, tendo ultrapassado a fase da reclusão e dos tratamentos ineficazes, até à fase atual em que é uma exceção a uma etapa breve para tratamento de fases agudas de algumas perturbações.

Privilegia-se o apoio em ambulatório e a integração comunitária e sobretudo o trabalho e a intervenção na prevenção.

Todo este paradigma transposto para a problemática do suicídio traduz-se na prevenção das tentativas e facilitação de estratégias para lidar com situações com potencial de desencadeamento, de sentimentos de desespero e de desesperança para dessa forma até prevenir a ideação suicida.

A instauração deste novo paradigma requer um outro tipo de enfoque no investimento: conhecer o estado da saúde mental através da realização de estudos, investigação e desenvolvimento na área e na prevenção primária e no

acompanhamento em ambulatório e na comunidade dos pacientes após o tratamento das fases agudas.

Quanto a estudos sobre a saúde mental na Região a delegação dos Açores da Ordem dos Psicólogos revelou que estaria a decorrer um estudo encomendado pelo Governo Regional sobre suicídio jovem, o qual teria o dia 21 de janeiro como data prevista para apresentação.

Quanto à prevenção primária é crucial desenvolver um trabalho que envolva as equipas de saúde escolar e os serviços de psicologia de orientação das escolas da Região para sensibilização dos alunos de todos os ciclos de ensino em saúde mental, a formação de professores, a médicos de família, bombeiros, polícias e todos aqueles cujo trabalho implique a prestação de algum tipo de cuidado a pessoas.

Torna-se crucial garantir o acesso através dos cuidados de saúde primários a cuidados de saúde diferenciados, em particular à psiquiatria. Aliás, foi a própria Dra. Isabel Cássio, Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Médicos a defender a colocação de psiquiatras nos centros de saúde e a Dra. Luz Melo da delegação dos Açores da Ordem dos Psicólogos a defender a integração da prestação de cuidados de saúde mental nos cuidados de saúde primários.

É na prevenção que reside muito do trabalho e investimento que falta fazer. Quase arriscamos a afirmar que ainda nem foi dado o primeiro passo, mas é o próprio subscritor desta petição que nos alerta para a necessidade de termos um plano regional de prevenção em saúde mental.

Quanto ao acompanhamento após tratamento das fases agudas da perturbação, este apresenta falhas, principalmente no que diz respeito aos recursos, os quais no entendimento da Presidente do Conselho Médico da Ordem dos Médicos dos Açores é reduzido o que compromete a capacidade de seguimento em ambulatório e na comunidade.

Importa garantir o acesso aos cuidados de saúde mental no geral e em particular na prevenção do suicídio se quisermos diminuir o número de suicídios, pois a maioria das pessoas que tentaram o suicídio não contactaram os serviços de saúde no mês imediatamente anterior à tentativa e apenas metade tiveram alguma vez contato com um especialista em saúde mental.

Imaginem se os recursos em saúde mental forem escassos ou mal geridos?

A pretensão plasmada nesta petição é assumidamente insuficiente se for tida como uma solução para o fenómeno do suicídio, o que é reconhecido pelo primeiro subscritor, mas não deixa de ser um contributo para a prevenção.

Assim, e perante o atual estado de arte da saúde mental e pese embora a melhoria na dotação de psicólogos quer nas escolas, quer nos centros de saúde e psiquiatrias, na verdade a falta de um plano de prevenção de estudos virados para a realidade da Região e de uma rede de cuidados continuados integrados em saúde mental que parece estar a cumprir infelizmente o mesmo atraso na sua implementação, pois se aprovado em 2016 ainda hoje continuamos a falar na sua implementação, esperava-se que se cumprisse sem mais delongas esta simples pretensão, em vez de ficarmos pelo reforço da videovigilância e dos piquetes às pontes de maior altura das vias rápidas e zonas onde é proibida a circulação de peões.

Se nem se faz por cumprir tal simples pretensão, então e pese embora o reconhecimento generalizado da importância da saúde mental por parte de todos os deputados e Governo Regional, parece-nos que este continuará a ser um caminho lento a ser percorrido para prejuízo da saúde de todos nós.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Paiva tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Srs. Membros do Governo:

Na pessoa do Dr. João Coelho gostaria de congratular todos os peticionários que exercendo este direito de participação cívica e política apresentaram a presente petição sobre este grave problema de saúde pública das sociedades contemporâneas, mas que se manifesta também e infelizmente na nossa Região.

É, por isso, necessário corresponder adequadamente à prevenção, ao acompanhamento clínico e a medidas de dissuasão necessárias para garantir na medida do possível um combate efetivo a este flagelo.

Neste sentido, pelas razões apresentadas, as colocações de barreiras de proteção e infraestruturas constituem uma medida fundamental de dissuasão que importa tornar realidade na Região.

É necessário facilitar o acesso e aumentar a qualidade dos cuidados primários e de saúde mental prestados à população de modo a que sejam precocemente identificadas as situações de risco e promover o seu devido acompanhamento e tratamento.

É, por isso, necessária uma resposta de sensibilização, de combate ao estigma social do problema junto das nossas comunidades.

É, por isso, necessário criar e por em prática na Região um plano de saúde mental e definir um plano de prevenção do suicídio que permite uma abordagem adequada e uma coordenação efetiva dos meios e dos profissionais envolvidos.

Este é um problema que cada vez mais afeta as nossas famílias e as nossas comunidades. É preciso, por isso, que todos façamos deste combate uma prioridade a nível da saúde mental regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer, em primeiro lugar, saudar a iniciativa em apreço, e os seus subscritores, e reconhecer-lhe a importância no quadro de uma discussão e intervenção alargada sobre a problemática do suicídio.

Trata-se, obviamente, de uma temática cuja complexidade transcende, e muito, o ato que é praticado pelo indivíduo sobre o seu próprio corpo. É um fenómeno social, cujas repercussões são inúmeras e nem sempre eficazmente quantificáveis. A criação de barreiras físicas, dissuasoras da prática do suicídio, nas pontes da SCUT do Nordeste deve ser encarada numa perspetiva comunitária, dado o potencial estigmatizante que reveste para as comunidades diretamente afetadas pelo flagelo.

O suicídio, nas suas três valências de idealização suicida, tentativa e consumação, implica uma análise multifatorial, com particular incidência no alargamento da rede de saúde mental, não descurando a necessidade de se intervir nas áreas geográficas mais isoladas, rurais ou periféricas, e muito em particular nas ilhas desprovidas de hospital central e cuja afetação de profissionais de saúde mental nem sempre é devidamente eficaz. Urge, por conseguinte, criar as condições para a fixação desses profissionais na Região como um todo.

Por outro lado, considerando a especial incidência que o suicídio assume na Região Autónoma nos jovens entre os 19 e os 29 anos de idade, torna-se imperioso repensar e melhorar o combate à problemática do abandono escolar precoce, do *bullying*, da depressão, da ansiedade e, como não, dos fatores de interação familiar e grupal potencialmente acelerantes de comportamentos de automutilação.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queremos, em consonância com as preocupações acima expressas, aproveitar esta ocasião para alertar para as dinâmicas sociais subjacentes ao fenómeno do suicídio. Fenómeno social total, como diria o sociólogo Marcel Mauss, o suicídio tem uma componente decisiva associada às desigualdades estruturais, que assumem uma dimensão triádica - social, económica e de acesso mediado à informação - e isto porque o fomento de uma sociedade de bem-estar consiste no enquadramento o mais abrangente possível das questões do foro psicológico ou psiquiátrico, visando a uma perspetiva integradora, que não segregue os ditos “doentes” dos demais.

O arquipélago, nas décadas mais recentes, atravessou uma série de transformações que também tiveram o seu reflexo numa lenta, porém real, alteração da coesão das solidariedades de raiz comunitária. Daí, também, uma maior indiferenciação identitária da maioria da população, com reflexo nas componentes familiares, profissionais e inclusive nas suas opções de consumo. Isto obriga-nos a olhar para a problemática do suicídio, integrando-a numa rede de preocupações mais vasta: com primazia para os fatores objetivos causadores do desespero que toma conta de numerosas pessoas.

Pobreza, desemprego, ritmos desregrados de trabalho, stress, precariedade, comportamentos aditivos do próprio ou/e de familiares chegados, isolamento, violência e prevaricação no ambiente familiar e laboral: eis os contextos concretos em que tantas vezes enraíza a pulsão suicidária.

Posto isso, e conscientes da não existência de soluções miraculosas para o problema genérico que anima os subscritores da presente petição, consideramos atendível a proposta avançada, enfatizando, no entanto, a necessidade de um enquadramento global da problemática do suicídio, sempre em sintonia com os profissionais que direta ou indiretamente lidam com essa situação, alargando o espectro o mais possível, de modo a tipificar causas, consequências e regularidades.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Obviamente que o Grupo Parlamentar do PSD saúda, portanto, os peticionários que através desta petição pretendem alertar para aquele que é um problema na Região Autónoma dos Açores e perante esta constatação obviamente que nós saudamos esta iniciativa e comungamos também de algumas das preocupações que este documento acaba por expor, nomeadamente na evidencia de existência de fragilidades no âmbito da saúde mental também na nossa Região.

Para fazermos uma avaliação correta de toda esta problemática é bastante pertinente aquele que é o diagnóstico da situação e dos números que são levantados e que foram, portanto, apresentados em sede de comissão, aquando da discussão, nomeadamente a taxa de suicídio que nos parece bastante elevada, cerca de quase 13 suicídios por cada 100 mil habitantes e que perfaz então um total de mais de 30 suicídios por ano na nossa Região.

De salientar ainda que os Açores são a região do país com uma taxa de suicídio mais elevada entre os jovens e que vai de encontro àquilo que é uma premissa da Organização Mundial de Saúde, que o suicídio associado à depressão é a segunda causa de morte para a faixa etária entre os 15 e os 29 anos.

Portanto, este aspeto é bastante pertinente e nós consideramos que este facto obriga a tutela e todos nós com responsabilidades públicas e políticas a estarmos de olho e despertos a esta mesma problemática.

Citando também aquilo que foram declarações do Sr. Secretário Regional da Saúde, Dr. Rui Luís, e com base nos dados que foram facultados pelo inquérito regional da saúde de 2014, há uma identificação clara desta problemática, ou seja, cerca de um terço da população açoriana entre os 20 e os 74 anos tem alterações psicoemocionais.

Portanto, este facto é bastante pertinente e é bastante elucidativo que realmente estamos perante um problema que deve merecer toda a nossa atenção.

E o que é que tem sido feito?

Basta consultar as diversas notas lançadas no GaCS, o Sr. Secretário tem vindo desde o início da legislatura a anunciar várias medidas, mas a questão é que depois, em termos práticos, infelizmente nós não conseguimos evidenciar tudo aquilo que tem sido anunciado pela Secretaria Regional da Saúde.

Portanto, esta propaganda que é feita não corresponde àquilo que são as preocupações ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, o Governo não pode falar!

A Oradora: ... diárias dos peticionários e de muitos açorianos, mas temos as melhores expectativas naquilo que é e que já foi aqui falado também pelo deputado e colega Paulo Mendes do projeto regional de prevenção da depressão, cujo projeto piloto já decorre em três centros de saúde da Região e que pelo menos num deles já foi perceptível evidenciar as fragilidades que inicialmente falei, nomeadamente o facto de ter sido necessário acrescentar um segundo psicólogo no Centro de Saúde de Velas para que, face ao número elevado de solicitações, conseguissem ser atendidos em tempo útil todos os utentes que foram referenciados.

Mas a preocupação desta bancada é outra, ou também será outra, que de facto não se fazem “ovos sem omeletes” e, portanto, é gritante a falta de ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ovos sem omeletes?

A Oradora: “Não se fazem omeletes sem ovos”!

... recursos humanos também nesta área, falta de recursos que é transversal a todas as instituições e não é com infelizmente 11 psiquiatras na Região e com 38 psicólogos afetos às unidades de saúde de ilha ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: ... que conseguiremos então prosseguir neste contínuo trabalho, nomeadamente na área da prevenção.

Consideramos que é importante para que se consigam obter resultados e para que se consiga também ter um trabalho sério.

É inadmissível que haja em alguns hospitais da Região uma lista de espera para uma primeira consulta de psiquiatria que chega a ser de dois anos e em algumas unidades de saúde de ilha uma primeira consulta de psicologia que poderá ser com um tempo de espera superior a três meses. Portanto, aqui mais uma vez o tempo máximo de resposta garantido não é cumprido e eu recorro que para a especialidade de psiquiatria o que está em portaria é que se for uma consulta muito prioritária esta deverá ser realizada até 30 dias após a referenciação, se for prioritária 60 dias e se for não prioritária de 150 dias.

Portanto, mais uma vez temos aqui uma evidência que lamentavelmente aquilo que é estipulado em portaria não é cumprido pelo Serviço Regional de Saúde e isto faz-se porque de facto não há recursos e não há recursos, porque os médicos não são atraídos a voltarem ou a permanecerem no Serviço Regional de Saúde, mas também não vemos da parte do Governo Regional medidas novas no sentido de conseguir cativar ou atrair médicos de fora a virem trabalhar para a Região. Pode haver a melhor vontade e o melhor empenho possível, mas estas boas intenções caem quando de facto não temos recursos humanos na área que consigam colmatar toda esta necessidade.

De facto, não há milagres. Esperamos que a tutela possa em tempo útil corrigir este afastamento entre os médicos psiquiatras não só os que estão na Região e que atualmente não trabalham no Serviço Regional de Saúde, mas que consiga atrair novos médicos desta especialidade.

Falou-se dos problemas inerentes à fase aguda e aquilo que são as respostas do Serviço Regional de Saúde nesta fase imediata, mas recorro que no pós fase aguda há também todo um trabalho que terá de ser feito e a título de exemplo, a

nível de tratamento, há uma instituição da Terceira que dá resposta a dois grupos, portanto, dá resposta aos utentes do Grupo Central e dá resposta aos utentes do Grupo Ocidental e isso tem sido claramente insuficiente, porque essa instituição obviamente está sempre cheia.

Mais uma vez também já foi aqui referido, lamentamos que ao fim de dois anos da sua implementação a rede regional de cuidados continuados de saúde mental continua ser estar em funcionamento pleno ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esse é que é o problema!

A Oradora: ... e seria certamente uma mais valia e uma resposta para todos estes utentes.

Por fim, falar também da integração dos utentes com diagnóstico de patologia do foro mental, falar de integração nas atividades de vida diária e na sociedade. Gostaríamos e achamos pertinente que há todo um trabalho ainda que tem de ser feito e mais uma vez há uma escassez de resposta também nesta área e que será importante precavendo o futuro e perspetivando a recuperação destes utentes e integração nas suas atividades de vida diária.

Portanto, como já referi e para concluir, partilhamos aquilo que são as preocupações e que foram mencionadas pelos peticionários em sede de comissão. Se de facto a proteção física com barreiras for uma das formas de prevenção eficaz, pois muito bem, estamos aqui para concordar com tudo aquilo que seja o evitar de perder uma vida humana. Sabemos ou gostaríamos antes que a prevenção fosse utilizada de outra forma, de forma mais eficaz, mas também sabemos que para que tal aconteça é necessário dotar o Serviço Regional de Saúde de melhores e mais recursos de forma a atender e a poder dar resposta a todas as necessidades para que são solicitados.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero saudar os peticionários que assinaram esta petição. É uma petição muito específica, é em relação à **“Saúde mental, prevenção do suicídio e colocação de barreiras nas pontes da SCUT do Nordeste”**.

Eu verifiquei o relatório da comissão, o trabalho que foi feito em relação a esta matéria e também tive a oportunidade até de consultar um trabalho académico sobre esta matéria também da Dra. Filipa Ferreira Bacalhau de Sousa Lima, que realizou um trabalho académico sobre este tema.

Ela, por exemplo, conclui que “o perfil do suicida encontrado nos casos autopsiados no Gabinete Médico Legal Forense dos Açores Orientais corresponde a um indivíduo do género masculino, com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos, casado, residente na ilha de São Miguel, com antecedentes pessoais de patologia diagnosticadas e com provável perturbação depressiva.”

Depois, também faz aqui uma referência que eu penso que é um aspeto que nós na Região devemos alterar, é que no âmbito da investigação refere que “se verificaram substanciais insuficiências na informação, contante nos relatórios da autópsia do Gabinete Médico Legal Forense dos Açores, justificando-se uma particular atenção relativamente a esta realidade.”

A verdade é que esta questão não é uma questão de explicação fácil. Aliás, no Grupo Oriental dos Açores o que nós verificamos é que algumas das características gerais noutros territórios não se verificam nas ilhas de São Miguel e em Santa Maria, ou seja, existe um perfil do suicida que tem características específicas no Grupo Oriental, nomeadamente, por exemplo, enquanto que no resto do país temos gente com mais alguma idade, aqui estamos a falar de uma faixa etária essencialmente jovem, são jovens adultos, mais homens do que mulheres e também estamos aqui a falar de questões que são muito específicas,

como por exemplo, nós nos Açores temos também diferenças específicas em relação ao resto do território nacional.

Noutros territórios os casados apresentam taxas de suicídio mais baixas que os solteiros, viúvos e divorciados, mas o que verificamos nos Açores, principalmente no Grupo Oriental é precisamente o contrário do que acontece a nível nacional, ou seja, aqui os casados apresentam taxas de suicídio mais altas. Ou seja, existem um conjunto de características específicas em relação ao suicídio no Grupo Oriental que não correspondem à tipologia que se pode verificar no resto do território.

Portanto, trata-se de um fenómeno específico que importa verificar.

Também neste trabalho académico, tal como também em relação à petição, são feitas aqui referências a duas questões que devem acauteladas: a vedação da ponte do Nordeste.

Eu tive o cuidado de verificar o que é que feito em outros locais do país e do estrangeiro e é isso que é feito. São colocadas vedações, tenta-se impedir ou tornar menos fácil o acesso a estes locais. É algo que é fundamental. Noutros locais também é aumentada a fiscalização destas zonas, nomeadamente para impedir o acesso de gente alcoolizada, por exemplo, ou que esteja sob o efeito de drogas e para isso é necessário que exista uma fiscalização mais assídua destes locais e também aqui na tese, neste trabalho académico, é referenciado que uma das medidas possíveis era a colocação de cartazes com números de linhas de apoio anti suicídio.

De qualquer das formas, a análise que fiz indica, por exemplo, não sei até que ponto, por exemplo, esta questão da colocação de cartazes seria eficaz, uma vez que também nestes trabalhos tive a oportunidade de consultar outra das questões é o fenómeno da imitação, ou seja, ter acesso a outros exemplos e até estas chamadas de atenção, estas cautelas, podem ser contraproducentes tendo em conta que se verificou (e isto está provado do ponto de vista académico) que

quanto mais é noticiado este tipo de fenómeno, mais suicídios se sucedem no território em que estão.

Portanto, existe um grande conjunto, não há certezas absolutas, mas há uma certeza em relação a esta matéria que é colocar mais gente a trabalhar no âmbito das doenças mentais e tornar mais difícil o acesso, neste caso, a esta ponte e a outras de outro género, locais deste género também, portanto, tornar mais difícil, vedar estes locais e aumentar a fiscalização também destes locais. São três medidas que são defendidas pelos peticionários e também pelo Parlamento dos Açores e eu associo-me a essa posição.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem agora a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo naturalmente por saudar os peticionários que no exercício pleno de cidadania trazem a esta Casa um tema tão importante quanto sensível, tão atual quanto intemporal, tão incontornável quanto doloroso de abordar.

Saúdo também o bom trabalho desenvolvido por estas duas comissões que resultou num relatório unânime (ninguém diria ouvindo as intervenções que me precederam que o relatório foi aprovado por unanimidade) aqui apresentado pelo Sr. Relator da Comissão de Política Geral.

As estatísticas dos Açores sobre esta matéria não nos descansam, mas não nos descansariam mais nem menos se nos colocassem mais à frente ou mais atrás, mais abaixo ou mais acima de outras regiões ou de outros países. Este é um assunto que desça ou suba a nossa taxa tende a exigir sem tréguas todo o nosso inconformismo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Esta petição como já aqui foi dito alicerça as suas pretensões em dois grandes eixos: na componente da saúde mental e na componente infraestrutural.

O comportamento suicida (e aqui socorremo-nos da definição que a Ordem dos Psicólogos forneceu na sua audição) “representa um problema global de saúde pública e a sua prevenção continua a ser um grande desafio para os serviços sociais e de saúde a todos os níveis.”

Mais diz a Ordem dos Psicólogos Portugueses (e continuo a citar): “Não existe uma intervenção ou uma abordagem única que só por si permita fazer face ao problema do suicídio. É necessário um enquadramento estratégico que suporte a identificação de ações realizadas de modo coordenado através de parcerias entre todos os que têm um papel a desempenhar na prevenção do suicídio, desde o setor da saúde às escolas, grupos da comunidade e empresas.” Fim de citação.

Ou seja, por outras palavras, as causas do suicídio são múltiplas, as consequências são múltiplas, as abordagens têm de ser múltiplas, como múltiplos são os papéis que cada um de nós desempenha e a responsabilidade coletiva que nos assiste a todos numa matéria deste tipo.

A verdade, contudo, é que o investimento em recursos humanos especializados tem de ser, como tem sido, alvo de continuo investimento, impondo-se como continuo investimento também em programas e projetos específicos que norteiem as ações.

Sem esquecermos por um momento que seja que há aqui e haverá sempre um logo e exigentíssimo caminho a fazer, é imperativo e é justo realçar o progresso assinalável que a Região tem conhecido.

Não há propaganda aqui, Sra. Presidente. Há muita preocupação e muito trabalho desta bancada, como creio que das outras bancadas nesta matéria.

O que também não podemos aceitar é esta espécie de negação primária em assuntos tão sérios que alguma oposição procura fazer, fazendo tábua rasa de

todo um trabalho consistente, afincado que a Região tem percorrido. Uma coisa é apontar fragilidades, outra coisa é negar veementemente, eu diria mesmo, maldosamente, que muita coisa tem sido feita nesta Região.

Portanto, é imperativo e justo realçar o progresso que a Região tem conhecido: as parcerias permanentes com instituições que trabalham na área da saúde mental, como as casas de saúde e outras IPSS's, num trajeto contínuo de promoção na saúde mental e de desestigmatização da doença (aliás, longe vão os tempos, Sr. Deputado Paulo Mendes, como bem referiu, em que muros altos separavam as pessoas com doença mental da sociedade em que se inserem, votando-as à mais ignóbil segregação. Longe vão esses tempos!); o reforço da componente de saúde mental na saúde escolar; o aumento significativo de técnicos de que é exemplo a colocação de pelo menos um psicólogo por unidade de saúde de ilha, trabalhando de forma preciosa ao nível dos cuidados de saúde primários; o protocolo com a Ordem dos Psicólogos para o programa de prevenção da depressão; a criação e atual concretização da rede regional de cuidados continuados integrados em saúde mental; no âmbito da estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social a promoção da saúde mental nas crianças, nos jovens e nos adultos com ações específicas já contempladas no primeiro plano de ação atualmente em marcha.

Para além disso, a Região tem vindo a integrar estudos de âmbito nacional e mundial, cujos resultados ajudam a planear as ações.

Também a título de exemplo refiro o recente *Health Behaviour in School-Aged Children* da Universidade de Lisboa em colaboração com a Organização Mundial de Saúde que em 2018 integrou pela primeira vez os Açores e foi apresentado recentemente na Lagoa pela Professora Margarida Gaspar de Matos.

Portanto, como julgamos ser inequívoco e como a ação deste Governo socialista denota partilhámos plenamente da conceção veiculada pelos peticionários de

que são fundamentais (e cito os peticionários) “medidas políticas preventivas na área da saúde mental na Região Autónoma dos Açores que permitam facilitar o acesso e aumentar a qualidade dos cuidados de saúde primários e de saúde mental prestados à população, de modo a que sejam precoce e adequadamente identificadas e tratadas as perturbações mentais por profissionais de saúde habilitados a intervir nesta área e assim se influencie de modo positivo os índices de qualidade de vida, saúde mental e, claro, as taxas de suicídio.” Fim de citação.

Neste contexto permitam-me deixar em nome desta bancada uma palavra de apreço e gratidão a todos os profissionais que diariamente lidam com estas problemáticas atingindo muitas vezes níveis de enorme desgaste físico e sobretudo psicológico.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Ninguém sai incólume, posso asseverar-vos, por mais profissional que seja a intervenção do mergulho profundo em histórias de intenso sofrimento.

Relativamente à componente infraestrutural que esta petição igualmente visa na realidade o Dr. João Coelho, seu primeiro subscritor, foi claro na assunção de que a colocação de barreiras nas SCUT do Nordeste não resolverá de todo a problemática do suicídio. Aliás, muito haveria a dizer sobre ideação suicida e métodos privilegiados para a sua consumação, mas não cremos ser este o fórum indicado para essa reflexão, nem para a dissecação desses dados. No entanto, o que temos por garantido é que pensar isoladamente o aumento ou a diminuição de suicídios com a colocação de uma barreira física num sítio específico é uma forma superficial e redutora de abordar o assunto, para além de nos levantar dúvidas sobre a real eficácia numa ilha e numa Região que até pela sua morfologia está pejada de lugares altos e potencialmente letais.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: No nosso entender, e cremos que no entender generalizado das duas comissões que trabalharam esta iniciativa cidadã, e mesmo (atrevo-me a dizer) no entendimento dos peticionários, impõe-se que a abordagem seja muito mais abrangente, mais vasta e mais consistente, como o Partido Socialista tem procurado fazer sem prejuízo do reforço da vigilância de locais que em dado momento se apresentem como mais perigosos para a adoção de comportamentos suicidários.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta matéria não há testemunhos na primeira pessoa. Trata-se sempre dramaticamente de uma viagem sem regresso, mas todos nesta câmara sabemos de que falamos quando falamos de suicídio, todos de forma mais ou menos próxima sabemos do sofrimento de quem se abeirou em algum momento dessa viagem, tendo ou não consumado a sua partida e sabemos do sofrimento de quem foi, e sabemos do sofrimento de quem fica.

Se falamos por vezes de impulsos avassaladores, muitas outras falamos de impressionantes premeditações. O certo é que falamos sempre de dor, uma dor muito individual, amiúde muito solitária, mas que é, tem de ser, uma dor de todos nós.

Em cada suicídio fracassamos todos e todos somos ditosos ganhadores em cada vida que se resgata.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto oito: **Projeto de Resolução n.º 109/XI – “Garantir a realização de obras, e a instalação de equipamentos, que permitam aproveitar plenamente as obras do molhe-cais e alargamento da plataforma do Porto da Casa, na ilha do Corvo”.**

É apresentado pela Representação Parlamentar do PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresentei no dia 4 de julho de 2018 a iniciativa que vamos começar a discutir. Na altura, como eu próprio faço referência neste projeto de resolução, ainda estavam a decorrer as obras referentes ao alargamento da plataforma do Porto da Casa na ilha do Corvo.

O que eu referenciei na altura, no projeto de resolução, foi o seguinte: “neste contexto, tendo em conta os meios ainda instalados para a conclusão da referida empreitada, importa garantir a concretização de algumas obras e a instalação de equipamentos que permitam aproveitar e desenvolver todo o novo potencial da infraestrutura portuária em causa.”

Estando as obras a decorrer, estando os equipamentos, que são equipamentos como se sabe muito caros transportar para a ilha do Corvo, mas naquela altura, quando apresentei esta iniciativa, no dia 4 de julho de 2018, esses equipamentos ainda estavam na ilha e a obra ainda estava a decorrer, eu considerei que fazia sentido aproveitar a oportunidade para melhorar um pouco os trabalhos que estavam a ser realizados e desenvolver mais algumas valências.

É preciso ter em conta que esta obra que o Governo concretizou, que resultou de um projeto de resolução que o PPM apresentou aqui nesta câmara e que foi aprovado por unanimidade, esta obra foi uma obra de grande dimensão e que melhorou significativamente o Porto da Casa e a suas respetivas infraestruturas.

Desde o momento em que apresentei este projeto de resolução (que repito é do dia 4 de julho de 2018) algumas das obras que aqui estavam sinalizadas foram de facto concretizadas, como por exemplo as instalações dos equipamentos necessários para manter as câmaras de frio já estão feitos, ou a construção de escadas de acesso junto ao local onde está a ser instalada a nova grua que também entretanto foi concretizada, mas algumas não foram, como por exemplo, a dragagem.

Houve quem na altura tivesse dito e assegurado em comissão que a dragagem efetivamente tinha sido realizada.

Eu tenho aqui uma prova de que isso não aconteceu. É a última fotografia que apresento na sessão de hoje.

Deputado Bruno Belo (PSD): Hoje!

(Neste momento, o Sr. Deputado mostra uma foto à câmara)

O Orador: Nesta semana. Não prevejo apresentar mais nenhuma fotografia!

Mas esta fotografia demonstra que a dragagem ... Esta fotografia foi tirada após uma tempestade e, portanto, permite verificar que de facto a dragagem não foi efetuada nesta baía, não é?

Permite verificar que a dragagem não foi efetuada nesta baía.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor avalia a dragagem após uma tempestade! Pelo amor de Deus!

O Orador: Aqui o que é possível é verificar que as rochas estão muito à superfície e que este trabalho não foi feito. Aliás, bastava a minha palavra, porque eu próprio verifiquei esta questão no terreno.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E na água!

O Orador: No terreno e na água também.

Portanto, eu tive a oportunidade de verificar esta situação e poderão obviamente verificar até pelos trabalhos que efetivamente foram realizados que a dragagem não ocorreu e quem disse o contrário (não vou aqui citar o nome para não dizerem que é alguma perseguição em relação ao político em causa, ao vosso camarada em causa, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Está a falar do Sr. Presidente da Câmara do Corvo!

O Orador: ... porque de facto eu não tenho culpa é que cada vez que há questões complexas, más decisões, encontramos sempre a mesma referência. Quem é que é?

O Sr. Presidente da Câmara do Corvo.

Mas isto não resulta de nenhuma referência particular que eu queira fazer. É pura e simplesmente constatar uma realidade. Quando há algo que está mal feito, quando há algo que não correu bem, encontramos quase sempre o mesmo personagem.

Por isso, esta fotografia comprova que de facto não existiu dragagem. Aliás, a Sra. Secretária teria oportunidade de avaliar isso mesmo, ou seja, a dragagem não foi realizada no conjunto da baía.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Oh, Sr. Deputado! Isso é uma barbaridade! O senhor avalia uma dragagem após uma tempestade!

O Orador: Não foi! Puro e simplesmente não foi!

Agora o que considero que é fundamental é o seguinte: é que as circunstâncias que me levaram a apresentar o projeto no dia 4 de julho de 2018 já não se verificam, ou seja, neste momento a obra está concluída, os equipamentos já não se encontram na ilha e a oportunidade foi perdida. A oportunidade foi perdida por parte de Vs. Exas. Por isso, não faz sentido que eu continue a

debater aqui um projeto que sobretudo tinha esta valência positiva que era aproveitar e potenciar os equipamentos que estavam instalados na ilha antes da conclusão da obra. Isso neste momento já não se verifica.

De qualquer das formas este projeto de resolução sempre atingiu objetivos concretos, foi o facto de algumas obras que não estavam previstas, terem, entretanto, sido concretizadas.

A pergunta que se impõe é: porque é que este projeto de resolução demorou tanto tempo a ser analisado?

Eu tenho evidentemente as minhas suspeitas, mas para não dar origem a um protesto, eu não as vou referenciar neste discurso que estou aqui a realizar.

Por estes motivos, porque a oportunidade foi perdida, devo transmitir-lhe, Sra. Presidente, que nos termos regimentais retiro esta iniciativa pelas razões que tive oportunidade de aduzir.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Ao abrigo do artigo 118.º a iniciativa foi retirada.

Sendo assim vamos fazer um intervalo de 30 minutos. Regressamos às 17 horas e 40 minutos.

Eram 17 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 51 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com os nossos trabalhos. Vamos então entrar agora no ponto nove da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 115/XI**

– “Aumentar o número de ligações aéreas da ilha do Corvo com o exterior”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Início o debate a propósito deste projeto de resolução com uma expectativa muito positiva em relação à posição do Governo Regional nesta matéria.

Foi possível verificar no âmbito da discussão que se realizou em sede de comissão que as nossas respetivas posições se aproximaram de forma significativa e que se existe uma preocupação por parte da população da ilha do Corvo que o PPM corrobora no sentido de melhorar as frequências de que a ilha goza e a acessibilidade de que a ilha goza atualmente, também constatei que o Governo Regional também tem um projeto e uma iniciativa nesse sentido.

Há, por isso, das duas partes (e as duas partes defendem com certeza os interesses dos Açores e os interesses da ilha do Corvo e vamos ver se conseguimos coincidir totalmente) um interesse comum, um interesse de assegurar a melhoria da acessibilidade da ilha do Corvo em termos de transporte aéreo, porque tenha-se em conta que a ilha do Corvo é a única que atualmente não dispõe de ligações diárias com o exterior, mas também se tenha em conta, ao contrário do que saiu na comunicação social, em alguma comunicação social, que o PPM não está a reivindicar, não existindo estas ligações diárias, nós neste momento também consideramos que ainda não existem as condições para criar um mecanismo que assegure as ligações diárias da ilha em relação ao exterior. Um dia vamos chegar lá, mas nesta fase o que nós estamos a reivindicar de forma precisa são, na minha perspetiva duas ideias absolutamente racionais e equilibradas.

A primeira: assegurar um maior número de ligações no mês de outubro. Porquê?

Porque atualmente o Corvo beneficia de cinco ligações com o exterior ao longo da semana até setembro. Ora, no mês de outubro a acessibilidade e a procura em relação à ilha do Corvo aumenta muito significativamente e aumenta muito significativamente porque nós temos um grande número de visitantes que o fazem no âmbito da observação de aves, uma área em que a ilha do Corvo tem enormes potencialidades pela sua localização, pela dimensão do seu território e também pelo facto de na ilha do Corvo ser mais fácil observar as aves.

Por isso, nós reunimos um conjunto de condições que nos permitem ser competitivos nesta matéria. O que é que nos falta?

O que nos falta nesta matéria é ter um maior número de ligações aéreas.

Eu constatei que a Sra. Secretária comunga desta preocupação e que está de acordo que neste mês de outubro é necessário aumentar o número de ligações.

Depois também constatei que para o Corvo neste momento constitui uma situação de menor competitividade o facto de não termos ligações aéreas ao fim de semana. Também aqui somos a única ilha que não tem, que não goza de ligações aéreas ao fim de semana.

Este é um fator que nos prejudica, nomeadamente em relação à atração de fluxos turísticos, ou em relação a deslocações curtas de pessoas que nos querem visitar ao longo do fim de semana, algo que já é possível realizar em todas as ilhas e que não é possível fazer na ilha do Corvo.

Esta é uma situação que também necessita de ser alterada e melhorada.

Por isso, é que eu espero, porque o Governo nesta matéria não foi preciso, que hoje seja mais preciso em relação ao planeamento que tem pensado, que o número de voos que estão planeados por parte do Governo, que esses voos sejam efetuados ao fim de semana, porque aí se o Governo decidir nessa direção a aproximação entre as nossas posições será quase total. Será quase total!

Porque no mês de outubro as nossas posições já se verificou a Sra. Secretária também verificou que realmente aumenta essa procura. Dou só um exemplo: nós temos mais gente a viajar para o Corvo no mês de outubro em que só temos três ligações por semana, do que no mês de julho, por exemplo, em que temos cinco ligações por semana. Há efetivamente uma grande procura durante o mês de outubro e é evidente que também existem outros setores em que temos de melhorar, como por exemplo, temos que ter mais camas, temos que criar outras respostas para que se possa aproveitar plenamente os fluxos turísticos que neste momento a ilha tem potencial para também usufruir no âmbito do crescimento geral deste setor na Região Autónoma dos Açores.

Ou seja, em conclusão há um aumento dos fluxos turísticos que nós queremos beneficiar. Há também um maior número de residentes. A ilha do Corvo é uma das ilhas que neste momento goza do maior crescimento demográfico na Região Autónoma dos Açores conjuntamente com a ilha de São Miguel, um crescimento que coincide com a entrada no Parlamento dos Açores da Representação Parlamentar do PPM.

Deputado Manuel Pereira (PS): Presunção e água benta ...

O Orador: Existe uma relação óbvia entre estes dois fenómenos, mas que por uma questão de humildade não vou escarpelizar.

Por outro lado, existe também um aumento da mobilidade da população. Só num jeito anedótico dizer, por exemplo, nós neste momento temos uma deslocação fixa de polícias e de bombeiros. Só isso ocupa logo uma parte significativa da aeronave.

Portanto, há um conjunto, há um crescimento significativo da mobilidade por parte da população residente, ou seja, há um conjunto de fatores que explicam o crescimento que se tem vindo a registar na ilha do Corvo.

Eu há pouco tempo registei aqui com agrado que na ilha do Corvo até em termos absolutos tínhamos crescido mais do que a Graciosa. É algo que

acontece poucas vezes, tendo em conta a nossa pequena dimensão demográfica, mas mesmo com esta pequena dimensão demográfica foi possível registar um aumento significativo.

Por isso, meus senhores, eu considero que estão reunidas as condições para que este projeto de resolução possa ser votado maioritariamente nesta câmara e que tenha o apoio também do Governo Regional. Assim espero.

O que nos separa neste momento é a possibilidade de realização de uma das ligações que o Governo também anunciou, o aumento do número de ligações, seja de facto concretizada ao fim de semana. Assim espero.

Vamos com certeza ter a oportunidade de verificar se esta expectativa é ou não correspondida assim que o Governo Regional tiver oportunidade também de se pronunciar sobre este projeto de resolução.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No entender do CDS estas preocupações levantadas pelo PPM neste projeto de resolução são pertinentes e exequíveis.

Desde logo, o facto de não existirem ligações aéreas diárias entre o Corvo e o exterior o que representa grandes constrangimentos para a mobilidade dos corvinos e isso é especialmente agravado durante grande parte do ano onde apenas existem três ligações promovidas pela Sata. Isto tudo sem ter em consideração os inevitáveis cancelamentos que ocorrem devido a condições climatéricas, especialmente em alguns períodos do inverno. Portanto, a estas limitações acresce o facto de não existirem ligações aéreas ao fim de semana o que significa que o um corvino não tem a possibilidade de se ausentar da ilha por via aérea sem afetar a sua jornada laboral normal e os seus compromissos laborais.

Muito possivelmente a procura não justificará as ligações aéreas diárias para o Corvo pelo menos para já, mas também não é esta a pretensão deste projeto de resolução. O que se pretende é apenas um prolongamento por mais um mês, até ao final de outubro das cinco ligações aéreas diárias que funcionam durante o verão IATA, portanto, por este prisma não haverá problema no nosso entender e esta seria de facto uma solução que permitiria dar um impulso e potenciar o turismo da ilha do Corvo, nomeadamente no que diz respeito a este nicho turístico de grande potencial na ilha, que é o *birdwatching*, cuja procura de facto aumenta em outubro.

Parece-nos, portanto, que não só esta pretensão é exequível, como também seria benéfica para a economia da ilha.

Por fim, também nos parece legítimo que os corvinos tenham ambições de ter a possibilidade de se ausentar do Corvo por via aérea sem prejudicar os seus horários e as suas responsabilidades laborais e profissionais à imagem do que acontece, aliás, com todos os restantes açorianos, pelo que também consideramos obviamente plausível e positiva esta pretensão de realização de um voo ao fim de semana.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

(*) **Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional tem vindo ao longo dos últimos anos a realizar esforços junto da Sata com vista a aumentar o número de ligações aéreas inter-ilhas.

No que concerne ao aumento da oferta de e para a ilha do Corvo salienta-se que os índices médios de ocupação históricos demonstram que a oferta global de e para o Corvo é bastante superior à procura.

Estes mesmos indicadores evidenciam igualmente que existem margem para acomodar eventuais crescimentos da procura sem prejuízo de pontualmente a Sata Air Açores disponibilizar acréscimos de ofertas extraordinárias para responder a picos de procura.

De referir ainda que a Sata Air Açores tem uma oferta superior à imposta pelos serviços de obrigação pública nos meses de junho e setembro, fazendo nesses mesmos meses cinco frequências semanais, quando os serviços exigem apenas três frequências semanais, o que demonstra a preocupação da Sata e do Governo Regional em adequar a sua oferta à procura expetável.

Ainda assim o plano estratégico da Sata Air Açores para o próximo verão IATA prevê mais uma frequência semanal em abril, maio e outubro na rota Horta/Corvo/Horta, passando de três para quatro frequências semanais e ainda a criação da rota Ponta Delgada/Corvo/Ponta Delgada com uma frequência semanal de junho a setembro.

Em comparação com o verão de 2018, no verão de 2019 haverá um reforço de oferta de rotações de e para o Corvo de mais 36 rotações, num total de mais 17%.

Este verão a diminuição de lugares oferecidos na rota Horta/Corvo irá ser largamente suplementada pelos lugares criados pela introdução da nova rota Ponta Delgada/Corvo.

Além disso, a percentagem de oferta na rota Horta/Corvo está bem acima da procura real verificada no verão de 2018 e daquela que se perspectiva para o verão de 2019, prevendo-se um *load factor* de 74%, ligeiramente inferior ao registado no verão de 2018.

Em relação ao mês de outubro de 2019 na rota Horta/Corvo serão disponibilizados mais 112 lugares do que em outubro de 2018, ou seja, mais 17,4%, prevendo-se um *load factor* de 86%, similar ao registado no ano passado.

Em conclusão, não existem indicadores que permitem justificar objetivamente com o racional económico uma oferta superior para o Corvo do que aquela que está prevista para o verão 2019.

Acresce referir que a adição de frequências Horta/Corvo/Horta ao fim de semana é possível em termos da disponibilidade de equipamento, mas requer mais recursos humanos, nomeadamente ao nível de *handling* e estrutura aeroportuária, agravando o défice de exploração da rota.

Por estes motivos tem de ser alvo de estudos por parte da empresa e do Governo Regional e neste sentido o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e pelas razões acima apresentadas, irá votar contra a presente iniciativa.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, um cumprimento ao Sr. Deputado Lubélio Mendonça pela sua primeira intervenção aqui, neste Parlamento.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, em boa hora esse projeto de resolução deu entrada e em boa hora, porque é claramente uma necessidade premente do Corvo e vem consolidar e melhorar aquilo que são as acessibilidades àquela ilha que todos nós sabemos que são muito difíceis.

A mobilidade e a coesão dos Açores também, e sobretudo, se fazem por essa via. Eu enquanto florentino percebo muito bem a sua preocupação, até porque outrora essa foi também uma reivindicação dos florentinos e numa visita estatutária do Governo do Partido Socialista à ilha das Flores um conjunto de florentinos reivindicava um voo ao domingo. As Flores ainda não estava

servida de um voo ao domingo e um conjunto de florentinos reivindicava no aeroporto um voo ao domingo.

Ora, o Presidente do Governo de então, Carlos César, respondeu aos florentinos que não governava sob pressão. Não justificou porquê, porque não ou porque sim. Simplesmente disse que não governava sob pressão, até porque um conjunto de florentinos carregava uma pressão enorme sobre o Presidente do Governo para reivindicar um voo ao domingo.

Obviamente, que se há ilhas e se há matéria em que não podemos exigir ou argumentar com aspetos económicos, ou com aspetos de outra ordem operacional esta é claramente uma matéria. Nós não podemos pedir à ilha do Corvo, com a dimensão que tem, pela população que tem, com economia que tem, que tenha de justificar a inclusão ou não de voo ao fim semana. Por mais que não seja pela necessidade de que os corvinos têm de sair em caos de saúde e de outras situações. Portanto, não é um argumento válido justificar isso com a ausência de procura por causa desses voos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Na comissão de inquérito ao SPER não foi isso que foi dito!

Deputado Manuel Pereira (PS): Nem tu acreditas nisso que estás dizendo!

O Orador: Porque se é verdade que não existem os voos, naturalmente não pode haver procura e esta é uma situação que andaremos sempre à volta disto. Não há procura, porque não há oferta e não há oferta porque não à procura.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o PSD vê com muitos bons olhos esta iniciativa e está ao lado do PPM na votação desta iniciativa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda acompanha as preocupações expressas neste projeto de resolução e julgamos que aquilo que ele propõe, aquilo que o PPM trouxe aqui a debate a esta Casa é razoável e faz sentido e poderá ter e terá com certeza, se for executado e se for aprovado, um impacto positivo em primeiro lugar para os corvinos, para os residentes na ilha do Corvo no seu direito à mobilidade, porque o têm e têm que ter e na facilidade com que podem sair e regressar à sua ilha.

Aqui a questão do voo ao fim de semana é mais do que justo e mais do que razoável e necessário, porque tantas vezes as pessoas têm que se deslocar da sua ilha pelos mais variados motivos e obviamente poder sair da sua ilha num fim de semana poderá reduzir o tempo em que as pessoas se ausentam do trabalho e esta proposta, esta reivindicação é nessa perspetiva mais do que justa.

Relativamente ao primeiro ponto resolutivo, àquilo que é a proposta de se manter ao longo do mês de outubro aquelas que são as frequências que já existem durante o verão, também nos parece ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda uma proposta razoável, que tem de ser analisada e que deverá ser implementada.

É óbvio que estas questões têm sempre custos quando estamos a falar de uma região arquipelágica, com nove ilhas distantes, elas têm sempre custos e o aumento de voos é obviamente sempre uma questão que poderá ter custos, mas é para isso que serve o serviço público e se há matérias onde é necessário investir e intervir é no serviço público e, neste caso, no serviço público de transporte aéreo.

É efetivamente como está aqui também explanado no projeto de resolução, e já foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, a ilha do Corvo tem condições muito boas, é considerada efetivamente a ilha dos Açores onde há melhores condições para a observação de algumas espécies de aves, nomeadamente espécies americanas, isso leva a que haja uma maior procura de observadores

nesta área, isto associado à Reserva da Biosfera que é a ilha do Corvo também, é um cartaz obviamente turístico, é um fator de desenvolvimento que deve ser potenciado e o prolongamento das frequências para a ilha do Corvo durante o mês de outubro faz todo o sentido e numa Reserva da Biosfera, numa região como os Açores apostas nesta área, que é também uma área turística, fazem todo o sentido.

Não posso deixar de dizer também que estas aves que frequentam e que param na ilha do Corvo e na ilha das Flores principalmente, mas em outras ilhas dos Açores, mas principalmente no Grupo Ocidental pela sua proximidade com o continente americano, são aves extremamente procuradas pelos observadores de aves de toda a Europa, pela sua raridade, pela sua dificuldade de observação noutros locais, e são obviamente pequenos tesouros que nós temos que proteger e que temos que potenciar para o nosso desenvolvimento e para uma ilha pequena como o Corvo isso é fundamental.

Não posso deixar também de dizer que ainda nesta legislatura aprovámos (aprovámos, não), foi aprovado aqui, o Bloco de Esquerda votou contra, um regime jurídico da caça que permite a caça a espécies muito semelhantes a estas que são procuradas exatamente para observação de aves. Para além de prejudicar as aves que é o principal problema, prejudica também a economia da Região e, nesse caso, a economia da ilha do Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores hoje reconhecidamente é um destino turístico já bastante procurado em muitas regiões geradoras de turismo. Ainda bem que assim o é! Mas ao pensar em turismo nesta Região necessariamente temos de

considerar que a Região é constituída por nove ilhas, todas elas possuem os seus atrativos e os seus interesses, por um lado, e por outro lado têm de estar interligadas por transportes, nomeadamente transportes aéreos, permitindo que qualquer turista tenha facilidade de chegar ou partir de qualquer parte da Região.

Infelizmente a ilha do Corvo continua como no passado. Claramente estas ligações são insuficientes, seja para os corvinos, como para os visitantes da ilha do Corvo.

Também a Sata se tiver os voos todos cheios faz um voo extraordinário. Isto não é política aérea que permita o desenvolvimento do turismo, considerando em condições similares todas as parcelas da Região no sentido de promover um desenvolvimento turístico harmonioso em todas as nossas ilhas.

Mas as ligações aéreas com o Corvo são uma confusão. Quero afirmar e reafirmar que sempre defendemos que nos voos de e para o Corvo se deve dar prioridade aos passageiros com destino ao Corvo ou provenientes do Corvo, mas aquilo que a Sata pretende é ter poucos passageiros nos percursos via Corvo, o que nos custa compreender, porque esses voos ficariam muito mais viabilizados economicamente se (e repito) dando prioridade aos passageiros de e para o Corvo também transportassem passageiros normalmente para as Flores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Continuamos com muitas e diversas anomalias nas ligações aéreas no Grupo Ocidental que ainda recentemente referi e que os atuais horários da Sata não o resolvem.

Mais uma vez apelo ao bom senso do Governo Regional e da administração da Sata no sentido de estudar e aprofundar esses horários, para que os passageiros possam ter facilidades de ligação entre os diversos voos, tal como no passado existiam dificuldades nas ligações das Flores com Lisboa, hoje mais ou menos

ultrapassadas, continuamos a pensar que o mesmo podia e devia suceder, por exemplo, em ligações com o Porto.

Não duvidamos que no futuro essas dificuldades serão mais ou menos ultrapassadas, mas quanto mais cedo forem, tanto melhor para quem utiliza esses percursos e já são muitas pessoas.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP vem demonstrar o seu apoio a este projeto de resolução com foco na igualdade de acesso à mobilidade de todos os açorianos que sentem uma séria inferioridade nas ilhas periféricas.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

A acessibilidade aérea e marítima à ilha do Corvo não é verdade que esteja da forma dramática como aqui acabou de ser relatado.

Essa acessibilidade tem vindo a aumentar de forma gradual, progressiva e significativa. Se atendermos à aérea temos, por exemplo, que em 2018 houve um aumento em relação a 2014 de 65% do número de passageiros desembarcados. Em relação à marítima, comparando também o espaço de tempo 2014/2018, um aumento de 18% do número de passageiros desembarcados. Portanto, a acessibilidade à ilha do Corvo, aérea e marítima, tem vindo a aumentar.

Pela primeira vez, e conforme foi anunciado em comissão, nos meses de junho, julho, agosto e setembro deste ano haverá uma frequência direta entre Ponta Delgada e o Corvo, o que também face às obrigações de serviço público em vigor no transporte aéreo (e é este o quadro em que se move a relação do Governo Regional com a transportadora no âmbito da Air Açores, é uma relação contratual, é uma relação ditada pelas obrigações do contrato) a Sata Air

Açores volta a não só cumprir com aquilo que são as obrigações, mas também a adicioná-las.

Relembro que em relação a essas obrigações para 2019 e para o verão que agora se aproxima existe mais uma frequência semanal na rota Horta/Corvo/Horta num total de quatro, entre abril e outubro, mais duas frequências semanais na rota Horta/Corvo/Horta num total de cinco entre junho e setembro; as mesmas cinco frequências semanais na rota Horta/Corvo/Horta em julho e agosto; as mesmas três frequências semanais na rota Corvo/Flores/Corvo em abril e outubro e a tal frequência semanal na rota Ponta Delgada/Corvo/Ponta Delgada em junho, julho, agosto e setembro.

Com isto não significa que não existam (e são reconhecidos e já aqui falámos uma vez sobre isso) situações de picos de procura que no caso do Corvo atende maioritariamente ao mês de outubro pelas razões que já foram aqui explicadas.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: Mais uma vez voltava a reiterar que existe por parte da Sata Air Açores capacidade para pontualmente fazer face a esses picos de procura. Exemplo disso é o mês de outubro passado em que foi incrementada a oferta constante do plano de exploração em quatro voos extra.

Sem prejuízo disso e conforme também foi falado na comissão, existe por parte do Governo Regional (e de outra forma não poderia ser) abertura suficiente para ter solicitado à Sata que analisasse a possibilidade de manutenção das cinco frequências semanais também no mês de outubro, assim preenchendo todo o verão IATA, como também para planear o tal reforço extra para o mês de outubro com mais antecedência em relação àquilo que foi feito, por exemplo, no ano de 2018, se bem que, volto a referir, essa capacidade existe não só para a ilha do Corvo, como também para as outras, tem de ser ajustada pontualmente. No caso do Corvo sabemos que é o mês de outubro e, portanto, há margem para que essa previsão se faça com mais antecedência.

Em relação ao segundo ponto que se refere à disponibilização de um voo no fim de semana, de ligação no fim de semana, isso implicaria necessariamente também uma modificação do contrato de concessão de serviço público de transporte aéreo. Para além disso e conforme foi explicado na comissão, apesar de existir disponibilidade de equipamento haverá que avaliar, em termos de recursos humanos e handling, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cinco funcionários na SATA no Corvo!

A Oradora: ... quais são os acréscimos que a Sata terá que incrementar para contemplar esse voo.

Portanto, é outro ponto que está a ser analisado pela Sata e que se não for contemplado em breve e nesta legislatura relembro que em 2020 termina o contrato de obrigações de serviço público que está em vigor e que está também em curso a sua revisão e poderá, eventualmente, esta rota ser contemplada no âmbito das novas obrigações de serviço público que aliás tendem a ser e a respeitar os fluxos de passageiros que atualmente se verificam e que são naturalmente diferentes daqueles que se verificavam há cinco anos atrás.

Portanto, a posição do Governo Regional em relação a esta proposta continua a ser mesma, continua a ser de aguardar que a Sata também faça a sua análise, nomeadamente no que se refere ao mês de outubro, sendo que em relação à segunda pretensão dos voos diretos do fim de semana, não os afastando de imediato e aguardando também essa análise, parece-nos de mais difícil concretização face às implicações em termos contratuais e operacionais que traz.

Muito obrigada.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, felicitar o Sr. Deputado Lubélio Mendonça pela sua intervenção construtiva, o que é um registo muito importante na defesa dos interesses da nossa terra, Corvo e Açores.

Devo dizer também, quero também felicitar, não tive oportunidade de o fazer, o Sr. Deputado Francisco César pelas novas responsabilidades que assumiu no grupo parlamentar. É a primeira oportunidade ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ao fim da trigésima intervenção?! Isso é hipocrisia!

O Orador: Só me lembrei agora!

Não é nenhuma hipocrisia, porque existem diferenças políticas entre todos os grupos parlamentares, mas há algo que eu preservo na luta política, que é o facto de nos comportarmos de uma forma cívica e leal uns com os outros, com diferenças políticas, como é evidente, mas que é importante que essas diferenças não deem origem a qualquer tipo de ódio, a qualquer tipo de perseguição política, ou seja, que essas diferenças políticas signifiquem ou sejam esgrimidas do ponto de vista da dialética parlamentar. Portanto, desejo a V. Exa. as maiores felicidades no âmbito do desempenho do seu mandato ao serviço dos Açores.

Devo dizer, portanto, que há aqui uma questão que considero fundamental. Em relação ao mês de outubro é um mês em que nós temos uma procura muito acentuada e existe um défice de resposta, Sra. Secretária, nesta matéria até porque quando nós verificamos a estatística em relação à ocupação da aeronave neste período é preciso ter em conta o seguinte, é que esta aeronave está a operar com limitações dada a dimensão da pista e, portanto, só pode transportar 22 passageiros. Penso que é esta a indicação ... penso não, tenho a certeza, 22.

Portanto, não se podem fazer as contas contando com toda a capacidade da aeronave em condições normais. Está limitada.

Mais do que isso! Eu próprio testemunhei isso enquanto passageiro frequente. Foram muitos os dias do verão em que o comandante da aeronave decidiu que dadas várias características e várias condições que ocorriam naquelas datas específicas a aeronave só podia sair do Corvo com 10 passageiros, 12 passageiros, ou seja, as contas têm de ser feitas apenas, única e exclusivamente, com a disponibilidade de lugares efetiva, não com a capacidade da aeronave, mas a disponibilidade que efetivamente existiu. Portanto, foram muitos os dias em que a resposta não foi a resposta necessária.

Mas eu compreendo que isso acontece no Corvo, mas também acontece noutras ilhas, como é evidente.

Agora o que é importante é que fique aqui garantido que as ligações durante o mês de outubro serão incrementadas, o que significa que eu posso colocar aqui um certo (aliás, já o fiz, mas vou só apenas aqui exemplificar) na primeira pretensão. Número um estamos de acordo.

Agora falta a segunda proposta. A segunda proposta é a seguinte. Diz a Sra. Secretária que a Sata está a estudar. Ouça, eu entreguei esta iniciativa no dia 9 de julho. Portanto, durante este período, durante todos estes meses, a Sata já teve oportunidade de estudar este assunto, ou não teve?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não teve nada!

O Orador: É que eu já vi a Sata tomar decisões sobre a abertura de rotas deficitárias muito mais rapidamente. Portanto, desde 9 de julho que este projeto entre no Parlamento.

Ora, os senhores tiveram o mês de agosto, o mês de setembro, o mês de outubro, o mês de novembro, ... já tiveram vários meses para estudar esta pretensão.

Ora, esta pretensão é uma pretensão justa, porque a ilha do Corvo neste momento é uma ilha que está prejudicada no contexto regional, não tem acessibilidade durante o fim de semana.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não deixar ninguém para trás!

O Orador: É a única que não pode contar com esta capacidade de crescimento no âmbito da atração de fluxos turísticos. Ora, para a nossa economia débil é evidente que esta é mais uma desvantagem.

O Governo Regional diz sempre que ninguém pode ficar para trás ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: ... e a ilha do Corvo não pode ficar para trás, exatamente porque é a única que neste momento sofre uma situação de discriminação em relação à não existência de ligações ao fim de semana. Este problema é um problema que tem de ser resolvido.

A Sra. Secretária disse na comissão, como resposta a uma pergunta muito bem colocada por parte do Sr. Deputado Luís Garcia. O Sr. Deputado Luís Garcia questionou-a neste sentido: “Se existe alguma razão técnica e operacional que justifique que não haja voo ao fim de semana para o Corvo?”

E a sua resposta foi: “A Sra. Secretária respondeu que este facto está relacionado com os períodos legais de trabalho e de descanso dos funcionários, ainda que o Governo esteja aberto a analisar este assunto.”

Ora, esta limitação é uma limitação que existe em todas as outras ilhas e que já foi ultrapassada. Portanto, não há nenhuma razão objetiva para que este facto de colocar problemas em relação aos problemas legais de trabalho e descanso dos funcionários que é algo que sucede em todos os outros aeroportos, foi solucionado nos outros aeroportos, porque é que não pode ser solucionado na ilha do Corvo?

Não existe nenhuma razão objetiva para que este facto possa ser impeditivo de qualquer coisa, porque se fosse impeditivo na ilha do Corvo eu pergunto porque é que não foi impeditivo na Graciosa?

Porque é que não foi impeditivo em São Jorge?

Porque é que não foi impeditivo no Pico?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E em São Miguel!

O Orador: Eu nem sequer deveria fazer referências ao Pico em termos de ligações aéreas. É uma má discussão!

Mas há um conjunto de ligações que foram estabelecidas e que foram aumentando progressivamente até se transformarem em ligações diárias que não existiam em toda a Região em ligações que realmente são realizadas também ao fim de semana com os mesmos constrangimentos que a ilha do Corvo neste momento tem, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor sabe que não é a mesma coisa!

O Orador: ... que é a única ilha que tem estes constrangimentos, mas nós, Sra. Secretária, nós queremos ter esta oportunidade também. Nós merecemos ter esta oportunidade. A ilha do Corvo merece ter a oportunidade de participar em condições de igualmente também em termos de crescimento dos fluxos turísticos.

Nós temos a pretensão de dar um contributo à Região nesta matéria, mas para que o nosso contributo possa ser um contributo com maior pujança é evidente que temos de melhorar as nossas acessibilidades, nomeadamente ao fim de semana, porque existe um setor que é aquele setor que se desloca ao fim de semana que o deixa de fazer para a ilha do Corvo e que tem a capacidade de o fazer para todas as outras ilhas. Portanto, esta é uma possibilidade.

Diz-me a Sra. Secretária: “Está a ser estudado.”

Eu considero que a resposta a esta matéria deve ser uma resposta urgente, porque obviamente durante todo este período o Governo Regional e a Sata,

neste caso, já teve tempo para poder estudar este assunto e poder tomar esta opção.

Agora vou dizer-lhe uma coisa: a opção aqui, como acontece em muitas regiões dos Açores, eu estou ao lado destas decisões, como acontece em muitas ilhas, como acontece em relação a muitas ligações que já funcionam ao longo da semana em muitas ilhas dos Açores, esta opção é uma opção essencialmente política. É uma opção essencialmente política!

Deputado André Bradford (PS): Mas o senhor não gosta de interferências políticas!

O Orador: E o que nós temos de dizer, o que nós temos de assumir é o seguinte: vamos todos juntos para o futuro?

Todas as ilhas têm a mesma oportunidade?

Todos temos os mesmos instrumentos de desenvolvimento?

Todos temos os mesmos instrumentos de mobilidade?

Todos temos os mesmos instrumentos de acessibilidade?

Todos temos as mesmas capacidades?

Todos temos as mesmas oportunidades?

Quase todos, porque há uma ilha que não tem. A ilha do Corvo neste momento, em termos de mobilidade, em termos de acessibilidade, é uma ilha que neste momento está prejudicada tendo em conta o contexto regional.

Eu acredito que mais tarde ou mais cedo o Governo Regional e o Partido Socialista optaram por fazer justiça e farão justiça à ilha do Corvo, dando-lhe as mesmas oportunidades de desenvolvimento, dando à população a mesma capacidade de mobilidade, dando à ilha do Corvo também a oportunidade de atrair os fluxos turísticos que estão a contribuir para o crescimento económico da Região neste setor.

Nós também queremos beneficiar, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E já estão e bem!

O Orador: ... nós também temos o direito de beneficiar com esses fluxos turísticos.

Por isso, meus senhores, é uma questão de justiça, é uma questão de uma decisão política que tem de ser tomada. Ainda acredito que até ao final deste ano o Governo Regional tomará uma decisão justa e esta decisão não pode ser outra do que aquele voo suplementar que está anunciado, do que aquele voo que a Sra. Secretária disse que está decidido, que esse voo se realize ao fim de semana.

Eu ainda acredito que essa será a decisão do Governo Regional e se essa for a decisão é a decisão justa. Se não for essa a decisão é uma decisão injusta para a ilha do Corvo e é mais uma vez uma decisão que discrimina a ilha do Corvo e que não lhes dá as mesmas oportunidades de desenvolvimento e não dá as mesmas possibilidades de mobilidade à sua população.

Deputado André Bradford (PS): E as ingerências? Isso não é uma ingerência, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Em defesa da autonomia e da igualdade de todos não é ingerência, é justiça!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Sr. Deputado José Ávila está no uso da palavra.

O Orador: Relativamente a esta questão desta proposta do PPM eu queria só dizer que pode não ser às horas que o Sr. Deputado do PPM quer, pode não ser

nos dias que o Sr. Deputado quer, mas uma coisa é certa: as rotações da Sata Air Açores no Corvo vão aumentar, mas vão aumentar novamente, porque tem vindo a aumentar desde pelo menos (estive a fazer as contas ontem) 2012, todos os anos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E eu estou de acordo com isso!

O Orador: Pena é que (e isto não é só para o PPM, também tem a ver com outros partidos) vêm aqui defender mais voos, inclusivamente algumas pessoas de outras ilhas, para cada uma das ilhas, mas nunca se preocuparam com a rentabilidade da empresa.

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor quer justificar a rentabilidade da empresa com o Corvo!

O senhor quer justificar a falta de competência do Governo com a rentabilidade da empresa no Corvo!

O Orador: Aliás, fazem exatamente ...

Eu não estou a falar especificamente do Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas por exemplo, vem aqui o PSD mais uma vez fazer ...

Sr. Deputado, tenho pena do senhor não querer ouvir!

Tenho pena é que o Sr. Deputado não tenha tido é o mesmo comportamento noutros sítios, mas o senhor tem de ouvir a verdade e é assim mesmo, porque não podemos é querer “o sol na eira e a chuva no nabal”, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): E os 12 milhões para a SINAGA, isso é que é bom!

O Orador: ... portanto, é preciso também ter alguma atenção a isso.

A Sata para nós, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é de facto um dos maiores garantes da coesão regional e a ligação das ilhas e destas com o exterior é o desígnio principal desta empresa pública. Aliás, é a sua mais nobre missão.

Ao longo dos últimos anos a Sata Air Açores tem vindo a adequar toda a operação a um aumento da procura que tem vindo a crescer sistematicamente muito graças à notoriedade do nosso destino, do destino Açores, que tem vindo a atingir nos últimos tempos.

O Sr. Deputado Lubélio Mendonça já referiu, e referiu muito bem, que o plano de exploração da Sata previa de facto um aumento das frequências e esse reforço era na ordem dos 17% das rotações relativamente ao ano passado, mas este reforço como eu já disse não é de agora, nem sequer é exclusivo da ilha do Corvo. A Sata tem vindo a aumentar a sua oferta, nomeadamente o número de rotações, desde 2012 até 2018 em várias ilhas ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Vai falar do voo de São Miguel para a Graciosa!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, ouça! Ouça! E inscreva-se!

Tem aumentado as rotações em todas as ilhas desde 2012, por exemplo, a Graciosa 29%, São Jorge 28%, Corvo 40% e curiosamente a sua ilha 42%.

Deputado Bruno Belo (PSD): É porque é necessário! Se aumentou 42% porque não se aumentou antes?

O Orador: Está a ver? É das que aumentou mais.

Mas este aumento não é por acaso! A ilha do Corvo, vendo também o mesmo período de 2012 e 2018, aumentaram os passageiros desembarcados em cerca de 90%, aumentaram os passageiros embarcados em cerca de 87%, aumentou a carga desembarcada em 70%.

Sr. Deputado, entre 2012 e 2018 houve um incremento de 27% no número de voos inter-ilhas em toda a Região. Os passageiros embarcados e desembarcados foi mais de 60% o seu incremento e a carga mais 30%. Fica assim provado que o Governo dos Açores e a Sata têm vindo de facto a acompanhar de perto as necessidades de cada uma das ilhas em termos de acessibilidades aéreas não só da ilha do Corvo, mas também de todas as outras ilhas dos Açores que é assim

que deve ser e isto, como devem saber, não é fácil. É uma tarefa difícil, mas tem sido possível adequar sempre a oferta à procura.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é verdade!

O Orador: Pelas informações que recolhemos nas audições da comissão até parece que este projeto de resolução vem um pouco a reboque do plano de exploração da Sata, onde já estava previsto um reforço das ligações de e para o Corvo em épocas de maior procura.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, isso não é para si. O senhor sabe perfeitamente que já aqui fiz referências (e a Sra. Secretária sabe perfeitamente que há anos que faço referências) para as necessidades acrescidas que nós temos no mês de outubro. Portanto, o senhor sabe perfeitamente que esta é uma reivindicação muito antiga que eu aqui tenho feito, o Governo sabe que esta é uma reivindicação muito antiga da parte do PPM e, Sr. Deputado, acredito na sua seriedade e, portanto, sei que o senhor sabe que é verdade, sabe que não é justo dizer que eu venho aqui a reboque quando o senhor sabe perfeitamente que há vários anos eu apresento esta reivindicação. Há vários anos que apresento esta reivindicação, embora o assunto se tenha tornado mais premente exatamente por os números

que o Sr. Deputado referiu e muito bem do aumento de passageiros embarcados e desembarcados.

Portanto, nesta questão nada nos separa. Eu já tinha referenciado esta necessidade muito antes dela ter sido defendida quer por parte do Partido Socialista, quer por parte do Governo Regional, em relação ao mês de outubro.

Deputado André Bradford (PS): Falta aqui aquilo a que o senhor chama ingerências!

O Orador: A única diferença, Sr. Deputado, neste momento está nos voos ao fim de semana, que é a parte da resolução que fica por fazer.

Diz-me V. Exa.: “Está empenhado na Sata.”

Eu estou empenhadíssimo. Sabe que eu sempre tenho defendido ao longo da minha vida política e continuarei a defender sempre uma Sata inteiramente pública, ou seja, inteiramente ao serviço dos interesses dos Açores e isso significa que, como é evidente, nós defendemos uma Região em que a coesão é importante e em que a população seja servida com independência das ilhas onde reside, que o desenvolvimento possa ser um desenvolvimento harmónico. Isso significa, como V. Exa. bem sabe, que está numa ilha também com esse tipo de dificuldades que é a Graciosa, que não podemos ficar atrás em termos de acessibilidades por sermos ilhas mais pequenas e V. Exa. tem essa consciência. Tem essa consciência!

Portanto, o que eu estou aqui a reivindicar não sou eu que o reivindico, é toda a população da ilha do Corvo que se sente de facto discriminada por ser a única ilha que neste momento não tem ligações ao fim de semana e essa discriminação significa menos oportunidades na disputa do mercado turístico, menos oportunidades objetivamente isso significa menos oportunidades na disputa do mercado turístico e também significa menos mobilidade para os corvinos num período em que há uma interrupção da jornada laboral.

Quando é que todos nos podemos deslocar com maior à vontade?

Durante o fim de semana. O senhor pode fazer isso. Os graciosenses podem fazer isso. Quem vive no Faial pode fazer isso, na Terceira também, mas no Corvo não é possível. Somos os únicos que temos essa restrição.

O senhor acha justo?

Eu acho que a sua opinião é que não é justa, portanto, temos que resolver este problema. Conhecendo V. Exa., sabendo que é um homem justo e um político justo, se V. Exa. fosse político na ilha do Corvo estaria aqui a defender: “Eu não posso aceitar que a população da ilha do Corvo seja a única que não tenha mobilidade ao fim de semana.” Essa é uma questão fundamental, essa é a questão que nos separa, mas mesmo assim não é uma questão definitiva, porque o que o Governo aqui disse é que esta é uma questão que não está fechada, está em estudo.

Eu espero é que não esteja em estudo até setembro ou outubro de 2020, porque se o estudo só é concluído nesse período é que é negativo, mas eu espero é que seja decidido antes e que se possa o mais rapidamente possível dar resposta às justas aspirações da população da ilha do Corvo.

Essa é a questão que nos separa.

Quanto ao resto, aumentaram-se acessibilidades? É verdade, sim senhor.

Há um esforço no aumento das acessibilidades no Corvo? É verdade.

Eu não nego aquilo que são factos, agora existem ou não existem ligações ao fim de semana? Não existem.

A ilha do Corvo é a única que é discriminada neste âmbito? É, é a única. É um facto.

É ou não justo que se possa resolver essa questão? É.

Fundamentalmente, dá outra oportunidade de mobilidade à população? Dá.

Dá-nos mais oportunidades do ponto de vista do crescimento do setor turístico? Também.

Portanto, eu considero que esta é uma questão em que falta vontade política, fundamentalmente, porque é justa, porque é necessária e porque o Governo Regional nesta matéria tem que assumir a responsabilidade política como já assumiu noutras matérias. Eu considero que esta é uma matéria fundamental.

Portanto, o que eu aqui peço ao Governo é a responsabilidade política para que seja tomada uma decisão que termine com a discriminação da ilha do Corvo nesta matéria.

É ou não é justo? Eu penso que é justo e é necessário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, atualmente nós já sentimos dificuldade em ter lugares, sobretudo para as ilhas mais periféricas, na Sata.

Deputado Carlos Silva (PS): Somos todos uma região ultraperiférica!

O Orador: Atualmente!

Aquilo que o senhor acabou de dizer aqui é um completo desconhecimento da realidade, Sr. Deputado, mas há mais, Sr. Deputado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Por isso é que o senhor ficou em 3.º lugar!

O Orador: O Sr. Deputado acabou de dizer que os voos para a ilha das Flores, por exemplo, aumentaram 42%.

Oh, Sr. Deputado, eu vou-lhe dizer uma coisa, isso só significa uma coisa: é que havia antes 42% de pessoas que queriam voar e não voavam.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não é verdade!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é que é desconhecer a realidade!

O Orador: Esta é que é a realidade, mas ainda lhe vou dizer mais, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado quer exigir às Flores, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... a São Jorge, ao Pico, à Graciosa, a Santa Maria aquilo que são as dificuldades financeiras da Sata?

São essas ilhas que prejudicaram a Sata financeiramente?

Oh, Sr. Deputado, tenha paciência e não exija às ilhas que não tem que se exigir viabilidade financeira que sejam as responsáveis pela má situação financeira da Sata.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):

Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

Apenas para mencionar um aspeto que já tive oportunidade também de aqui referir ao Sr. Deputado Paulo Estêvão em relação aos índices de ocupação dos voos para o Corvo.

A média de ocupação é obviamente determinada em função daqueles que são os lugares oferecidos. Portanto, tendo algumas limitações em alguns voos para o Corvo essa percentagem de ocupação é aferida em função dos lugares auferidos, merce dessa limitação.

Portanto, não há adulteração das percentagens de ocupação (já falámos nisto uma vez aqui) dos voos para o Corvo em virtude das limitações impostas por razões de segurança, impostas quer por regras, quer por determinação do comandante.

Por último, gostava só de referir que para o verão IATA, para além da tal frequência semanal acrescida nos meses abril, maio e outubro e ainda da rota direta Ponta Delgada/Corvo, gostava de referir que essa viagem realizar-se-á terças-feiras, saindo de Ponta Delgada às 15:30 e chegando às 17:00 ao Corvo, saindo do Corvo para Ponta Delgada às 17:20, o que me parece (e fará justiça também nesse aspeto) uma melhoria significativa na acessibilidade aérea à ilha do Corvo com esta ligação direta a Ponta Delgada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu de facto devolvo tudo aquilo que disse sobre mim, devolvo também, sem ficar com nada para mim.

Eu queria também dizer que de facto acho justo o senhor defender a sua ilha da maneira como defende. Não tem qualquer tipo de problema. Portanto, o senhor está a fazer até coisas que eu se calhar fiz também no passado recente sobre, se calhar, assuntos muito parecidos, mas também lhe queria dizer que eu quando falei no reboque (incomodou um pouco o senhor) eu disse até parece que é a reboque, portanto, faz alguma diferença sobre aquilo que o senhor entendeu.

Queria dizer-lhe que de facto a Sata no seu plano de exploração tem previsto o reforço de ligações com a ilha do Corvo. Tem! Podia não ter, mas tem e isso o Sr. Deputado também tem de reconhecer, só não tem se calhar no dia e na hora que o senhor preferia que tivesse, mas, Sr. Deputado, considero que a sua reivindicação é justa, agora temos de perceber é se há possibilidades disso ou não.

É porque todos nós queremos mais voos, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é outra conversa!

O Orador: ... mais ligações, mais iluminação, pistas mais compridas, pistas mais largas, etc., isso se calhar é tudo para fazer, mas como deve compreender não pode ser tudo na mesma altura.

Deputado Bruno Belo (PSD): Compreendo! Com certeza!

O Orador: Relativamente ao Sr. Deputado Bruno Belo.

Sr. Deputado, a sua ilha registou um aumento da oferta em cerca de 42%, plenamente justificado, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Justificado!

O Orador: ... mas queria dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado, o senhor que tanto defende a transparência e que tanto defende a não ingerência em assuntos das empresas públicas ...

Deputado Carlos Silva (PS): Às vezes!

O Orador: ... vem aqui com esse tipo de afirmações, ainda por cima, Sr. Deputado, fazendo parte de um partido que defendeu a privatização da Sata.

Deputado André Bradford (PSD): Ora aí está! Muito bem!

O Orador: Eu queria saber hoje com quem é que o senhor estaria a falar se a Sata fosse privatizada. Aí é que era importante. O senhor não se poderia dirigir ao Governo da maneira que ...

(Aparte do Deputado Luís Maurício)

O Orador: Não, não!

Sr. Deputado Luís Maurício, eu tenho muita pena de lhe dizer isso, mas o senhor esforçou-se muito para tentar contrariar, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu esforço-me sempre, Sr. Deputado!

Deputado Bruno Belo (PSD): Se os senhores tivessem algum pudor nem falavam nisso e algum respeito pelos açorianos!

O Orador: Eu sei. Reconheço perfeitamente.

... justificar o líder do Partido Social Democrata. Não foi fácil. Eu sei que o senhor teve uma tarefa muito difícil.

Mas é assim: a Sata privatizada como os senhores queriam não estaríamos aqui a falar com o Governo. Se calhar teríamos que falar com privados, que teriam outro tipo de atuação e outro tipo de gerência, sem se preocuparem com o serviço público.

Deputado Bruno Belo (PSD): Se o Sr. Deputado tivesse algum pudor e respeito pelos açorianos nem falava nisso!

Dizer que é as Flores, Graciosa, o Corvo responsáveis pelas contas da SATA é redundante!

O Orador: Para nós estamos aqui hoje a defender o serviço público de transporte aéreo e estaremos no futuro sempre a defender o transporte público aéreo na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer ao Sr. Deputado José Ávila que considera que é justa a reivindicação que o PPM aqui apresenta de terminar com a discriminação que a ilha do Corvo neste momento é alvo, que é a única ilha que não tem ligações ao fim de semana.

O facto do Sr. Deputado considerar que é justo é positivo e valoriza este debate. O que já não valoriza este debate é que V. Exa. me tente estragar o debate envolvendo aqui ... tentando que o debate não se centre na ilha do Corvo, que é o objeto do projeto de resolução, e tentando provocar aqui a bancada do PSD.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não conseguiu!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Os silêncios em política têm significado!

O Orador: Isso aí é que já não é positivo.

Mas devo-lhe dizer, Sr. Deputado José Ávila, deixe-me que lhe diga isto, ... A Sra. Deputada Isabel está a distrair o Sr. Deputado José Ávila e eu estou a falar para o Sr. Deputado José Ávila (tive que lhe dar este raspanete, Sra. Deputada!). Quero dizer-lhe, Sr. Deputado José Ávila, não só é justo, como é necessário, porque nós precisamos das mesmas oportunidades. Temos de ter as mesmas oportunidades.

Deputado Carlos Silva (PS): Tem mais oportunidades!

O Orador: Todos nós dizemos e o Governo diz que o crescimento do turismo é algo em que se deve apostar fortemente e que se tem feito um esforço financeiro, um esforço de organização para que a Região possa crescer também à custa do turismo. E muito bem! Mas todos os nove irmãos têm que ter as mesmas possibilidades. Somos nove irmãos. O que eu sinto é que o irmão mais pequeno, que devia ser o mais acarinhado, neste momento é o irmão que tem menos possibilidade de disputar este mercado interno.

Ouçã! O mercado turístico é para todos. O sol quando nasce, nasce para todos e, portanto, nós o que achamos, nós o que consideramos é que não podemos ficar de fora deste esforço e que temos que ter as mesmas oportunidades.

O que eu sinto é que nós neste momento, os nossos irmãos mais velhos não nos dão as mesmas possibilidades e não é justo que assim seja. Portanto, isto é algo que se tem de resolver.

Diz o Sr. Deputado: “Mas nós não podemos resolver todos. Temos que aumentar pistas, temos que aumentar acessibilidades.”

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Com certeza que termino, Sra. Presidente.

Terminou o meu tempo?

Então termino com esta questão. É evidente que não se podem contentar a todos, mas há uma prioridade: é dar aos corvinos algo em que eles são os únicos que não têm, que são ligações ao fim de semana.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, à data de hoje a reivindicação que o PPM traz aqui ainda não está executada. À data de hoje ainda não está executada.

Deputado Francisco César (PS): Na totalidade! Não custa nada dizer!

O Orador: Pode ser assim, na totalidade.

Deputado Francisco César (PS): Ah!

O Orador: E a pergunta que lhe vou fazer é a seguinte, Sr. Deputado: diga-me, à data da saída do Sr. Dr. António Cansado, qual era o passivo do Grupo Sata e qual é o passivo do Grupo Sata hoje e quem é que nomeou as administrações de lá até cá?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Ávila, mas vou relembrar a câmara que o debate é sobre as ligações aéreas ao Corvo ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Quem o levou para aí não fui eu!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa deu a latitude a todas as bancadas que deve dar, mas não posso deixar de alertar todos de que efetivamente o que nos traz hoje aqui é o debate sobre as ligações aéreas ao Corvo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, é evidente que as coisas mudaram muito. A Sata passou a fazer um serviço completamente diferente e a Sata teve uma coisa que nunca tinha tido até a um determinado momento: passou a ter concorrência, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso já é um tom diferente!

O Orador: ... a realidade era completamente diferente.

Oh, Sr. Deputado Bruno Belo, o senhor sabe que não é há muitos anos que o senhor apenas tinha dois voos por semana nas Flores. O senhor não se lembra?

Deputado Francisco César (PS): Não se lembra!

O Orador: Eu lembro-me. Eu tinha três na minha ilha e o senhor tinha dois na sua.

Deputado Bruno Belo (PSD): Então a responsabilidade é das Flores e da Graciosa!

O Orador: Eu, aliás, ouvi um autarca do seu partido dizer na altura que era muito bom ser assim, porque aumentava o número de dormidas. Está a ver qual é que é a diferença?

É esta a diferença. Portanto, Sr. Deputado, não queira misturar as coisas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Deputado, quando perde a razão...

O Orador: O Sr. Deputado sabe que a reivindicação que o Sr. Deputado Paulo Estêvão trouxe a esta Casa ...

Deputado Bruno Belo (PSD): É justa!

O Orador: ... já está praticamente cumprida e o que eu quis aqui demonstrar é que ao contrário do que alguns partidos tentaram dizer, de facto a oferta tem

vindo a aumentar em todas as ilhas dos Açores. Em todas as ilhas dos Açores! Por isso, não é verdade quando vêm para aqui dizer ao contrário. Não!

Deputado Bruno Belo (PSD): Paciência!

O Orador: A Sata tem feito um esforço terrível para tentar aumentar a sua oferta, adequar a oferta à procura, mas em todas as ilhas dos Açores e isto é uma tarefa muito grande.

Deputado Bruno Belo (PSD): Claro que é!

O Orador: Muito grande! Temos que louvar aquela empresa.

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores é que a destruíram, não fomos nós!

O Orador: Não, não é a questão de destruir.

Oh, Sr. Deputado, eu sei bem quem é que vai às vezes para as pistas dos aeroportos, quando há cancelamentos, falar mal da Sata.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não sou eu de certeza absoluta! A mim nunca me apanhou!

O Orador: Conheço muitos e alguns estão aqui.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Deputado José Ávila, quero agradecer-lhe por ter dito isso!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução foi rejeitado com 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 votos a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 30 votos contra do PS.

Presidente: Passamos agora ao ponto dez da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 128/XI – “Recomenda ao Governo Regional da Região Autónoma dos Açores que promova a divulgação da certificação civil do Aeroporto das Lajes junto de todas as entidades nacionais e internacionais e promova a angariação de novos fluxos turísticos para a ilha Terceira”.** Este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
A urgência justifica-se ...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Estou a justificar a urgência.

A urgência justifica-se. Aproxima-se a época alta e é preciso promover e aumentar os fluxos turísticos na Terceira. Começa o verão IATA a 28 de março, portanto, era a altura certa de fazer entrar esta resolução, ser discutida e aprovada neste plenário. É tão simplesmente por isso, antes de entrar o verão IATA que se justifica a urgência para este projeto de resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sendo assim, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, agora sim para apresentar este projeto de resolução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Começo, em primeiro lugar, Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, Berto Messias, por lhe agradecer a resposta ao requerimento que recebi há poucos minutos, há cerca de uma hora, um requerimento que fiz em setembro e que passados seis meses tive a honra de V. Exa. responder exatamente sobre essa matéria. Portanto, fazer-lhe o devido agradecimento sobre os seis meses que demorou responder-me ao requerimento, mas cá está.

Sras. e Srs. Deputados:

Para o CDS as limitações verificadas em consequência do uso militar da Base das Lajes condicionavam, e ainda hoje condicionam, prejudicialmente, a economia da ilha Terceira e a mobilidade de todos aqueles que potencialmente a procuram.

Foi por isso que sempre procuramos ao longo dos anos apresentar soluções que permitissem a dinamização do seu uso civil.

Fizemo-lo porque sempre defendemos a utilização civil da Base das Lajes como instrumento fundamental e essencial à dinamização económica da ilha Terceira.

Foi o CDS que defendeu e continua a defender o aumento da placa de estacionamento civil, a chamada placa C, que sempre consideramos indispensável a um efetivo crescimento da operação aérea civil.

Foi o CDS que defendeu a imprescindível disponibilização para uso civil da informação meteorológica fornecida pelo anemómetro, Sra. Secretária Regional, conforme tivemos oportunidade de manifestar, aquando da Reunião Bilateral Permanente, junto do Sr. Presidente do Governo e também já nesta Casa junto da Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Acompanhamos, por isso, em consequência, atentamente todo o anunciado processo de certificação civil promovido pelo Governo Regional e pelo Governo da República.

Do anúncio público do acordo estabelecido entre o Governo Regional e o Governo da República aos prometidos esforços do Primeiro-Ministro, António Costa, e às intenções firmadas pelo Presidente do Governo para a prossecução do objetivo, passaram-se dois anos sem que os constrangimentos à aviação civil nas Lajes tenham sido devidamente ultrapassados.

Mas não só os constrangimentos no tempo sinalizados não são ultrapassados como se permite, Sra. Secretária Regional, inexplicavelmente, que outros se juntem sem que se vislumbre a devida solução, como é o caso da avaria há mais de seis meses que se eterniza no pórtico de Raio X do controlo de passageiros que põe em causa a fluidez das operações, bem como a imagem da segurança que qualquer aeroporto e instalação aeroportuária certificada responsabilmente deve possuir.

Na verdade, contrariamente ao que se anunciou com pompa e circunstância, o processo de certificação civil promovido não foi ainda, na realidade, capaz de aumentar as acessibilidades nem foi capaz de potencializar a infraestrutura

aeroportuária através da fomentação da procura de serviços associados ao tráfego aéreo civil.

Neste sentido, considerando que foi recentemente noticiado que o Governo da República e a Região estão a negociar o reforço de voos para os Açores, no sentido de melhorar as acessibilidades aéreas e, assim, aumentar o número de ligações ao arquipélago;

Atentando que essas negociações se desenrolam com o objetivo de mais companhias estrangeiras voarem para os Açores, garantindo, deste modo, o aumento da procura turística;

Verificando-se que, a partir de 2017, a Air Berlim deixou de voar para a ilha Terceira, pondo fim a uma importante ligação de turismo na ilha;

Constatando-se ainda que a operação Terceira – Madrid está suspensa desde outubro de 2018 e não há qualquer indicação de que seja retomada durante a época alta, ou seja, entre abril e setembro de 2019, o que constitui um duro golpe no movimento de turistas na ilha Terceira e nas restantes ilhas do Grupo Central;

Tendo em consideração que o Aeroporto das Lajes foi o único aeroporto dos Açores que, durante os meses de verão de 2018, registou uma quebra no número de passageiros desembarcados face aos valores registados no mesmo período do ano anterior.

Assumindo a importância da consolidação do setor turístico nos Açores, em geral, e na ilha Terceira, em particular, através da captação de novas operações para o Aeroporto das Lajes;

O Grupo Parlamentar do CDS, tendo por objetivo a devida utilização e otimização dos recursos aeroportuários disponíveis, apresenta nesta Assembleia o presente projeto de resolução no sentido de se promover a divulgação da certificação civil do Aeroporto das Lajes junto de todas as entidades nacionais e

internacionais, bem como desenvolver e angariar, junto das companhias aéreas e operadores novos fluxos turísticos para a ilha Terceira.

Estamos com a presente iniciativa a contribuir mais uma vez e responsabilmente para o desenvolvimento económico e para a coesão dos Açores. Esperamos por isso que esta Assembleia vote favoravelmente a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS.

E permita-me Sr. Deputado Francisco César, do lugar mais nobre, desta tribuna, não o quis fazer dali, porque vinha aqui, desejar-lhe as maiores felicidades enquanto líder parlamentar da bancada do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Obrigado!

(Neste momento, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra o Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sra. Secretária:

Haja saúde a todos!

Bem-vindos ao Aeroporto Internacional das Lajes!

É assim que a certificação para uso permanente civil da Base das Lajes elevou uma das infraestruturas aeroportuárias com melhores condições na Região Autónoma dos Açores.

Após quase um ano da certificação impõe-se os seguintes esclarecimentos aos terceirenses:

1. Perante as recentes declarações da diretora do aeroporto que diz que “os regulamentos da aviação civil não estão atualizados de acordo com a

certificação civil da infraestrutura terceirense, mantendo-se a obrigação das 72 horas de antecedência para escalas naquele aeroporto, apontando como principal causa a descoordenação que existiu entre a Força Aérea, ANAC e NAV.

A certificação foi total e completa como anunciado? A pista está mais competitiva? Qual o impacto que tem tido no aumento de novas companhias a voar para a Ilha Terceira? Aumentou ou não aumentou o número de escalas técnicas?

2. Atratividade - O Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, considerou que a certificação trará maior flexibilidade na operação civil e aumentará a atratividade do aeroporto. Já o ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, destacou a atratividade do novo aeroporto internacional pela sua localização no meio do Atlântico e pelas condições físicas da infraestrutura.

Esta atratividade concretiza-se também no custo da taxa de aterragem e descolagem, no preço de combustível cobrado no aeroporto e nos preços cobrados pelo handling.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Descolagem!

O Orador: Está mais atrativa nestes fatores? Quais são os preços em comparação com outros aeroportos da Região?

O aeroporto vai continuar encerrado entre as 24:00 e as 06:00 da manhã, período apetecível por muitas companhias aéreas para realizarem as suas escalas técnicas?

Continuará a obrigatoriedade de desembarcar os passageiros para reabastecer?

3. Estímulo para o turismo. O ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que a certificação da base das Lajes, para utilização permanente pela aviação civil é "um estímulo para o turismo" na ilha Terceira e não limita a utilização militar daquela infraestrutura.

Que diligências tomou o Governo Regional desde a certificação para promover o aeroporto?

Deputado Carlos Silva (PS): Os senhores não queriam a certificação!

O Orador: Quem está a fazer a promoção? Quem vai promover a aerogare no futuro?

Esta promoção tem sido satisfatória?

Qual o plano/calendário de promoção do Governo Regional dos Açores para o Aeroporto Internacional das Lajes? Qual a estratégia? Quantas rotas espera captar este ano? E nos próximos anos?

Qual a importância efetiva do Aeroporto Internacional das Lajes no panorama regional?

Mais voos da América? Retomar Madrid? Retomar Berlim? Canadá? Canárias, Madeira, mais voos para Lisboa? Rotas com escoamento para as outras ilhas dos Açores?

4. Ampliação da placa C - Relembramos que foi prometida em “em novembro de 2006, quando o então Presidente do Governo Regional, Carlos César, anunciou essa ampliação, conhecidas que eram as limitações da aerogare para a operação da aviação comercial.”

O Partido Socialista afirmou que a decisão deveria ser tomada após conclusão da certificação.

Então qual a conclusão? Vai ou não avançar o aumento da placa Charlie?

5. Condicionantes da infraestrutura. Não está o aeroporto a precisar obras de requalificação? Se queremos mais rotas e mais gente a circular no aeroporto internacional porquê o segundo sistema de rastreio de bagagem (Raio-X) não funciona sem qualquer explicação criando filas intermináveis e provocando diversos constrangimentos? Porque sim, o Raio X funciona, mas não está a funcionar quando é preciso e pode funcionar apesar do segundo pórtico estar avariado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. e Sra. Secretária:

A certificação é positiva para diminuir atritos e agilizar procedimentos. No entanto, não está a funcionar e a ilha Terceira está a ficar para trás!

Deputada Mónica Rocha (PS): Meu Deus!

O Orador: São atrasos em obras primordiais para o desenvolvimento da ilha Terceira, são perdas de rotas importantes para o turismo, é a diminuição de voos, enfim...

O plano de revitalização da ilha Terceira não está a revitalizar a nossa ilha!

Se está a reanimar porque estamos a perder voos a olhos vistos?

Se está a revigorar porquê o Conselho de Ilha, as Câmaras Municipais e Câmara de Comércio fazem apelos constantes para implementar outro modelo de gestão para o aeroporto das Lajes e atrair mais companhias aéreas que asseguram ligações com o centro da Europa, Estados Unidos e Canadá?

Se está a realentar a ilha Terceira por que é que continuamos a ver passar aviões?

Tudo se faz, tudo tem o seu tempo, tudo se vai fazer diz o Governo e diz o Partido Socialista.

O problema é que o tempo voa e os terceirenses estão a ver o seu futuro a voar sem rumo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, permita-me que lhe dirija algumas palavras.

Eu sei que os políticos de diferentes partidos nunca se elogiam do ponto de vista político, eu sei que nunca se aplaudem. Eu sei isso, mas eu quero dizer a V. Exa. que estou aqui há tempo suficiente para perceber que esta ideia, a ideia da certificação civil do aeroporto das Lajes, é uma ideia sua, um trabalho político seu e não foi um trabalho político fácil, Sr. Deputado, porque foi um trabalho político em que foi necessário, como muitas vezes V. Exa. já aqui fez, combater interesses poderosos.

Eu sei que o Sr. Deputado teve que enfrentar, por exemplo, poderosos interesses dos militares na ilha Terceira, o senhor meteu (deixe-me utilizar esta imagem futebolística) neste assunto a cabeça quando muitos nem sequer conseguiram meter os pés.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado está a meter a mão!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Na próxima terça-feira já vamos perceber essa boa vontade toda!

O Orador: Eu devo dizer, Sr. Deputado, que eu considero que é importante na política, como na vida, que se faça justiça e V. Exa. nesta matéria, na defesa dos interesses da ilha Terceira, regimentou muitos inimigos, muitos interesses poderosos, mas V. Exa. teve a coragem de os enfrentar do ponto de vista político, porque nós sabemos bem que é preciso em política ter coragem para enfrentar interesses poderosos como V. Exa. o fez na defesa da sua ilha. Por isso, eu queria lhe dirigir estas palavras iniciais.

Também devo dizer o seguinte, nesta matéria, como em muitas outras matérias (e eu considero que ainda do ponto de vista político não lhe foi feita justiça), esta posição além de ser historicamente do CDS, de V. Exa., esta posição é de absoluta racionalidade, porque o que o senhor propõe é promover a devida divulgação da certificação civil do aeroporto das Lajes junto de todas as entidades nacionais e internacionais através dos canais próprios. É ou não é

necessário, é ou não é fulcral que isto aconteça tendo em conta as opções que já foram comunicadas e foram decididas por parte do Governo Regional?

É. Portanto, é da mais elementar lógica que isto se faça.

É ou não é necessário no atual contexto promover a angariação de fluxos turísticos para a ilha Terceira junto das companhias aéreas e operadores turísticos?

É necessário. Não está a ser feito com a necessária eficácia. Tem de ser uma prioridade assumida pelo Governo, mas em primeiro lugar assumida também por esta câmara.

Por isso, eu considero que nesta matéria mais uma vez é necessário que exista uma forte vontade política neste assunto, porque a Terceira, a ilha Terceira, tem todas as condições para poder captar maiores fluxos turísticos. Tem todas as condições do ponto de vista do seu imenso património cultural e histórico que eu admiro profundamente, tem todas as condições do ponto de vista da sua natureza, tem todas as condições aos mais diversos níveis.

O que é que falta?

Deputado André Bradford (PS): É animar a malta, é o que falta!

O Orador: O que falta são melhores acessibilidades, o que falta é melhor promoção e nesse sentido deixo aqui uma crítica ao Governo Regional, uma crítica não muito contundente, mas apesar de tudo uma crítica: o que é necessário nesta matéria é que as ações que são desenvolvidas pelo Governo Regional, neste caso meritórias, como é o caso da certificação, que estas ações depois sejam desenvolvidas com eficácia e que sejam desenvolvidas com persistência e é nesta matéria que o Governo Regional tem estado a falhar.

Por isso, este projeto de resolução constitui um contributo muito positivo na direção certa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Roca tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sra. Secretária, Sras. e Srs. Deputados:

Por meros instantes levou-me assim aos tempos do grande Carnaval da Terceira que com certeza toda a gente conhece e ao valor que ele tem.

Sr. Deputado César Toste, pois bem-vindo à história da certificação da pista.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Pois bem, nesse aspeto a nossa opção clara.

A certificação civil da pista ...

Sra. Presidente, peço desculpa, só um instante.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Trinta minutos.

Considerando o nosso horário vamos então interromper os nossos trabalhos e regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 20 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Sabrina Marília Coutinho Furtado

As Redatoras, Ana Machado e Sara Azevedo